



UNICAMP

Número: 36/2006

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

Fernanda Cristina Festa Mira

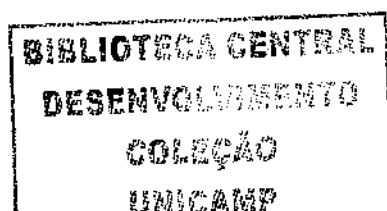
***A evolução do espaço geográfico campineiro e como as
sociedades pensaram a cidade: dominação e segregação
sócioespacial***

Dissertação apresentada ao Instituto de
Geociências como parte dos requisitos para
obtenção do Título de Mestre em Geografia.

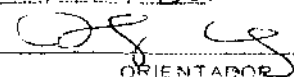
Orientador: Prof. ^a Dr. ^a Regina Célia Bega dos Santos

CAMPINAS – SÃO PAULO

Fevereiro – 2006



Este exemplar corresponde à
edição final da tese defendida
por Fernanda C. Festa Mira
e aprovada pela Comissão Julgadora
em 23/02/2006



ORIENTADOR

DE BC
 MADA
 UNICAMP
 M67e
 EX
 BC/ 70166
 16-03-06
☐ D ☒
 28-9-06

by Fernanda Cristina Festa Mira, 2006

ID: 338273

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências/UNICAMP

M67e Mira, Fernanda Cristina Festa
 A evolução do espaço geográfico campineiro, como as sociedades pensaram a cidade: dominação e segregação sócioespacial / Fernando Cristina Festa Mira.-- Campinas,SP.: [s.n.], 2006.
 Orientador: Regina Célia Bega dos Santos.
 Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.
 1. Geografia humana. 2. Espaço geográfico – Campinas(SP). 3. Percepção espacial. 4. Territorialidade humana. I. Santos, Regina Célia Bega dos. II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. III. Título.

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Mestre em Geografia

Banca examinadora: - Regina Celia Bega dos Santos;

- Maria Tereza Duarte Paes Luchiari;

- Vanderli Custódio.

Data da defesa: 20/02/2006



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA
TERRITORIAL

AUTORA: FERNANDA CRISTIAN FESTA MIRA

A evolução do espaço geográfico campineiro e como as sociedades pensaram
a cidade: dominação e segregação sócioespacial

ORIENTADORA: Profa. Dra. Regina Célia Bega dos Santos

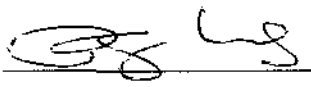
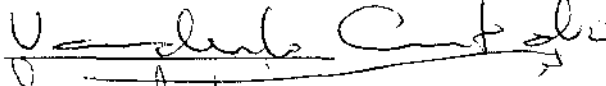
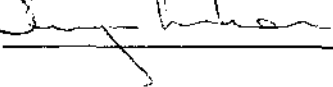
Aprovada em: 23 / 02 / 2006

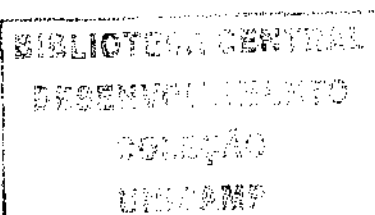
EXAMINADORES:

Profa. Dra. Regina Célia Bega dos Santos

Profa. Dra. Vanderli Custódio

Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes Luchiari

 - Presidente





Campinas, 23 de fevereiro de 2006

Aos meus pais Antônio e Cidinha e meu irmão Luciano, por todo amor e carinho.

Ao Silvio, pelo companheirismo e exemplo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Mari Marcondes, do Centro de Memória Unicamp, e Dulce Barata, da Biblioteca do Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica, pela amizade e compreensão. Obrigada pela confiança e flexibilização de horários de trabalho, sem a qual a participação em aulas e reuniões teria sido difícil.

Aos amigos: Maria Helena, Telma, Fernanda, Maria Helena, María, Marcelo, Cleber, Milton, “tia” Maria e “tio” Luís, e todos os demais que não estão aqui nomeados mas que de alguma maneira participaram das minhas alegrias e tristezas.

As secretárias da pós-graduação: Val e Edinalva. Especialmente a Val por toda a sua ajuda, e sorriso amigo!

Aos meus amados pais e irmão, pelo amor e por tudo o que sou hoje.

Ao querido Silvio, pelo carinho e compreensão, especialmente nos momentos mais difíceis.

Finalmente, a minha orientadora. Regina, obrigada pela paciência.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo I	
Ocupação geográfica e estruturação econômica da colônia brasileira: vencendo a natureza e controlando os corpos.....	5
Capítulo II	
O conhecimento técnico-científico e a cidade.....	29
Capítulo III	
Assimilação cultural: uma forma de dominação	55
Considerações Finais.....	71
Referências Bibliográficas.....	75
Bibliografia.....	81
Anexos.....	83

Índice de Tabelas

Tabela 1.....	20
Distribuição da fundação de freguesias, vilas e cidades no século XVIII: antes, durante e após o período do governo pombalino	
Tabela 2.....	20
Relação de freguesias criadas por Pombal e elevadas à vila no último quartel do setecentos	
Tabela 3.....	25
Evolução da indústria açucareira em Campinas	
Tabela 4.....	27
População em Campinas	



UNICAMP

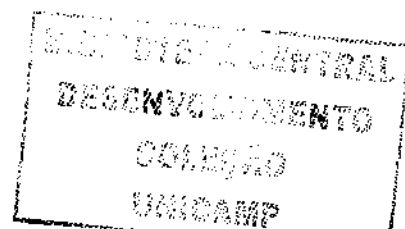
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

RESUMO

Levantar alguns aspectos da evolução do espaço geográfico de Campinas e como as sociedades pensaram a cidade em suas épocas.

No século XVIII o urbano no Brasil foi pensado por agentes externos, ou seja pela metrópole. O desejo de criar vilas e cidades foi motivado pela necessidade da Coroa portuguesa em assegurar a ocupação do território e desenvolver a economia de exportação colonial. Para tal empreendimento instalou-se mecanismos de dominação e controle sobre a população, especialmente na capitania paulista. E, justamente neste contexto, foi fundada Campinas, onde a formação urbana precária e as dificuldades do meio suplantavam as diferenças sociais. Entretanto, com o desenvolvimento da agricultura da cana-de-açúcar uma pequena elite local começou a se destacar, diferenciando-se dos demais habitantes. Posteriormente o açúcar deu lugar ao cultivo do café. Já em meados do século XIX, o excedente de capital gerado pela agricultura cafeeicultora produz uma elite mais refinada que marcou sua presença na cidade através de obras de melhoramentos urbanos. Mais para o final do século, com Abolição e a Proclamação da República, consolida-se uma elite nacional que se incumbiu de construir um projeto de nação. Projeto este que manteve o grupo negro à margem da participação na sociedade. Os reflexos disso podem ser sentidos na cidade contemporânea, onde os negros, em sua maioria, e pobres aparecem como cidadãos de segunda classe. Reféns de uma segregação sócioespacial. Vivenciando o espaço da cidade de maneira parcial e fragmentada.

Palavras-chave: Campinas, Evolução do Espaço Geográfico, Segregação Sócioespacial





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA
TERRITORIAL**

Abstract

To survey some aspects of the geographic evolution of Campinas and how it's societies thought "the city" in their times.

In the 18th century the urban Brazil was thought about only by external agents, i.e. the metropolis. The desire to found towns and cities was motivated only by the need of the Portuguese crown to guarantee the occupation of a vast territory and to develop the typical colonial exploration economy. To do so the Portuguese maintained tight control over the people, especially in the São Paulo "capitania". And it was precisely in this context that Campinas was founded, where the precarious urban population and a rough territory overstated the social differences.

However with the development of the sugar cane agriculture a small local elite began to outstand. In due time sugar cane gave way to the coffee plantations and by the mid 19th century the success of the coffee had produced a more refined elite which began to mark its presence by investing in improvements for their city. Later towards the end of the 19th century with the end of slavery and the proclamation of independence a national elite was consolidated which now had to undertake the task of making a nation. A project which had little space for a recent black society. The consequences of this can still be seen in contemporary cities where the majority of the black society and the poor show up as second class citizens; hostages of a social-territorial segregation creating a partial and fragmented city.

Key words- Campinas, development of geographic evolution, social-territorial segregation

Introdução

ABREU (1996), em seu artigo “Pensando a cidade no Brasil do passado”, propõe discutir o surgimento do pensamento urbano e a evolução da sociedade brasileira ao longo do tempo. Baseado nesta proposta, nosso objetivo é relacionar duas fases em que o urbano foi pensado no Brasil - séculos XVIII e XIX – juntamente com a evolução da sociedade, apontando também alguns de seus reflexos na cidade de Campinas. Na primeira fase tratamos do início da organização urbana na capitania paulista, onde todos os habitantes que viviam dispersos e isolados pelo território foram obrigados a se reunir em aglomerações urbanas. A Coroa portuguesa ordenou que esses indivíduos, ou famílias, em sua maioria pobres e mestiços, se reunissem em vilas com a finalidade de controlar a população e manter o domínio sobre o interior da colônia, e, assim, direcionar o crescimento da capitania visando inseri-la no circuito mercantil de exportação. O desenvolvimento da agricultura açúcareira na capitania de São Paulo fez com que aumentasse a população como um todo e a de escravos em específico. Já a partir da segunda fase procuramos enfatizar a questão do preconceito racial na organização do espaço, com a exclusão sócioespacial do negro, uma vez que, desde então ele é mantido nesse quadro. Ficou à margem do projeto de nação elaborado no século XIX e hoje permanece numa condição de cidadão de segunda classe. Por isso, entendemos que conhecer o passado das cidades é importante e contribui para a compreensão dinâmica da sócioespacial contemporânea.

No primeiro capítulo tratamos do processo de ocupação da colônia brasileira, principalmente daquele decorrido durante o século XVIII. Esta escolha temporal deu-se por dois motivos, o primeiro porque nesse período a constituição de núcleos urbanos se intensificou e a reflexão sobre eles ocorreu na metrópole, ou seja, numa sociedade externa à colônia, visando garantir o domínio territorial e econômico; o segundo, porque é neste contexto que surge a cidade de Campinas, a princípio como freguesia e depois elevada à vila.

O contexto mundial do século XVIII foi marcado por mudanças profundas, balizado por duas importantes revoluções, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. As transformações impulsionadas por estas revoluções foram além das esferas política e econômica - alteraram a forma do homem pensar o mundo e a si próprio. Inaugurou-se um período regido por uma visão racionalista, quando a razão era entendida como a única forma de construção do conhecimento. O discurso - e prática - da razão permeou as relações sociais, as instituições, a arquitetura, o urbanismo, a saúde, entre outras.

Impulsionada pela racionalidade surge a disciplina, um conjunto de normas e técnicas desenvolvidas para modelar, controlar e dominar o homem, mais precisamente os gestos e movimentos de seu corpo, adequando-o às necessidades específicas de cada relação social ou instituição (FOUCAULT, 1996). Mas, não é apenas sobre os corpos que a disciplina se faz; os espaços sejam eles de moradia, trabalho, lazer e estudo também sofrem imposições disciplinares. Corpos e espaços devem ser cuidadosamente analisados e organizados, de maneira que sejam facilmente vigiados, controlados e dominados.

Já no Brasil, o século XVIII é marcado pela intensificação do processo de urbanização da colônia, conduzido pela metrópole portuguesa, ordenando e controlando a formação urbana colonial, principalmente no eixo sul e especificamente na capitania de São Paulo. Esta estratégia tinha por meta inserir a capitania paulista no sistema colonial, isto é, inseri-la no comércio metropolitano (BELLOTTO, 1979). Assim, o controle sobre a organização do espaço surge como meio de exercício do poder, para alcançar objetivos econômicos.

A cidade de Campinas funda-se neste contexto de controle e direcionamento da nascente vida urbana. Campinas surge como freguesia, ou bairro rural de Jundiá e, rapidamente, alcança o patamar de vila, graças ao desenvolvimento da agricultura da cana-de-açúcar – estimulada pela estratégia metropolitana.

Para a criação da aglomeração urbana de Campinas são convocados todos aqueles que estivessem sem ocupação e domicílio, índios e mestiços, ou casais que se dispusessem a habitar ermo lugar em troca de terras e ferramentas para o cultivo e isenção do serviço militar durante três anos. Esta também era uma forma de controlar esses indivíduos, tornando-os úteis à Coroa. Já no segundo capítulo tratamos de um novo momento de transformação do pensamento sobre a cidade, ocorrido especialmente em meados do século XIX e que resultou na segregação socioespacial da população negra.

De acordo com IANNI (1988, p.41-46), neste mesmo período, a formação social capitalista começa a se constituir dentro e sobre a formação social escravista. Isso, segundo ele, ficou bastante evidente na expansão urbana, quando nas cidades surgiram interesses autônomos e divergentes dos interesses escravistas, isto é, parte do capital escravista passou a ser aplicado em atividades artesanais, fabris, financeiras e comerciais. O confronto entre essas duas formações sociais, escravista – em decadência – e capitalista – em expansão, culminou na Abolição da Escravatura (1888) e na Proclamação da República (1889). Para IANNI esta foi

uma luta entre a decadente aristocracia agrária/ escravista e a ascendente burguesia cafeeira do oeste paulista, sendo que esta última saiu vencedora.

A partir de então, configura-se uma nova elite, agora nacional, que teve por incumbência pensar e construir a sociedade e a identidade brasileiras. Para tanto ela elaborou um projeto de âmbito nacional que visou inserir o país no mundo moderno, tentando, ao máximo, dissociar-se do passado colonial. E a escravidão era um dos “pesadelos” desse passado. Certamente, isso contribuiu para que os negros tivessem sido excluídos do projeto de nação.

O projeto de um Brasil moderno foi construído sobre as bases do saber científico, marcado fortemente pela presença de médicos e engenheiros na reflexão sobre a cidade e na intervenção urbana. A teoria desses profissionais baseou-se na relação entre doença e meio natural circundante, mantendo presente a idéia de controle e domínio sobre os corpos, a fim de garantir o bem coletivo. Um segundo fator, também contribuiu para as transformações desse período, a introdução de novos meios técnicos de produção e transporte.

A ferrovia foi um dos grandes marcos da modernidade. Ela não só favoreceu os meios de circulação e escoamento da produção agrícola, como consolidou a inserção do país no modo de produção capitalista. E mais, foi um importante portal para as novidades do mundo europeu. Através dos trilhos chegavam os novos inventos, a moda, os novos materiais de construção, etc. Para Maurício de A. Abreu a chegada da estrada de ferro fez com que as profissões técnicas começassem a ser valorizadas no país.

No entanto, nesse turbilhão de acontecimentos, de desenvolvimento da ciência, de novidades tecnológicas e de mudanças nas relações sociais e de trabalho, ao se edificar a identidade nacional, as elites excluíram os grupos negros. Na sociedade pensada pelas elites não houve, e não há, lugar para os mais humildes, negros na maioria. Para elas o futuro do país estava no processo de branqueamento da sociedade.

As elites locais campineiras, respaldadas por um excedente de capital e embaladas por esse projeto e pela mecanização da produção agrícola, iniciaram diversas obras de embelezamento da cidade. Entretanto, as epidemias de febre amarela alargaram essas ações no sentido de tentar sanar o ambiente urbano.

Portanto, ainda que superado o processo de transição entre a formação social escravista e a formação social capitalista, os negros continuaram à margem.

Finalmente, no terceiro capítulo, abordamos a questão da assimilação dos valores culturais do branco e sua relação com as formas de vivência e convivência em alguns espaços públicos de Campinas.

Para Munanga (1986, p.27) essa assimilação representa o desejo que o negro alimenta de assemelhar-se o máximo possível com branco, para em seguida reclamar dele o seu reconhecimento, ou seja, o negro busca o seu embranquecimento através da adoção de valores estéticos e culturais do branco.

Ainda neste capítulo abordamos a crescente ausência de espaços públicos onde a discussão e aceitação do diferente poderia ser debatida e vivenciada.

Capítulo I

Ocupação geográfica e estruturação econômica da colônia brasileira: vencendo a natureza e controlando os corpos

Ao resgatar parte do processo de ocupação da colônia brasileira percorremos vias que nos permitem entender como o colonizador, impulsionado pela busca de riquezas naturais, foi vencendo os obstáculos, igualmente naturais, e avançando pelo interior do território colonial. Avanço esse que, num primeiro momento, implicou também na assimilação de técnicas agrícolas nativas e formas de viver solidárias, capazes de garantir a sobrevivência dos grupos.

Apesar do processo de ocupação colonial estender-se por mais de três séculos, optamos por dar ênfase ao século XVIII, porque foi dentro desse recorte temporal que ocorreu uma disseminação de povoados por toda a colônia – entre eles Campinas – com o objetivo de garantir a posse portuguesa sobre o vasto território brasileiro. Juntamente com as novas freguesias, vilas e cidades, e com o auxílio da Igreja Católica, outros elementos simbólicos de poder – o controle sobre os corpos, por exemplo – foram instalados a fim de reger o viver cotidiano, direcionando-o aos interesses da Coroa portuguesa.

Por isso, entre o final do século XVII e praticamente todo o século XVIII, houve uma intensificação por parte da Coroa portuguesa na promoção de uma relativa estruturação territorial, econômica e administrativa da colônia brasileira. Territorial porque outras metrópoles, como Espanha, Inglaterra e Holanda, ameaçavam o domínio português sobre as terras brasileiras; econômica porque a colônia era a sua principal fornecedora de riquezas; e finalmente administrativa para coordenar e assegurar, entre outras coisas, o desenvolvimento das duas anteriores e os interesses metropolitanos.

A descoberta de ouro em Minas Gerais, em finais do século XVII, foi um dos primeiros passos para que a metrópole empreendesse um maior e mais rígido controle sobre toda a extensão colonial brasileira. Portugal precisou reorganizar a sua política colonial, a fim de garantir seu domínio sobre o território, a produção extrativa, o comércio e a circulação de pessoas, de mercadorias e de animais.

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, de 1500 até 1540, a colônia ficou praticamente abandonada por não oferecer nenhum tipo de riqueza imediata à metrópole, exatamente ao

contrário do que ocorreu em terras hispânicas, onde logo de início os espanhóis encontraram ouro.

Segundo MORAES (2001), os rumos de uma colonização fundam-se em dois pontos básicos: o primeiro é o que motiva a expansão colonial e o segundo seria a realidade defrontada pelo colonizador. O primeiro ponto ele relaciona ao quadro europeu do século XVI de carência de minerais, de alimentos, de população e de capital disponíveis, além das estratégias geopolíticas das grandes metrópoles. O seguinte ponto - relacionado segundo nosso entendimento aos aspectos fundamentais que explicam a diferenciação entre os dois tipos de colonização empreendidas na América do Sul - corresponde a dois vetores: quadro demográfico e quadro de recursos naturais valiosos. Na América espanhola esses dois vetores foram encontrados de imediato; o colonizador espanhol encontrou sociedades estruturadas demográfica e economicamente. A sua atuação foi calcada no desenvolvimento de mecanismos que direcionassem as atividades para se atingir os objetivos da própria colonização. Em outras palavras, os espanhóis ao chegarem a terras americanas defrontaram-se com: alta densidade demográfica, rede de cidades, estradas, estruturas produtivas e de tributos organizados, o que tornou menos difícil a colonização; já o vetor dos recursos naturais valiosos ocorreu na forma de metais preciosos, mais especificamente prata e ouro. Já os portugueses não encontraram o mesmo tipo de organização demográfica e econômica, isto é, ausência de produtos lucrativos e baixa densidade demográfica – enquanto na civilização Asteca ela representava cerca de 50 hab./Km² e na Inca 35 hab./Km², no Brasil como um todo ela correspondia a 2 hab./Km² e em alguns lugares chegava a 0,4 hab./Km² (MORAES, 2001, p. 106). Assim, os altos custos a serem despendidos para a construção de estruturas necessárias à efetivação da colonização não se justificavam, diante da realidade brasileira.

Ainda de acordo com MORAES, somente com a descoberta espanhola de ouro em Potosi, no Peru, é que os portugueses iriam mudar sua postura em relação ao Brasil, isto porque ninguém sabia ao certo a que distância da costa brasileira estavam os Andes. Então, Portugal acreditou ser conveniente manter o domínio sobre as terras brasileiras, já que poderia vir a ter o mesmo êxito que os espanhóis.

“Havia uma briga cartográfica entre os cartógrafos portugueses e os espanhóis. Os portugueses alargavam e os espanhóis estreitavam a América do Sul, e ninguém sabia bem a extensão do continente”
(MORAES, 2001, p.108).

A Coroa portuguesa, não estando disposta a arcar sozinha com os custos da colonização, e visando salvaguardar os seus interesses, privatizou-a, transferindo o empreendimento para particulares. Foi a partir desse momento que a instalação dos portugueses começou a se consolidar no Brasil.

Determinados fatores, como a difusão da pecuária no sul e no sertão do nordeste, a ação missionária na Amazônia e as bandeiras paulistas foram essenciais à expansão das fronteiras coloniais brasileiras, anteriormente estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas. Especificamente em relação às bandeiras paulistas, que se embrenhavam sertão à dentro em busca da mão-de-obra escrava indígena e na prospecção de metais, VIERNO (2003) afirma que a localização geográfica da vila de São Paulo de Piratininga facilitou a expansão, uma vez que a vila encontrava-se isolada num ponto estratégico, onde era possível se deslocar para qualquer direção rumo ao interior da colônia.

Já para MORAES um outro acontecimento teria contribuído na expansão para o interior, a União das Coroas Ibéricas, que durou sessenta anos (1580 a 1640) e reuniu súditos espanhóis e portugueses sob o comando do rei espanhol. A linha divisória que limitava a posse de cada Coroa perdeu sua função, pois estavam sob o comando do mesmo soberano e, portanto, pertenciam a um mesmo reinado, o que contribuiu para o alargamento das divisas portuguesas.

Então, ao longo de quase dois séculos, houve uma expansão territorial rumo ao interior, sem que existisse qualquer tipo de preocupação metropolitana no sentido de fiscalizar e controlar esta ampliação de domínios. DELSON (1997) apresentou esta convivência metropolitana, partindo do argumento de que ela foi fruto da ausência de redes urbanas representadas por centros administrativos estruturados, que garantissem a extensão da lei sobre o sertão. A existência desses centros significaria a instalação de mecanismos de controle mais eficientes sobre a população e suas organizações, possibilitando, entre outras coisas, a arregimentação militar, a aplicação das leis e a cobrança tributária.

Mas, até a descoberta de ouro em Minas Gerais, em finais do século XVII, esse quadro de ausência de centros administrativos estruturados se manteve constante.

"Influenciados pela descoberta de ouro na década de 1690 e diretamente ameaçados, os administradores metropolitanos buscaram ansiosamente os meios de ampliar o seu controle; um sistema racional de distribuição de terras, combinado com a distribuição supervisionada de vilas, constituiu o processo pelo qual o interior podia ser protegido contra um crescimento independente e descontrolado" (DELSON, 1997, p.4).

Para FALCON (2000) duas transformações alteraram a fisionomia da colônia, no início do século XVIII, e exigiram imediatas intervenções metropolitana. A primeira de caráter espacial, a rápida e gigantesca expansão do território colonial em direção ao centro-sul e ao centro-oeste que exigiu redobrados gastos da Coroa com povoamento e defesa dessas áreas. A segunda de caráter econômico e demográfico, o descobrimento e a crescente expansão das áreas mineradoras de ouro e diamante e o intenso deslocamento de populações, tanto de dentro quanto de fora da colônia, que para lá se dirigiram, provocaram a transferência do eixo econômico e administrativo da região nordestina para o sudeste. Portanto, a presença da autoridade portuguesa era necessária para garantir a fiscalização do comércio, do acesso às minas e da circulação de pessoas e mercadorias, como a cobrança de impostos sobre o ouro extraído, impedindo, ou ao menos dificultando, o contrabando do mesmo, além de facilitar a organização militar diante da possibilidade de combate com os espanhóis numa eventual disputa pela região. Para isso, a metrópole precisou estabelecer novas vilas e povoados que comportassem os órgãos e agentes administrativos da Coroa que tinham a função de garantir o cumprimento da lei e a ordem.

Em outras palavras, uma das medidas traçadas pelos portugueses no sentido de tentar estabelecer o domínio sobre a população, o território e suas riquezas, foi promover a criação e organização de uma rede de vilas e de cidades, supervisionadas e subordinadas à autoridade real, localizadas em pontos estratégicos e que permitissem a integração entre si e com a metrópole (DELSON, 1997, p.10). Ao menos no discurso essas eram as intenções da metrópole, pois ela não tinha estrutura organizacional suficiente para instalar e sustentar essa integração.

Mesmo tentando controlar ao máximo a circulação de ouro e de mercadorias, Portugal não conseguiu evitar que boa e considerável parte das riquezas brasileiras parasse nas mãos, principalmente, dos ingleses. A Europa em geral e a Inglaterra em específico foram as que mais se beneficiaram com os produtos brasileiros. Os ingleses mantinham fortes representantes comerciais instalados tanto em Portugal, quanto no Brasil, o que lhes garantiu vantajosas trocas comerciais. Quanto ao ouro, eles também foram os maiores beneficiários, seja diretamente, através do comércio – as importações feitas por Portugal eram pagas com ele – seja indiretamente, por meio de contrabando ou do tráfico marítimo – os portugueses não tinham uma frota marítima suficiente para assegurar as relações comerciais com a colônia e por isso dependiam dos navios ingleses (MARCADE, 1991).

A região das minas pertencia à capitania de São Paulo, que até início do século XVIII, compreendia uma vasta extensão que se estendia do Sul até Minas Gerais. Entretanto, o ouro descoberto pelos paulistas não significou riqueza para a capitania, pelo contrário, foi o início de uma condição de miséria que perdurou quase duas décadas. Os locais onde se encontraram metais preciosos foram desmembrados da capitania paulista e transformados em capitanias independentes, eram eles Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. O Sul, correspondendo hoje ao Paraná e à Santa Catarina, também pertencia à capitania de São Paulo e posteriormente foi desvinculado do território paulista e transferido para o governo da capitania do Rio de Janeiro, que passou a ser responsável pelo controle de todo o litoral. Além do desmembramento de seu território, a capitania também sofreu duas outras perdas que abalaram a sua economia: um considerável contingente populacional que a abandonou, deslocando-se para as regiões auríferas e a abertura de um novo caminho de comunicação ligando Minas Gerais ao Rio de Janeiro, prejudicando seu comércio, que até então era o principal abastecedor da região das minas. Este caminho foi aberto a fim de facilitar o escoamento do ouro de Minas para o Rio de Janeiro e, no sentido inverso, permitir a entrada de produtos, alimentos e escravos.

Assim, pouco a pouco São Paulo foi perdendo sua importância no cenário colonial, culminando na retirada de sua autonomia administrativa em 1748; a justificativa que a Coroa Portuguesa alegou foi a quase insignificância que tal capitania representava naquele momento, portanto, deixava de ser necessária a manutenção de um governador com patente de capitão-general (BELLOTTO, 1979). E, durante certo tempo, apenas duas regiões ficaram na órbita das preocupações metropolitana: a zona mineradora, visando garantir que a riqueza colonial chegasse ao seu destino, ou melhor, à Portugal, através de um rígido controle sobre as regiões mineiras; e o Sul, mais precisamente a parte fronteiriça, onde as disputas territoriais com os castelhanos acirravam-se. Para BELLOTTO (1979, p.349):

“São Paulo sofreu no século XVIII o impacto de contradições metropolitanas: valorizada – tornou-se capitania autônoma; espoliada – foi extinta e subordinada ao Rio de Janeiro; restaurada – recebeu a urgente responsabilidade de ‘salvar’ as fronteiras e a economia do Estado do Brasil! Devia ser o ‘tampão’ entre área hispanoplatina e as regiões a serem primordialmente defendidas: o Rio de Janeiro e a zona mineira”.

Para a metrópole três pontos essenciais precisavam ser reforçados na colônia. Em primeiro lugar, a defesa militar, pois a proximidade com os castelhanos e as constantes disputas

territoriais com os mesmos exigiam uma organização e intensificação da defesa militar de toda extensão territorial brasileira. Para tanto, uma estratégia seria transformar a capitania paulista num tampão, contendo os espanhóis e, ao mesmo tempo, protegendo a região das minas e o Rio de Janeiro, então capital da colônia. O segundo ponto era a centralização do poder – promover a ampliação do número de representantes administrativos da Coroa, através da criação de povoações, com o objetivo de que o Estado português estivesse representado, lembrando que todos estavam submetidos à autoridade real. E finalmente, o desenvolvimento da economia – a produção aurífera encontrava-se em declínio, por isso, tornava-se urgente a criação de novas fontes de riqueza, que, para o governo Pombalino correspondia ao desenvolvimento da agricultura de exportação.

Sobre a agricultura, ARRUDA (2000) afirma que Pombal tentou integrar a indústria, o comércio e a agricultura, tornando-os objetos de sua ação governamental. E, para tal, o ministro fez do estímulo à agricultura o epicentro de sua ação política na colônia, uma vez que a diversificação agrícola gerava produtos para a reexportação do Reino, alimentos para a população metropolitana e matérias-primas para a manufatura portuguesa.

No eixo centro-sul, a política metropolitana restaurou a autonomia administrativa da capitania de São Paulo e incentivou o desenvolvimento de uma agricultura de exportação. O isolamento econômico dos paulistas não era interessante à economia mercantilista de Portugal, pois a agricultura de subsistência não propiciava a circulação mercantil. Por isso o interesse em inseri-los na produção de gêneros coloniais respondia às necessidades metropolitanas. Com este objetivo, a determinação da restauração ocorreu em finais de 1764, quando por ordem do primeiro ministro português, o Conde de Oeiras (futuro Marquês de Pombal), nomeou-se D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, para o cargo de capitão-general da capitania, posto que ocupou de 1765 a 1775.

Para BELLOTTO (1979, p.99), Morgado de Mateus teria partido de Portugal já com as coordenadas que deveriam nortear sua administração, como pode ser observado em seu discurso de posse, na capitania de São Paulo, em 6 de abril de 1766:

“Foi sua Majestade servido de me mandar com o governo desta Capitania, encarregando-me de procurar por todos os meios estabelecê-la ao seu antigo esplendor, procurando os modos mais eficazes de:

*acrescentar suas povoações
estender os confins dos seus domínios
fertilizar os campos com a agricultura*

*estabelecer nas terras diferentes fábricas
idear novos caminhos
penetrar incógnitos sertões
descobrir o ouro de suas minas
fortificar as suas praças
armar o seu exército
fazer observar as leis e respeitar as justiças”.*

Logo em seus primeiros anos de governo, o Morgado de Mateus mandou realizar um recenseamento em toda a capitania, com a intenção de fazer um levantamento dos nomes, idades, atividades econômicas e patrimônio. Em seguida, ordenou que toda a população dispersa se reunisse nos novos núcleos de povoadamentos, proibindo a instalação de sítios volantes. Um dos objetivos desse recenseamento era garantir a devida cobrança de impostos e do recrutamento militar; enquanto que a proibição de sítios volantes se configurava como uma tentativa de fixação da população, visando garantir o desenvolvimento da agricultura – a fixação da população era um fator determinante para se atingir os objetivos da restauração e, por isso, trataremos dela mais adiante.

Na realidade, parece que a idéia do governo era produzir dados, ou melhor, gerar informações, que permitissem conhecer a real situação da capitania, ou seja, para poder controlar e direcionar o crescimento territorial e econômico da colônia era necessário conhecer o seu território, a sua população e a sua produção.

O recenseamento para RAFFESTIN (1993) é uma representação abstrata e resumida da população, a partir da qual o Estado, ou outra organização procura aumentar sua informação sobre um grupo a fim de dominá-lo. *“O recenseamento é um saber, portanto um poder. (...)... é evidente que por essa informação, o recenseamento, o Estado pode assentar melhor o seu sistema de taxaço e determinar aqueles que estão submetidos ao serviço militar”* (RAFFESTIN, 1993, p.68).

A população é um estoque de energia que deve ser conhecido pelo Estado, pois o conhecimento sobre esse contingente facilitará a sua manipulação. E, uma vez conhecido este estoque de energia, é possível saber se é necessário aumentá-lo, diminuí-lo ou deslocá-lo de acordo com os interesses do Estado, que para atingir seus objetivos pode utilizar diversos mecanismos de poder, tais como coerção, incitação moral ou algum tipo de remuneração. Mas nem sempre a população aceita passivamente ser manipulada e reage, sempre que possível. *“Oposição, resistência e revolta são os termos que ressaltam as etapas da retomada de um poder do qual freqüentemente a população é desapropriada pelas organizações.”* (RAFFESTIN, 1993, p.80).

Já para BALHANA (1986), embora as informações apresentadas nos censos realizados na época colonial sejam ricas, elas não representam um todo homogêneo sobre a população. Desde 1761, a Junta do Comércio havia determinado que os governadores de capitanias fornecessem dados sobre o estado das capitanias, indicando o número de brancos, negros e índios e o porquê de seu aumento ou diminuição. Mas existiu muita resistência, ou omissão, na prestação dessas informações, seja por receio de recrutamento militar, de cobranças fiscais, dificuldades de comunicação, ou mesmo por ignorância. Apesar das dificuldades em realizar tais censos, o governo Pombalino sabia da importância das informações sobre a população. Elas forneceriam um mapa da localização e distribuição da mesma, através do qual seria possível tanto o recrutamento militar, quanto a redistribuição populacional.

A fixação e distribuição da população eram cruciais para que a restauração da capitania alcançasse seus objetivos. A população paulista vivia isolada e dispersa, estabelecendo sítios volantes, isto é, ora estava acampada aqui, ora acolá, mantinha uma agricultura de subsistência e, especialmente, estava fora do alcance dos braços da lei e da religião. Este isolamento e dispersão não eram despropositados, ao contrário, faziam parte de uma estratégia de resistência contra o recrutamento militar e o pagamento de impostos. Portanto, para o governo português, era preciso reunir estas pessoas, mesmo que à força, para não se correr o risco de perder o controle sobre o interior da capitania. Segundo TORRÃO FILHO (2004, p.17), para o Morgado de Mateus “... a cidade é um espaço para civilizar os índios, mestiços, dispersos, vadios e rebeldes, levando-lhes as luzes da razão e da sujeição à Religião e à Coroa”.

A fixação permitiria também, ainda que de maneira precária, a construção de vias de acesso e comunicação entre as povoações, facilitando o abastecimento e deslocamento de tropas militares na defesa do território, o fluxo da produção e do comércio, e o desenvolvimento da agricultura.

Os sítios volantes também representavam o nomadismo e a rusticidade do homem paulista que assimilou facilmente a língua, as técnicas, os hábitos e os costumes indígenas. O vocabulário brasileiro, ainda hoje, guarda vestígios dessa herança, e HOLANDA (1994) afirma que se estes vocábulos prevaleceram foi porque o português não conseguiu oferecer um termo adequado. O hábito de dormir em redes também foi rapidamente adotado entre os colonizadores da capitania paulista, assim como as técnicas de tecelagem dessas redes, que ao que tudo indica eram ignoradas em Portugal. Já na agricultura prevaleceu o cultivo do milho, mantendo-se as técnicas

dos antigos naturais da terra; a mobilidade do paulista pelo planalto, o fácil transporte das sementes e sua rápida germinação (5 a 6 meses após a sementeira) teriam justificado a preferência por este cultivo. Concordamos com os autores (BELLOTTO, 1979; TEIXEIRA, 2004; TORRÃO FILHO, 2004) que afirmam que os sítios volantes representavam uma forma de resistência. Mas, ao mesmo tempo, não podemos deixar de considerar que eles também eram representativos dos longos anos de isolamento e da incorporação do viver indígena pelo colonizador¹. Já o governo português interpretava os sítios volantes como reflexos da preguiça e da vadiagem do homem paulista, ou seja, um meio de fuga do trabalho sistemático. Por isso foram proibidos, sendo também determinado que todos deveriam juntar-se em povoações com cinquenta vizinhos ou mais. De acordo com TEIXEIRA (2004, p.44), o Morgado de Mateus acreditava que:

“Somente uma agricultura rentável faria o homem do campo, que vivia de um lado para o outro, parar e se estabelecer, fincar raízes e, conseqüentemente, valorizar o bem existente sob os seus pés. Isso possibilitaria sua fixação, sendo uma defesa natural que brota naqueles que vêm ‘suas casas e famílias’ ameaçadas”.

Neste contexto, surgia mais uma forma de incentivar a agricultura, estimulando a consolidação da família, através do casamento e da procriação, assunto que será tratado mais adiante.

Conhecer, manipular e dominar: formação das vilas e cidades brasileiras do século XVIII

Este período de florescimento urbano da colônia brasileira coincide com o surgimento de uma nova mecânica de poder, da qual emerge a figura do indivíduo. O desenvolvimento industrial e o capitalismo intensificaram a idéia do corpo humano como objeto e alvo de poder. Um corpo que deve ser dominado, manipulado e controlado, buscando aumentar a sua capacidade produtiva, ao mesmo tempo em que diminui sua capacidade política. A idéia de FOUCAULT (2001, p.187) resume esta mudança de parâmetro:

“Este novo mecanismo de poder apoia-se mais nos corpos e seus atos do que na terra e seus produtos. É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza. É um

¹ SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo; Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. 3 ed., São Paulo: Hucitec, 1997. p.18. *“No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos”.*

tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de sistemas de taxas e obrigações distribuídas no tempo; que supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano. Finalmente, ele se apoia no princípio, que representa uma nova economia do poder, segundo a qual se deve propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e eficácia de quem as domina”.

No projeto de colonização brasileira, o Estado e a Igreja assumiram e dividiram essa empreitada. Onde, por algum motivo, o Estado não pôde estar presente, a Igreja ocupou o seu lugar. Mas, apesar da estreita ligação que existia entre ambos, com o sagrado e o profano mesclando-se, a predominância era do Estado, que manipulava a religião de acordo com seus interesses - afinal ela era um eficiente mecanismo de controle sobre a população. *“As vantagens dessa ligação são evidentes. De fato, o poder, nesse caso, possui um forte componente informacional, e o Estado gasta muito menos energia para obter a adesão da população às suas pretensões políticas. Por vezes, chega até a obter um consenso notável”* (RAFFESTIN, 1993, p.125).

Na verdade parecia haver uma divisão, ao Estado cabia o domínio sobre os mecanismos físicos de controle, enquanto que a Igreja tornava-se responsável por mecanismos ideológicos e psicológicos. No caso do projeto colonizador português *“... estava a Igreja, com um papel fundamental na criação da idéia de colono, de desbravador e agente da civilização, para os homens brancos. Também ela tinha o virtual monopólio da educação, e assim assumiu a vanguarda na organização da sociedade colonial”* (ZANCHETTI, 1986, p.20). A Igreja também esteve presente na formação urbana brasileira, além do controle ideológico sobre o colono, era sempre o edifício religioso o primeiro a marcar presença na formação urbana e a partir do qual organizavam-se as ruas e as casas. Por isso, em muitos municípios ele é considerado o marco zero, isto é, o ponto inicial que deu origem à localidade. Da mesma maneira, a elevação hierárquica de uma localidade, no sentido político-administrativo (freguesia, vila ou cidade) quase sempre estava vinculada à existência do edifício religioso, que podia ser uma capela ou igreja.

No Brasil, foram várias as cidades que se originaram de um patrimônio religioso, o qual pode ser definido da seguinte maneira:

“Em geral é um fazendeiro ou uma reunião de fazendeiros vizinhos que faz doação do território, ele o constitui em patrimônio, patrimônio oferecido à Igreja ou antes a um santo, ao qual será dedicado o novo burgo e do qual ele levará o nome. O ato é redigido em nome do santo, o bispo assina no seu lugar e sítio” (DEFFONTAINES, 1944, p.300).

Temendo o poder de influência dos religiosos sobre a população, a Coroa portuguesa procurou diminuir suas ações através da transformação da Igreja num *instrumentum regni*, subordinando-a ao poder real. Portugal utiliza dois instrumentos legais: o direito de Padroado, o rei detinha o direito de nomear os prelados, e o beneplácito Régio, uma declaração onde o rei atesta que as determinações eclesiásticas foram aprovadas por ele e que elas não ferem as leis e os costumes.

A Coroa também incorporou o direito de arrecadar os dízimos eclesiásticos, que só posteriormente eram repassados aos clérigos, essa medida transformava-os em funcionários reais.

Quando o Marquês de Pombal assume o poder, entrou em conflito com os jesuítas, pois, sabia que eles significavam o domínio ideológico do aparelho religioso sobre o povo, o que poderia abalar a estrutura política do Antigo Regime. Por isso, Pombal acabou com a Companhia de Jesus e com a Inquisição. Na concepção do Ministro português, somente dessa forma seria possível manter a unidade política e religiosa atreladas ao poder secular. Para BOSCHI (1986), esta postura do governo português mostrava uma preocupação mais acentuada com os problemas políticos e econômicos, esquecendo-se do lado da assistência social, que também deveria estar representado nas instituições religiosas. Certamente, a maioria das transformações na vida cotidiana da colônia, promovida pela metrópole, especialmente durante as reformas pombalinas, visava os aspectos econômicos; afinal metade das rendas do Estado português provinha do seu império ultramarino e particularmente do Brasil.

Há o surgimento das Irmandades e Confrarias, associações em que as pessoas reuniam-se de acordo com critérios raciais ou sociais, extrapolando as finalidades religiosas, para assumir as obras assistenciais abandonadas pelo Estado e pela religião oficial. Mas, não tardou para que o Estado submetesse estas associações ao seu controle, fazendo-as agir em seu benefício e tornando-as cada vez mais dependentes e submissas aos seus mandos. A ingerência do Estado acentuou-se em 1765, quando foi expedida uma provisão pela qual todas as irmandades deveriam enviar seus Compromissos à Portugal para que tivessem a aprovação da Mesa da Consciência e Ordens. Com o pretexto de reformular seus compromissos, as irmandades foram abandonando qualquer ligação que pudessem ter com o poder ordinário e passaram a se submeter ao poder regular. Deste modo, o Estado tinha em suas mãos um veículo capaz de

controlar as tensões sociais. “Ao congregar as pessoas, as irmandades as despersonalizavam e, em decorrência, canalizavam forças individuais para a tutela do Estado” (BOSCHI, 1986, p.156).

No caso dos negros, a política colonial buscava reunir e associar cada etnia à “proteção” de um santo católico, o qual seria considerado o patrono da confraria ou irmandade. Com isso, as rivalidades entre etnias diferentes, trazidas da África, mantinham-se acesas e, agora, simbolizadas pela rivalidade entre essas instituições católicas. Tal estratégia foi devidamente explorada pelo poder colonial, pois a manutenção das particularidades étnicas de cada grupo impedia a união contra o opressor branco (SILVEIRA, 1988, p.168).

As festas, religiosas ou não, também faziam parte do desejo de normatização do Estado e da Igreja, uma vez que elas representavam locais de comunicação e sociabilidade. O ritual da festa permitia que os populares expressassem suas críticas as ordens social, política e religiosa vigentes. Por exemplo, as brincadeiras com comidas na festa de carnaval simbolizavam o protesto contra a abstinência obrigatória na época da quaresma; a abundância de comida e bebida nas festas populares também era sinal de protesto quanto a fartura cotidiana da elite, uma vez que os pobres dispunham do mínimo necessário para sua subsistência. Por isso, era necessário manter o controle sobre suas manifestações.

FERREIRA (1996) apresenta as disputas que envolvem a festa da seguinte maneira:

“como uma luta pelo poder definida através de uma luta pela conceituação do espaço. Festejar será, então, dominar o discurso que define este ou aquele espaço como festivo. Mais do que uma luta pelo território, o evento festivo marca uma disputa pelo domínio do espaço simbólico, pelo lugar que se quer como o local da festa. (...) Determinar, conceituar e manter este espaço – e impor este conceito através das práticas associadas à festa – será uma tarefa tanto exercida pelo grupo que detém o poder sobre o evento quanto por aquele que, necessariamente, disputa este poder”.

Além da festa, o sexo também era alvo de controle tanto da Igreja quanto do Estado. Para a Igreja Católica, essencialmente após o Concílio de Trento, era necessário construir um saber sobre o sexo, não apenas sobre o ato sexual em si, mas também sobre os desejos, prazeres, sonhos, qualquer ato, gesto, insinuação, enfim tudo o que despertasse os desejos da carne. No discurso, a Igreja pretendia aplicar esse controle através do ato da confissão, que deveria ser anual, onde todos os desejos e insinuações da carne eram descritos com rigor de detalhes, na verdade era um estímulo ao exame de si mesmo, para que os pecados cometidos contra a pureza sofressem as devidas penitências. Na prática a Igreja pregava a moral cristã, que considerava o sexo legítimo apenas dentro do casamento e para fins de procriação, e o concubinato e o

adultério, assim como os possíveis filhos ilegítimos dessas relações, sofriam preconceito e discriminação social.

A partir do século XVIII, a Igreja ganha um outro aliado, o Estado. Para o Estado, o sexo surge como uma questão de interesse público, o discurso sobre ele sai da esfera moral e passa a ser objeto da racionalidade “... *cumprir falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se*” (FOUCAULT, 1988, p.27).

De uma maneira geral, os governos iluministas do século XVIII preocuparam-se muito com a quantidade populacional, pois ela representava um aumento da força de trabalho no mercado. Esta é a primeira vez que a população surge como problema econômico e político, ou seja, ela era um recurso, uma energia, que não podia ser desconsiderada, ao contrário deveria ser analisada e controlada. Ora, na questão populacional, saber sobre o sexo da população, mais precisamente, saber como cada qual utilizava seu sexo era primordial. Os governos consideravam que as relações sexuais deveriam ser úteis ao Estado, isto significava serem fecundas (FOUCAULT, 1988; RAFFESTIN, 1993; TEIXEIRA, 2004).

Tomando como exemplo a colonização brasileira, a fertilidade do sexo fazia parte do projeto de colonização, pois, o Estado considerava a família um importante elemento colonizador, único capaz de garantir a posse e a soberania lusa em terras brasileiras. Somente uma união estável seria capaz de garantir a vida e socialização da prole, então, à Igreja foi reservada a tarefa de valorizar e estimular o casamento e a maternidade entre as mulheres, tornando-as úteis ao projeto colonizador². A escassez de mulheres brancas no Brasil fez com que, ao menos em tese, o governo pombalino estimulasse os casamentos entre os nativos e os europeus, no interesse de aumentar a população (MAXWELL, 1996).

² DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: EDUNB, 1993. p.66 *apud* TEIXEIRA, 2004, p.36.

Novas freguesias, vilas e cidades

O processo de urbanização no Brasil foi intensificado, as vilas e cidades surgiram como símbolos do poder, de onde se estruturam o sistema legitimador-opressor do projeto colonizador português. Espacialmente o poder estava concentrado na praça central de onde partiam todas as formas de controle sobre a vida e o cotidiano. Esta espacialidade do poder está muito bem descrita neste trecho de ZANCHETTI (1986, p.23):

“Fora o templo católico, o principal edifício da vila era invariavelmente uma cadeia que, em geral, ocupava as mesmas instalações da Câmara Municipal. Estranha simbiose que, entretanto, expressa de maneira indubitável o significado da administração local dentro da sociedade colonial. Religião, repressão e administração estatal se contemplavam numa mesma praça, em posições que sugeriam que cada poder vigiava o outro. Todos unidos, entretanto, na locação que não deixava dúvida à população a origem e a composição do poder colonial.”

Este período foi marcado não apenas pela criação de novas vilas, mas também pela elevação hierárquica de algumas povoações, existindo três categorias de aglomerados urbanos.

A freguesia, que correspondia a um distrito ou bairro rural de um determinado município, estando religiosa, política e administrativamente subordinada ao mesmo. O sentido do termo bairro não corresponde ao que hoje entendemos, mas sim a um ajuntamento de propriedades agrícolas isoladas e espalhadas dentro de uma área territorial sob a jurisdição de um município, onde, geralmente, a sede municipal encontrava-se a longa distância.

“bairro rural, vale dizer uma área servida por um caminho ou estrada, ao longo dos quais se alinham pequenos sítios em que se cultivam cereais e cria-se o gado menor. Um número elevado desses bairros rurais surgiu em terras paulistas graças ao refluxo da população que deixou Minas Gerais após a decadência da mineração, embora outros muitos se tenham formado graças à própria expansão de paulistas” (AZEVEDO, 1957, p.55).

O status de freguesia era conseguido após a instalação de uma capela ou igreja, onde seriam prestadas as assistências religiosas e jurídicas. A primeira ampararia as almas nos sacramentos religiosos, enquanto a segunda garantiria os registros oficiais de matrimônio, nascimento, óbito, e posteriormente de terras – pois, ainda não havia nenhuma instância civil que centralizasse esses registros, o que ocorreria somente ao final do século XIX. A instalação de uma freguesia representava autonomia religiosa e reconhecimento do Estado. Entretanto, a

localidade continuava subordinada política e administrativamente a um município. A ereção de uma capela ou igreja nem sempre consistia numa tarefa fácil, uma vez que a maioria dos povoados dispunha de poucos recursos que, além de insuficientes para o levantamento de um edifício, também o era para a manutenção de um pároco, já que ambas as despesas eram de responsabilidade da população. Um outro fator que parecia dificultar a construção e manutenção da igreja era a resistência dos próprios párocos que não queriam se deslocar para locais ermos e sem estrutura e, por isso, muitas vezes, tentavam impedir o desmembramento de bairros rurais e sua elevação à paróquia ou freguesia (TORRÃO FILHO, 2004, p.206).

O degrau seguinte na escala hierárquica era a elevação à vila, o que significava alcançar autonomia política e administrativa, ou seja, tornar-se sede municipal com território próprio e responsável por si mesma. Seria delimitado o termo – o território do novo município e os seus limites com outros municípios. Em seguida era demarcado o chamado *rossio* – a área de uso comum a todos do povoado – e também os locais para a construção da Casa de Câmara e Cadeia, e, aquele que era o símbolo da autonomia municipal, o Pelourinho; já o local da antiga capela poderia ou não ser o mesmo, mas esta deveria ser substituída por uma igreja matriz. De acordo com ZANCHETI (1986, p.9) “... muitas das vilas, que nasceram no país, foram obras de atos deliberados, de uma vontade estatal, fruto de uma estratégia de aproveitamento econômico do espaço”. Em outras palavras, a elevação à vila correspondeu mais a uma necessidade de instalação da autoridade lusa, do que um desenvolvimento real da localidade.

A elevação à cidade representava o ponto máximo na hierarquia e, só poderia ocorrer por determinação expressa da metrópole. Mas, durante todo o período colonial foram poucas as povoações que conseguiram alcançar este patamar. Quando esta promoção ocorria, ela estava muito mais ligada a questões econômicas que visavam solucionar problemas de cunho agrário, como escoamento da produção e controle sobre os escravos, isto é, atender as necessidades dos grandes proprietários de terras. Até o início do século XIX, era comum os senhores e suas famílias apenas freqüentarem a cidade, principalmente nos dias de missa ou de festa, e continuar a residir nas sedes das fazendas, redundando numa despreocupação com as condições e necessidades da cidade, tais como escoamento de águas e calçamento.

AZEVEDO, A. (1956) realizou um levantamento do número de vilas e cidades fundadas no Brasil desde a chegada dos portugueses, no século XVI, até a independência do país, em 1822. Entretanto, Azevedo não trabalha com a categoria de freguesia. Por isso recorreremos aos

dados de VIERNO (2003), a fim de ampliarmos o quadro de fundações na colônia. Do cruzamento das duas informações³ chegamos aos seguintes números para todo o século XVIII:

TABELA 1

Distribuição da fundação das freguesias, vilas e cidades no século XVIII: antes, durante e após o período do governo Pombalino

CATEGORIA	1700-1749	1750-1777	1778-1800	TOTAL
Freguesia	-	20	-	20
Vila	39	92	19	150
Cidade	2	1	-	3

Fontes: AZEVEDO (1956)
VIERNO (2003)

Das 39 vilas existentes até 1749, uma foi elevada à cidade no governo de Pombal. A Vila do Mocha, localizada no Piauí, criada em 1712, foi elevada à cidade em 1761 com o nome de Oeiras – em homenagem ao Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal. Quanto às freguesias, cinco delas foram criadas por Pombal e elevadas à vila posteriormente, entre 1778 e 1800, são elas:

TABELA 2

Relação das freguesias criadas por Pombal e elevadas à vila no último quartel do Setecentos

Freguesia	Nome	Vila	Nome	Atual
1755	Sto. Antônio do Boqueirão do Quixeramobim	1789	Campo Maior de Sto. Antônio de Quixeramobim	Quixeramobim - CE
1769	Nossa Sra. da Conceição	1790	Vila Nova da Rainha	Campina Grande - PB
1770	Santana do Igapó	1798	Vila Nova de Castro	Castro - PR
1774	N. Sra. da Conceição de Campinas	1797	Vila de São Carlos	Campinas - SP
1750	N. Sra. Mãe dos Homens de Araratiguaba	1797	Porto Feliz	Porto Feliz - SP

Fontes: AZEVEDO (1956)
VIERNO (2003)

³ Ver em anexo a relação completa de freguesias, vilas e cidades.

Então, excetuando-se essas cinco freguesias do total de vilas surgidas no último quartel, passamos a um total de 145 vilas para todo o setecentos, o que corresponde a: 26,9% das vilas surgidas nos dois primeiros quartéis; 63,4% no terceiro quartel; e 9,7% no último quartel do século XVIII. Ao menos nos números parece ter se concretizado o objetivo do Marquês de Pombal de construir uma rede de povoações que permitissem uma melhor comunicação e deslocamento das localidades entre si e entre essas e a metrópole, além da defesa do território.

Entretanto, não se pode afirmar que o simples fato de ter crescido o número de freguesias e vilas significou que as determinações metropolitanas tenham sido expressamente seguidas em todas as localidades coloniais. Isto por vários motivos tais como, conflitos de interesses entre os colonos e a metrópole, dificuldades de comunicação entre Portugal e seus funcionários reais, ameaça indígena e outros. Essas povoações, em sua maioria, tinham os arruamentos irregulares, o mato crescia nas vias de circulação, não existia coleta de lixo, animais andavam soltos pelas ruas, além de outros aspectos que demonstram uma estrutura urbana precária.

A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso

Foi neste contexto ocupação geográfica e estruturação econômica que ocorreu a fundação oficial da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso, em 14 de julho de 1774, no final do governo do Morgado de Mateus.

Campinas do Mato Grosso era um bairro rural do distrito de Jundiá e ficava à beira do caminho da estrada para as minas de Goiás. Segundo PUPO, C.M.M. (1969), os primeiros habitantes de Campinas foram Francisco Barreto Leme e seus familiares, oriundos de Taubaté, e que, provavelmente, teriam chegado entre os anos de 1741 e 1745⁴. Barreto Leme teria sido o primeiro habitante do povoamento rural, uma vez que o recenseamento de 1767 atesta que no bairro do Mato Grosso não existia qualquer resquício de vida urbana: os seus 38 domicílios e 185 habitantes estavam espalhados pela região. Este autor ainda revela que o fundador de Campinas foi o primeiro a ocupar ali, de fato, uma sesmaria concedida pelo poder real.

A vida religiosa e política dos habitantes do bairro rural de Campinas do Mato Grosso estava toda concentrada na vila de Jundiá, ou seja, era para lá que as pessoas deveriam se deslocar para receber os sacramentos da Igreja ou para responder à Justiça; do contrário cada

qual levava a vida em seu sítio, muitas vezes a léguas de distância do vizinho mais próximo, cultivando produtos de subsistência como milho e feijão. Mas, a falta de assistência religiosa era uma preocupação constante no cotidiano dessas pessoas que estavam a dez léguas de distância da paróquia mais próxima (Jundiaí). Vencer um trecho de 66 quilômetros numa época em que não havia boas estradas era uma tarefa longa e penosa.

Embora houvesse um cemitério neste bairro rural, muitas almas estavam morrendo sem os devidos sacramentos da igreja. Foi esta a alegação que os moradores utilizaram ao enviarem uma petição ao governo Diocesano de São Paulo, ao final do ano de 1772, pedindo autorização para a construção de uma capela, onde pudessem ter, ao menos de vez em quando, uma assistência religiosa.

O local destinado à construção foi a paragem de Campinas que, segundo o vigário de Jundiaí, seria suficiente, apesar de deserta, já que era apenas um local de pouso para as tropas de viajantes que por ali passavam.

Em 18 de janeiro de 1773 o cônego Antônio de Toledo Lara autorizou a ereção de uma capela que deveria ter escritura de dote de bens de raiz e que rendesse no mínimo seis mil réis anualmente para a construção e reparação da tal capela. Mas, segundo PUPO, C.M.M., diante dessa exigência os moradores teriam mudado de idéia e, ao invés de uma capela para sacerdotes itinerantes, eles decidiram por uma nova freguesia. Ainda de acordo com este autor, a mudança foi resultado de três vetores: o primeiro, seria o idealismo de Francisco Barreto Leme, fundador e doador das terras para a ereção da freguesia; o segundo, seria a vontade e abdicação de Frei Antônio de Pádua, parente de Barreto Leme, que aceitou vigariar numa paróquia deserta e paupérrima; e, finalmente, a força e a orientação do capitão-general de São Paulo o Morgado de Mateus, cujo objetivo era justamente aumentar o número de povoados na capitania.

Entretanto, BENEDETTI (1983) apresenta outra tese para a mudança de pedido feita pelos habitantes do bairro rural, de capela e sacerdote itinerante para paróquia e vigário fixo. Segundo esse autor, tudo indica que tal mudança esteve ligada às questões econômicas. O primeiro pedido corresponderia ao desejo de sitiantes mais pobres que mantinham pequenas lavouras de subsistência, em sua maioria posseiros, que pretendiam manter o local como bairro rural. Por sua vez, o pedido de paróquia e vigário fixo teria partido dos sitiantes economicamente mais fortes,

⁴ De acordo com PUPO, a data aproximada de chegada de Barreto Leme e sua família foi baseada na análise dos documentos referentes aos batizados de seus filhos.

sesmeiros e senhores de escravos, que intentavam integrar Campinas no circuito mercantil metropolitano estabelecendo a monocultura exportadora, através da constituição de freguesia.

A tese de BENEDETTI nos parece ser mais coerente, porque tanto Barreto Leme, quanto o Frei Antônio de Pádua, pertenciam e representavam os interesses dos senhores de terras. E a criação de freguesia, de qualquer maneira, coadunava-se com os objetivos do Morgado de Mateus e da Coroa portuguesa, não havendo motivo para oposição à sua ereção.

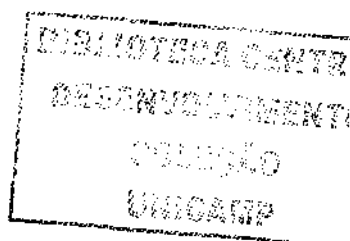
"A paróquia, enquanto 'sedentarização' do padre, fixado como vigário, acompanha/legitimando o estabelecimento político-administrativo, a freguesia. Esta criação de paróquia/freguesia é na realidade o estabelecimento de uma economia 'de propriedade' contra uma economia 'de posse'." (BENEDETTI, 1983, p.43).

Do ponto de vista religioso, BENEDETTI aponta para a oposição entre a religião popular – ligada à capela, à festa dos santos, à reunião religiosa entre o grupo de vizinhos, de caráter lúdico e de lazer – e a religião oficial – associada à paróquia, ao Deus estabelecido, representante de um grupo social específico: os senhores de terras e escravos, beneficiados com a concessão de sesmarias.

"(...) a paróquia e a fazenda são assimiladas ao racional, enquanto a religião popular, familiar, o atendimento religioso não sistemático e a economia de subsistência (nômade e seminômade) são assinalados ao irracional. Em termos religiosos, a nova ordem, nos planos religioso, político e econômico constitui o domínio do sagrado – legítimo (racional) – e se opõe ao profano – ilegítimo (irracional)." (BENEDETTI, 1983, p.48).

Assim, a 27 de maio de 1774, o Morgado de Mateus enviou a seguinte ordem a Francisco Barreto Leme:

"Para Francisco Barreto Leme ser Fundador e Director da nova Povoação de Campinas do Matto Grosso, Districto da Va. de Jundiaby: Porqto. Tenho determinado, em virtude das ordens de S. Mage. aumentar as Povoações desta Capitania, e tenho notícia q. na Jundiaby e S. Joam de Atibaya a terras suficientes para estabelecer hũa boa Povoação: Sou servido nomear a Francisco Barreto Leme pa. Fundador, Administrador e Director da dita Povoação, emqto. Nam mandar e contro. e concorrer na sua pessoa christande. capacide. e justiça para dirigir os Povos della com paz e quietação; e lhe ordeno convoque para o dito feito todos os forros, carijós e administrados, de q. tiver notícia andão vadios e nam tem caza, nem domicilio certo, nem sam uteis á Republica e os obrigue a ir povoar as ditas terras das Campinas do Mato de Jundiaby, estabelecendo nellas a referida povoação, elegendo sitio proporcionado para ella e fazendo guardar os moradores todos os Privilegios q. S. Mage. tem concedido aos q. estabelecem colonias de novo, como tambem todos os mais que eu alem delles lhes concedo pelo Bando q. com esta



mando para se publicar; o que tudo assim cumprirá e faça executar com aquelle zelo, actividade e desinteresse que recomendam as ordens de S. Mage. e da sua pessoa se espera. São Paulo, a 27 de Mayo de 1774. S. Exc. D. Luiz Antônio de Sousa Botelho Mouram."

Segue o Bando que o capitão-general de São Paulo mandou publicar:

*"Porqto. se faz preciso formar na paragem chamada Campinas de Matto Grosso, Districto de Jundiahy, hũa Povoaçam, pa. principio da qual as necessarios alguns cazaes pa. cultivarem as terras devolutas do dito Districto: Ordeno q. toda a pessoa que quizer entrar no numero dos ditos cazaes se vá apresentar a Francisco Barreto Leme na mesma paragem; e a estes q. voluntariamente se oferecem para ir povoar a referida paragem, faço saber que lhes mandarei dar as terras de que carecem, segundo as possibilidades q. tiverem, e a ferramta. neccessaria para a cultura das referidas terras, e lhes facultarei todos os Privilegios, q. S. Mage. concede aos Povoadores de terras; e serem attendidos em todos os requerimentos q. me fizerem respectivo a sua acomodaçam, fazendo com que se situem onde melhor lhes convier; e lhes concedo o Privilegio de q. dentro de tres annos nam seram chamados para soldados, assim desta Praça como de Auxiliares e Ordenanças, nem seram occupados em outro algum serviço, ou emprego alheyo da sua vontade. E para que chegue á noticia de todos mandei lançar este Bando pelas Villas daquela vizinhança, q. se afixará na parte mais publica da de Jundiahy, depois de registrado nos livros da Secretaria deste Governo de S. Paulo a 27 de Mayo de 1774. Thomaz da Silva, Secretario do Governo o fez escrever. D. Luiz Antonio de Souza."*⁵.

Através dos trechos grifados, evidencia-se o objetivo específico do Morgado de Mateus para Campinas, ligado a determinações que faziam parte de um contexto mais amplo de reunir pessoas dispersas em aglomerações urbanas, aumentar as povoações da capitania e desenvolver a agricultura, através do oferecimento de terras e ferramentas para o cultivo, ou seja, seguir a estratégia traçada por Pombal. E já prevendo possíveis resistências, o capitão-general concedeu, por ordem real, a dispensa do serviço militar por um período de três anos como forma de atrair as populações para as vilas. Portanto, o estabelecimento oficial de Campinas ocorreu no bojo da ocupação geográfica e estruturação econômica da colônia brasileira.

Paulatinamente a Coroa portuguesa disciplinou seus colonos e impôs sua autoridade; este foi um processo que, em São Paulo, teve início no governo do Morgado de Mateus, mas que se prolongou durante o governo de outros capitães-generais, até a transferência da família real para

⁵*Documentos Interessantes para a História de São Paulo*, 1901, vol. 33, p.160-161 apud SANTOS, A. da C, 2002, p.118-119. (grifo nosso).

o Brasil, em 1808. Também foi no governo de D. Luiz Antônio que se introduziu a cultura da cana-de-açúcar em terras paulistas, o que mais adiante representou um grande desenvolvimento econômico para a capitania. Para PETRONE, M.T.S. (1968), o desenvolvimento da indústria do açúcar em São Paulo não só organizou toda uma rede de infra-estrutura – estradas, porto, comércio – como também foi responsável pela acumulação de capital a ser investido nas lavouras de café.

Apesar da elevação à freguesia ter ocorrido em 1774, a indústria açucareira instalou-se em Campinas somente entre os anos de 1790 e 1795 após a abertura de um caminho que a ligava à vila de Itu, onde já havia grande produção de açúcar. O primeiro pároco de Campinas, Frei Antônio de Pádua Teixeira, também parente de Francisco Barreto Leme, era oriundo de Itu e quando se mudou para lá levou consigo seus pais e irmãos, os quais se tornaram os primeiros fabricantes de açúcar para exportação (PUPO, 1969, p.49). Portanto, a ligação entre Campinas e Itu não ocorreu por acaso. Nem tão pouco a prosperidade da segunda teria sido único fator de influência, ao contrário os primeiros agricultores campineiros a produzir açúcar eram na realidade oriundos de Itu.

Aos poucos, o açúcar promoveu o enriquecimento e a formação de uma elite local, a qual não tardou a reivindicar a elevação da freguesia à categoria de vila; pedido que foi atendido pelo capitão-general Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, em 1797, elevando-a ao status de Vila de São Carlos.

Abaixo segue um quadro demonstrativo relativo à evolução da indústria açucareira em Campinas, através do número de engenhos e da produção de açúcar e aguardente.

TABELA 3
Evolução da indústria açucareira em Campinas

Ano	n.º de Engenhos	Açúcar (arrobas)	Aguardente (canadas)
1775	3	-	150
1798	37	15 139	460
1799	37	16 875	831
1818	60	100 000	-
1834	82	302 100	-
1836	93	158 447	7 399
1852	51	-	-
1854	44	62 290	-

Fonte: PETRONE (1968, p.48)

Em 1775, apenas um ano após a elevação à freguesia, Campinas possuía três engenhos e a sua produção de açúcar e aguardente provavelmente era apenas para consumo próprio. Pouco mais de vinte anos depois, o número de engenhos instalados era de trinta e sete e sua produção chegou a quase dezessete mil arrobas. Os números de engenhos começaram a declinar a partir de meados do século XIX, provavelmente porque muitos agricultores optaram pela plantação de café ao invés de cana-de-açúcar. Outro fator para o aumento da produção de açúcar brasileiro foi a revolta social liderada por ex-escravos na colônia francesa de Saint Domingue, em 1790, que impediu o contínuo fornecimento de açúcar ao mercado europeu. A interrupção no envio de açúcar à Europa garantiu a alta dos preços do produto no mercado internacional, beneficiando especialmente a agricultura paulista.

A criação da freguesia, a fixação da religião oficial e o crescente desenvolvimento açucareiro permitiram a inserção de Campinas no cenário econômico colonial, e posteriormente forneceram as estruturas para o desenvolvimento da agricultura cafeeira.

Uma vez inserida no circuito mercantil, gradativamente o espaço e as relações sociais se alteraram e imprimiram suas marcas em Campinas. A população cresceu rapidamente a partir dos anos de 1790. A população em 1775 era de 266 habitantes, este número quadruplicou em 1790 passando para 1.139. E ao longo de mais uma década ela quadruplicou novamente. O número da população de escravos negros entre as décadas de 1790 e 1810 aumentou sete vezes. Em 1822 a proporção entre escravos e livres quase se iguala, e em 1829 os primeiros superam os segundos em quantidade, como mostra o quadro a seguir:

TABELA 4
População em Campinas

ANO	Fogos*	Escravos**	Livres***	População Total
1775	39	60	206	266
1779	66	104	341	445
1785	111	143	548	961
1789	118	156	623	779
1790	176	220	919	1139
1794	246	498	1373	1871
1797	302	508	1627	2135
1799	387	746	1756	2512
1803	610	1062	2679	3741
1810	609	1685	3420	5105
1822	727	3506	3866	7372
1829	939	4323	4220	8543

Fonte: EISENBERG, Peter L. (1989, p.358).

* Fogos são unidades de trabalho que podem ou não corresponder às unidades residenciais. EISENBERG (1989, p.333).

** Idem, p.328.

*** Cálculo feito a partir da diferença entre o número da população total e o número de escravos.

Obs.: Este quadro foi montado a partir de dados extraídos do original.

Com o aumento da população uma pequena elite começou a destacar-se iniciando uma diferenciação entre seus habitantes, que anteriormente, por causa do isolamento e rusticidade, pareciam viver de forma mais comunitária. Essa diferenciação reclamou elementos distintivos, dentre os quais destacamos o surgimento das primeiras casas assobradadas, onde os senhores de engenho e suas famílias instalaram-se, distanciando-se do restante da população. Esta elite abastada, pouco a pouco, imprimiu "*hábitos afidalgados à vila rural*" (PUPO, 1969, p.105). Mas, foi o plantio do café o grande responsável pelo despertar da vida urbana campineira.

Capítulo II *O conhecimento técnico-científico e a cidade*

A inserção do Brasil no mercado internacional, a Revolução Industrial inglesa e as suas demandas por mercado, a consolidação do capitalismo, o fim do tráfico de escravos africanos, a imigração européia, o desenvolvimento da ciência, o surgimento de novas e variadas técnicas, a disseminação do modelo civilizador europeu, enfim, esse turbilhão de novidades e transformações afetou profundamente as relações políticas, econômicas, sociais e também o cotidiano em várias cidades brasileiras do século XIX.

A implantação da agricultura do açúcar para exportação, originada no século XVIII, promoveu, ao menos na capitania paulista, a formação de núcleos populacionais, mas, foi o café quem impulsionou o efetivo florescimento de uma vida urbana. Também foi a agricultura cafeeira uma engrenagem essencial no desenvolvimento da industrialização do país.

Em Campinas, o sucesso do açúcar contribuiu para a elevação da freguesia à vila, em 1797, apenas vinte e três anos após sua fundação oficial. Mas, a partir de meados do século XIX, a plantação de café se sobrepôs à de açúcar e os senhores de engenho transformaram-se em fazendeiros do café. Em 1842 foi exportada a primeira safra do novo produto e a Vila de São Carlos foi elevada à cidade e batizada com um novo nome – Campinas (BERGÓ, 1952, p.649). Poucos anos depois, em 1870, Campinas ganhou o título de “capital agrícola da província”.

A configuração de uma nova elite econômica, oriunda de uma agricultura cafeeicultora, mais endinheirada, de hábitos refinados, distante das classes populares e suas mazelas, aliada a uma elite intelectual, em consonância com um novo saber técnico-científico que se desenvolvia na Europa, não tardou em querer imprimir o seu ritmo às cidades. Lembrando que o fim do tráfico de escravos africanos, imposto pela Coroa britânica em 1850, liberou uma considerável quantia de capital, até então imobilizado no comércio escravista, permitindo o seu investimento na produção de café e nas melhorias urbanas.

Em Campinas, a aristocracia agrária, amparada por um excedente de capital gerado pela produção de café, procurou modernizar a cidade. Modernidade, entendida como civilização e progresso. Mas, a sua concretização dependia do controle social, político e econômico do espaço. Afinal “... as classes dominantes fundam seu poder sobre a cidade a partir da intervenção no espaço, no sentido de coibir ‘usos e abusos’ e principalmente, fundam seu poder por meio de

representações que legitimam o que são os bons usos e o que seriam os abusos..." (PECHMAN, 1994, p.32).

A busca por modernidade não foi exclusividade da cidade de Campinas, havia um projeto modernizador de âmbito nacional que pretendia inventar um Brasil moderno, através do estabelecimento e da consolidação de um saber técnico-científico, que permitisse, entre outras coisas, construir um sentimento de identidade nacional. Assim, a sociedade brasileira procurava se adaptar ao quadro do capitalismo mundial, livrando-se das antigas relações coloniais.

A abolição dos escravos, por exemplo, mesmo que a longo prazo, era um dos itens desse projeto, pois não havia compatibilidade entre escravidão e os princípios liberais da modernidade e do capitalismo. Mas, antes disso acontecer foi necessário organizar a estrutura fundiária e a força de trabalho. Para esta última, mediante a substituição da mão-de-obra escrava por uma mão-de-obra livre, tomando o cuidado de evitar grandes traumas ou agitações. Estas duas pendências foram resolvidas através da Lei de Terras de 1850 e do incentivo à imigração de trabalhadores livres europeus.

Com base na afirmativa de SANTOS, M. (2002, p.29) de que *"As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço"*, percorremos alguns caminhos do dito projeto modernizador nacional e a sua relação na construção do espaço geográfico da cidade de Campinas ao longo do século XIX. Seguimos três direções intrinsecamente relacionadas: a primeira refere-se ao surgimento de novos meios técnicos, especialmente os de produção – máquinas de beneficiamento, particularmente as de café, a instalação das estradas de ferro, utilização de máquinas à vapor etc.; a seguinte corresponde às técnicas de ação dos porta-vozes do projeto modernizador – os médicos e os engenheiros, e as transformações físicas e sociais na cidade etc.; e, por último, a exclusão do negro como reflexo de ambos.

Mas, primeiro é preciso entender o fim da escravidão como um dos últimos elos do universo colonial brasileiro. Em meados do século XIX quase todos os países já tinham suprimido o trabalho compulsório de suas sociedades, com exceção do Brasil que só o fez tardiamente, em 1888. A escravidão passou a ser símbolo de arcaísmo, lembrança e herança de uma economia e sociedade coloniais. Entretanto, nem uma e nem outra condiziam mais com a realidade da época. O Brasil, agroexportador de café, inserira-se no mercado capitalista mundial

e no universo civilizado europeu, portanto era inconcebível que continuasse associado ao modo de produção escravista.

A força de trabalho e o controle sobre a terra

Em meados do século XIX, o fim da escravidão no Brasil caminhava para o inevitável, considerando-se que a pressão inglesa pelo fim do tráfico negreiro intensificava-se. Na Inglaterra, berço da Revolução Industrial, os grupos ligados ao capitalismo industrial viam na escravidão um entrave à expansão de mercados consumidores e à modernização dos métodos de produção.

Todavia, no Brasil, a força de trabalho escravo era largamente utilizada no campo, onde movimentava a grande lavoura de exportação, e, em menor intensidade, nos meios urbanos, onde os escravos de ganho garantiam a subsistência de boa parte das populações. A maior ofensiva contra o fim da escravidão ocorreu entre os grandes agricultores.

Particularmente em relação aos agricultores paulistas houve uma cisão entre os cafeicultores. Aqueles a favor da escravidão viviam no Vale do Paraíba, região onde estavam concentradas as plantações mais antigas, de produtividade decrescente, devido ao desgaste das terras. Talvez por isso, a reserva de mão-de-obra escrava fosse ali satisfatória. Esses fazendeiros acreditavam que não era possível produzir café sem o trabalho compulsório e relutavam em admitir a idéia do emprego de mão-de-obra livre. A relutância também pode ser explicada porque, devido à baixa produtividade de suas terras, eles não se encontravam aptos a concorrer no mercado de trabalho, oferecendo salários menos atrativos em relação às regiões mais prósperas; não tinham condições financeiras favoráveis ao melhoramento técnico da produção e instalação de colonos e o plantel de escravos significava a maior parte de seus patrimônios. Já os fazendeiros contrários à escravidão estavam localizados no Centro e no Oeste Paulista, uma região em expansão, de solo mais fértil, onde modernos métodos de produção estavam sendo introduzidos, por isso com maior produtividade e carência de mão-de-obra.

A região de Campinas foi uma das primeiras a tentar introduzir o trabalho do imigrante europeu, ainda durante o regime escravista. Em 1842, o Senador Vergueiro, dono da fazenda Ibicaba, introduziu o trabalho livre, através do sistema de parceria, ou seja, o colono trabalharia para o fazendeiro até que quitasse as dívidas contraídas com as despesas de imigração. *"... em 1842 trouxe a primeira leva de portugueses, ainda para trabalhar na lavoura de cana. Em*

1847, chegaram os primeiros colonos suíços e alemães. No início dos anos cinquenta, Vergueiro obtém subvenção do governo para o transporte, e começa a imigração sistemática de colonos" (SEMEGUINI, 1991, p.24). Mas, esta primeira tentativa ficou prejudicada pelas péssimas condições de trabalho e de vida com as quais se depararam os imigrantes. A coexistência com a escravidão também contribuiu para o insucesso da empreitada.

De acordo com BAENINGER (1996), a cidade de Campinas foi uma das grandes receptoras do contingente estrangeiro introduzido em São Paulo. Ao analisar os registros da Hospedaria de Imigrantes, entre os anos de 1882 a 1900, a autora levantou o número de 10.631 imigrantes estrangeiros enviados para as lavouras de café do município, dos quais *"75% eram italianos; 11,3% portugueses; 7,9% espanhóis, 3,9% alemães e 1,8% de outras nacionalidades"* (BAENINGER, 1996, p.31).

Mas, a questão da escravidão ia além da simples substituição da mão-de-obra. Uma vez inserido o trabalhador livre europeu no país, e dada a abundância de terras disponíveis, era preciso cercear o acesso deste à propriedade das mesmas como forma de obrigá-lo a trabalhar nas grandes lavouras.

Após muitas discussões promulgaram-se a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico negreiro no Brasil e a Lei n.601, ambas de 1850. Esta última mais conhecida como a Lei de Terras, especificava que os proprietários deveriam demarcar e registrar suas propriedades, e, após isso, pagar uma taxa de registro. Na lei também constava que a doação e posse de terras estavam proibidas e àquelas não registradas, ou com o pagamento dos impostos atrasados, seriam transferidas para as mãos do Estado. A partir dessa lei, a terra poderia ser adquirida somente através da compra em dinheiro, e não mais por doação. Com o dinheiro das vendas e dos impostos, o governo pretendia subsidiar a vinda de trabalhadores estrangeiros.

Para SILVA, L.M.O. (1990), dois motivos contribuíram para que a extinção do tráfico fosse discutida concomitantemente à regulação da propriedade de terras. Em primeiro lugar, o escravo representava uma mercadoria. Para a sua aquisição havia sido empenhado um capital, portanto era necessário criar outro referencial que mantivesse o equilíbrio econômico. Em outras palavras, a propriedade privada da terra substituiria economicamente a propriedade sobre o escravo, garantindo aos fazendeiros a manutenção de posse sobre uma mercadoria que pudesse ser utilizada como crédito.

O segundo fator era a substituição da força de trabalho sem grandes traumas ou prejuízos, viabilizada pela imigração estrangeira. O governo acreditava que o prejuízo seria evitado mediante o financiamento da importação de mão-de-obra, através da renda arrecadada com os impostos e a venda das terras devolutas.

Por isso era necessária a organização da apropriação territorial, para saber qual era o tamanho e a localização da propriedade de cada um, e separar e marcar as terras devolutas que financiariam a imigração.

Ao realizar uma comparação entre a Lei de Terras de 1850, no Brasil, e a *Homestead Act* de 1862, nos Estados Unidos, COSTA (1979) apresenta como as políticas de terra e de imigração, assim como o capitalismo, se conduziram de forma divergente nos dois países.

O capitalismo proporcionou novas concepções de terra e de mão-de-obra. A terra deixou de ser uma representação de prestígio social e se tornou símbolo do poder econômico do proprietário, ou seja, a terra passou a ter valor de mercadoria. Durante o período colonial no Brasil as terras eram concedidas pela Coroa, isto, mediante as qualificações pessoais do pretendente, o qual, após a doação era obrigado a aceitar algumas imposições reais. Dentre elas, podemos destacar, o uso e a ocupação das terras condicionadas à vontade do rei, a limitação do número de possessões e do tamanho das propriedades. Porém, com o conceito capitalista de terra, e a Lei de 1850, as terras passam das mãos da Coroa para as do Estado, só podendo ser adquiridas por compra. Isto implicava numa relação menos pessoal e mais econômica entre o pretendente e o Estado. Possuiria terra apenas aquele com capital suficiente para comprar e trabalhar a propriedade. A economia brasileira girava em torno da *plantation* e do trabalho escravo. E, com o fim da escravidão a concepção de mão-de-obra se altera, passando do trabalho compulsório para o trabalho livre assalariado.

No Brasil, em 1843, foi apresentado um projeto de lei do Conselho de Estado à Câmara dos Deputados, segundo o qual, as terras ocupadas e utilizadas inadequadamente retornariam às mãos do Estado, o qual se responsabilizaria pela sua venda. Contudo, os preços dos lotes deveriam ser suficientemente altos a fim de dificultar o acesso a eles; desta forma os imigrantes seriam obrigados a vender sua força de trabalho aos fazendeiros.

Os que apoiavam o projeto argumentavam que esta medida resolveria a disparidade entre a abundância de terras e a escassez de mão-de-obra, além de promover um uso mais racional da terra. Enquanto os que se opunham diziam ser um absurdo impedir o acesso a terra

num país onde ela existia em abundância. E, ao invés de impedir, o governo deveria facilitar a compra, o que contribuiria para a colonização de uma extensa área ainda despovoadas. Segundo COSTA (1979), os opositores representavam o setor mais arcaico da economia, o qual ainda não havia se adequeado ao capitalismo e, por isso, continuava a acreditar que a escravidão era a melhor forma de trabalho para as *plantations*. Para eles o projeto se adequava somente aos fazendeiros do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, locais onde o café se expandia mais rapidamente, reclamando um maior número de mão-de-obra.

Os opositores à Lei de Terras apresentavam argumentos demasiadamente fracos, alegavam que o país iria se encher de imigrantes indesejáveis, que as terras públicas eram as principais fontes de renda do governo e no caso de se esgotarem haveria a necessidade do lançamento de novos impostos. O mais forte de seus argumentos baseava-se na inconstitucionalidade, pois o destino das terras públicas cabia aos estados e não ao Governo Federal. Já aqueles que defendiam a promulgação da Lei de Terras, imaginavam que as especulações cessariam e a pequena propriedade seria fonte de desenvolvimento econômico e estabilidade política para o país.

COSTA (1979) conclui que o projeto e seus defensores tinham por objetivo dar ao governo o controle da terra e do trabalho para resolver o problema de mão-de-obra e manter a base da economia - o sistema de *plantation*. Enquanto que para os opositores a questão não era sanar o problema do trabalho, mas promover a colonização do país, uma vez que eles viam no imigrante um agente civilizador. Dois itens uniram opositores e defensores, a criação de um imposto territorial, que foi retirado da versão final do projeto, e a limitação do tamanho das propriedades, que sofreu alterações, mas não foi eliminado totalmente.

Já nos Estados Unidos a política se deu de forma contrária, o *Homestead Act* doava terras para aqueles que estivessem dispostos a se fixar no país. A necessidade de expansão e colonização, principalmente para o Oeste, impulsionou a urbanização e o desenvolvimento do mercado industrial no país. O oeste americano era tido como um bom local para a aplicação de capital e a sua colonização ajudaria a desinchar os centros urbanos de outras regiões. Por isso, as medidas da lei americana eram importantes, porque possibilitavam, através da colonização, o desenvolvimento político, econômico e social dos Estados Unidos. No entanto, COSTA (1979) afirma que a *Homestead Act* não foi tão eficaz como seus legisladores desejavam. Por causa da mecanização da agricultura, da falta de capital, da distância dos meios de transporte e da má

qualidade das terras, os pequenos proprietários eram impelidos a se tornarem arrendatários dos especuladores.

Ambos os países tinham objetivos aparentemente semelhantes na promoção da colonização através da propriedade agrícola. Porém, as propostas para alcançá-los foram bastante distintas. O Brasil não queria mudar seu sistema econômico (*plantation*), sua real intenção era conseguir trabalhadores a baixo custo. Os Estados Unidos estavam mais voltados para a economia industrial; eles queriam a expansão da colonização incentivando a constituição de pequenas propriedades, porque isto significava a ampliação do mercado interno, da industrialização e da urbanização.

De acordo com CARVALHO (1988), o projeto brasileiro visava promover a vinda de imigrantes, uma vez que os fazendeiros temiam a falta de mão-de-obra. E, como o acesso à terra era facilitado, os legisladores precisavam criar empecilhos para os imigrantes, por isso a importância do controle estatal. A Lei de Terras previa a medição e o registro das mesmas, mas ele aponta dois fatores que contribuiriam para o não cumprimento da Lei. O primeiro era a falta de pessoal técnico capaz de realizar a mediação e fiscalizar as propriedades. O outro era a resistência de alguns fazendeiros, pois sabiam que a partir do momento em que registrassem as dimensões de suas propriedades não poderiam mais expandi-las através da ocupação.

Ao que parece, não havia o interesse em regulamentar a propriedade rural. Isto só foi feito por necessidade em atrair e manter os trabalhadores nas fazendas. A falta de coesão entre a classe proprietária, a inexistência de órgãos capazes de fazer cumprir a lei e a concorrência com os Estados Unidos foram alguns elementos que contribuíram para o insucesso da colonização no Brasil. Os problemas no Legislativo para a aprovação da Lei ocorreram porque a maioria dos políticos era constituída por proprietários rurais, ou então defendia o interesse de grandes fazendeiros, e para eles não convinha tratar de assuntos que ferissem seus interesses econômicos, no entanto, a falta de mão-de-obra obrigava-os a tomar algumas providências.

Para SILVA (1990), o ponto fraco de todo o sistema de organização e controle sobre as terras estava na dependência do governo em relação às informações sobre a demarcação das mesmas, as quais deveriam ser fornecidas por particulares. Isso não ocorrendo, ficava impedida a venda de terras devolutas e, conseqüentemente, o financiamento da colonização. Já o governo falhou por incapacidade de fazer cumprir suas próprias determinações, não conseguindo traçar um mapa das terras devolutas e impedir a sua invasão.

Quanto aos imigrantes, HALL (1989) afirma que a vida que os esperava no Brasil não era melhor do que a que tinham deixado em seu país de origem. Aqui, se deparavam com os maus tratos dos fazendeiros, acostumados a exercer seu poder e violência sobre os escravos. Entretanto, com o tempo, a coerção foi menos física e mais econômica, uma vez, que os governos dos países de emigrantes, ao saber dos maus tratos contra seus nacionais, impediam a imigração para o Brasil.

O objetivo dos fazendeiros era manter a expansão cafeeicultora com o emprego do trabalho livre e assalariado, no entanto, despendendo o mínimo possível com salários. Dois métodos foram utilizados para reduzir os salários: o primeiro, de âmbito local e efetuado pelos próprios fazendeiros, consistia na cobrança de multas arbitrárias sobre os colonos, na instalação de “vendas” nas quais eles eram obrigados a comprar alimentos e demais gêneros a preços absurdos e com pesos e medidas ilegais e na ocorrência do não pagamento dos salários. O segundo, de âmbito nacional e representado pelo Estado, o qual, alegando a necessidade de sanar a falta de braços para as lavouras agrícolas, pretendia inundar o mercado com a força de trabalho imigrante. A falta de braços era um mito; na realidade a idéia era saturar o mercado, pois quanto maior a oferta de mão-de-obra, mais baixos seriam os salários (HALL1989).

Muitos imigrantes não tinham intimidade com a lida no campo, porque eram procedentes de áreas urbanas nos seus países de origem. Talvez, daí decorra também uma certa dificuldade de adaptação. Essa força de trabalho, em sua maioria constituída por profissionais com conhecimento técnico, quando se instalou nas cidades, rapidamente foi absorvida.

Durante certo tempo, escravos e imigrantes livres conviveram lado a lado na lida do campo, isto não sem conflitos e preconceitos. Por isso, em meados da década de 1870, alguns fazendeiros começaram a se desinteressar pelo trabalho escravo, isto porque acreditavam que ele estava sendo um empecilho à imigração.

Portanto, resolvidas as questões referentes à substituição da mão-de-obra e à aquisição de terras tornava-se possível declarar o fim da escravidão, o que ocorreu no ano de 1888. Mas a libertação dos escravos trouxe em seu bojo um tipo de racismo não institucionalizado.

“Como a abolição resultara mais do desejo de livrar o país dos inconvenientes da escravidão do que de emancipar o escravo, as camadas sociais dominantes não se ocuparam do negro e da sua integração na sociedade de classes. O ex-escravo foi abandonado à sua própria sorte. Suas dificuldades de ajustamento às novas condições foram encaradas como prova da incapacidade do negro e da sua inferioridade racial” (HOLANDA, 1967, p188).

De uma hora para outra, essa grande massa se viu excluída tanto do campo quanto da cidade, seus postos de trabalho crescentemente foram sendo ocupados por imigrantes brancos e europeus, ou até mesmo por modernas máquinas movidas à vapor. Desempregados, e porque não desamparados, os negros percorriam as cidades em busca de ocupação, moravam em cortiços, viviam em condições subumanas e continuavam expostos a todos os tipos de violência. Assim, dentro do processo modernizador, não houve espaço para o grande contingente de negros recém libertos, especialmente nos meios urbanos onde, posteriormente, ele foi tratado como empecilho à civilização.

Alguns novos meios técnicos: as máquinas à vapor e as ferrovias

O fim do tráfico negreiro – e não o da escravidão – liberou uma grande soma de capital antes imobilizada na aquisição de escravos. Em São Paulo, esse capital, uma vez liberado, destinou-se a outros setores da economia, tais como à modernização da produção, através da introdução de maquinário no processo de beneficiamento do café; à implantação das ferrovias, à melhora e à agilização do sistema de transportes; ao equipamento dos portos, especialmente o de Santos, principal local de saída das exportações; e aos melhoramentos urbanos e embelezamento das cidades.

Segundo ARGOLLO (2004), a partir do final do século XIX, a agricultura cafeeira se expande com base no Complexo de Ciência & Tecnologia, formado no estado de São Paulo. Esses pólos centravam-se basicamente nos três elementos de desenvolvimento da lavoura do café. O primeiro era o solo, para o qual foi criada, em 1886, a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, que deveria levantar: a posição e elevação dos principais pontos ou acidentes geográficos, dos centros de população, dos estabelecimentos industriais e agrícolas, das vias de comunicação, da constituição geológica e, finalmente, da distribuição das terras de diversas naturezas e condições agrícolas. O segundo era a planta, sendo fundado o Instituto Agrônomo

de Campinas, em 1887, e que estava incumbido do melhoramento das culturas existentes e desenvolvimento de novos processos de produção rural. E, por último, o trabalho, para o qual foi autorizada a construção da Hospedaria dos Imigrantes, em 1881, e a organização de núcleos coloniais, ambos para receber os imigrantes europeus.

A adoção de máquinas de beneficiamento de café contribuiu para o aumento da produtividade, diminuição do número de trabalhadores na lavoura, melhoramento da qualidade do produto, e, conseqüentemente, garantia de melhor comercialização dos grãos. Para se ter idéia, uma única mão de pilão da máquina de beneficiamento podia executar, em uma hora, o mesmo trabalho que um monjolo realizava em um dia (HOLANDA, 1967, p168).

Em Campinas havia três grandes fábricas produzindo essas máquinas. Uma delas era a Lidgerwood Manufatcuring & Company, de propriedade do norte-americano Guilherme Van Wleck Lidgerwood, que se instalou na cidade, em 1864, como importador de máquinas agrícolas e industriais. E, em 1884, além de importadora, ela agrega aos seus serviços uma oficina mecânica e de fundição, iniciando o processo de fabricação de máquinas na cidade. Outra foi a Companhia Mac Hardy, fundada em 1875 pelo escocês Guilherme Mac Hardy, e que quebrou o privilégio de vendas de máquinas até então pertencente a Lidgerwood. Já a outra firma no ramo era a Bierrenbach & Irmãos, dos irmãos João Antônio, João e João Miguel Bierrenbach, brasileiros, filhos do alemão João Bierrenbach. Esta última instalada em Campinas desde 1857, mas apenas no setor de fabricação de chapéus. Somente em 1869 e 1870, criam uma oficina mecânica e de fundição, respectivamente, para a produção de máquinas e implementos agrícolas. A concorrência entre elas levou a uma queda nos preços das máquinas agrícolas, e também a várias disputas judiciais, pois a Lidgerwood tinha carta patente do governo brasileiro desde 1862, concedendo privilégio exclusivo para fabricar, usar e vender tais máquinas (CAMILLO, 1998).

A utilização do “novo sistema” de energia à vapor apareceu recorrentemente nas propagandas publicadas nos *Almanakes de Campinas*. Boa parte delas fez questão de destacar o uso deste sistema, sejam carpintarias, serrarias, fábrica de chapéus, de descaroçar e enfardar algodão, de máquinas de beneficiamento do café, fundições etc., pois era uma forma de evidenciar a modernidade de suas indústrias.

Tomando por exemplo uma propaganda da Bierrenbach & Irmão, publicada no Almanak de Campinas para o ano de 1871, a primeira linha vem em destaque **“FABRICA A**

VAPOR DE MACHINAS DE BENEFICIAR CAFÉ”, em seguida apresenta as vantagens do equipamento:

“Fabricam machinas para beneficiar café pelo melhor systema conhecido até hoje, de construção sólida e economica, perfeitamente acabadas, e muito superiores às NORTE-AMERICANAS. Exigem muito menor força do qualquer outra, e produzem maior quantidade de café perfeitamente beneficiado. Estas machinas compõe-se de descaroçador, separador e ventiladores, não tendo peças de difícil reparo, e nem offerecem difficuldades para serem comprehendidas, mesmo por qualquer pessoa inteiramente estranha ao uso de machinas.

Fabricam-se de diversos tamanhos e a pratica, nas fazendas, tem mostrado o seguinte resultado:

As machinas n.1, que os fabricantes garantem beneficiar, em dez horas de trabalho, 300 arrobas de café bem limpo, tem beneficiado até 540 arrobas! Nesse lapso de tempo.

As de n.2, garantidas para 160 arrobas, no mesmo tempo, tem beneficiado, 250 arrobas!

As de n.3, garantidas para 70 arrobas, tem produzido 100!

Fabricam separadores de cobre ou de zinco, de qualquer tamanho.

Fabricam-se machinas de burnir e escolher café, únicas em sua espécie. Esta machina é a que hoje offerece mais vantagens aos senhores Lavradores; pela grande economia de braços; visto não ser mais preciso escolher o café a dedo.

Chama-se para ellas a atenção dos senhores Fazendeiros.

Tambem fabricam ferragem para machinas, e incumbem-se do fornecimento de qualquer machina para lavoura, transmissões, polias, engenho de canna, moinhos para fubá, engenhos de serra, etc. etc.

Encarregam-se de mandar vir qualquer machina a vapor dos melhores fabricantes do mundo” (LISBOA, 1870, p.54).

Nesta propaganda da Bierrenbach, é clara a alusão à suposta inferioridade das máquinas norte-americanas, ou seja, das máquinas Lidgerwood, então sua concorrente. A vantagem do novo sistema, de substituição da força animal, ou hidráulica, por energia à vapor, permitiu maior velocidade no processo de beneficiamento, consequentemente, maior produtividade. Outra vantagem anunciada foi a “*economia de braços*”, num período em que havia uma progressiva diminuição do número de escravos no mercado. Tomando-se mais custosa a aquisição destas “*peças*”, a alternativa anunciada era vantajosa; além do mais, os “*braços*” economizados poderiam ser deslocados para outras tarefas. A facilidade de manuseio também era outro atrativo anunciado, pois qualquer um, até mesmo um escravo, poderia operá-la.

Agregada à introdução de maquinário esteve também a construção das ferrovias, que significou uma revolução nos meios de transporte e de circulação. A invenção da máquina à vapor que percorria trilhos de ferro ocorreu em 1804. Mas a primeira ferrovia foi inaugurada somente em 1825, na Inglaterra, e transportava apenas mercadorias. Entretanto o marco do transporte ferroviário é 1830, quando é inaugurado o trecho entre Liverpool e Manchester (KÜHL, 1998, p.58).

No Brasil, a primeira estrada de ferro foi construída em 1854, por iniciativa do Barão de Mauá, ligando o porto de Mauá à Estação de Fragoso, no Rio de Janeiro. Na Província de São Paulo a primeira linha ligou Santos à Jundiaí, em 1867.

Até então, as vias de comunicação eram precárias, retardando a circulação de mercadorias e de pessoas, encarecendo o transporte dos produtos e, especialmente, acabava por desviar uma grande quantidade de “*braços*” da lavoura para o trabalho de transporte da produção agrícola. Mesmo uma estrada vital como a que ligava São Paulo ao porto de Santos não fugiu à precariedade. Na década de 1860, o transporte era feito em carros de boi, que não conseguiam carregar um peso maior do que 40 ou 45 arrobas devido à má condição da estrada. Uma viagem de ida e volta pela mesma durava no mínimo de dez a doze dias (HOLANDA, 1967, p.166), prejudicando o desenvolvimento de uma economia de mercado.

Em Campinas, antes da inauguração da estrada de ferro, as dificuldades de deslocamento eram tantas, que, podemos supor, somente as pessoas mais abastadas poderiam dar-se ao luxo de sair da cidade em direção à São Paulo ou à Corte Imperial. Ainda assim, os empecilhos a uma mobilidade rápida e confortável deviam ser desestimulantes.

O principal contato desta população com o mundo exterior ocorria através dos tropeiros. Eles formavam o elo de ligação entre o mundo e a cidade, além de comercializarem sal, utensílios agrícolas, pólvora e armamentos, eram um dos principais veículos de comunicação. Este quadro transformou-se com a chegada da ferrovia, que passou a ser o portal entre a localidade e o mundo. A ferrovia, ícone da modernidade, dispensou os tropeiros, que foram proibidos (capítulo 2, artigo 29, do Código de Posturas de Campinas de 1864) de circular pelas ruas centrais da cidade.

O resultado do uso do trabalho livre do imigrante europeu foi a formação de uma classe média urbana na cidade, a qual desejava aproximar-se do mundo europeu. Portanto, era fundamental que se adotasse uma estética urbana mais adequada aos novos tempos que se

anunciavam. O desejo campineiro de integrar-se ao mundo civilizado alimentou o sonho da estrada de ferro.

Em 1867, Jundiaí já estava ligada à Santos pelos trilhos da São Paulo Railway Company Limited, estrada de ferro construída por ingleses e que se tornara o escoadouro de uma rica e imensa região. A modernidade aproximava-se cada vez mais de Campinas, tudo era uma questão de estender os trilhos e vencer os poucos quilômetros que a separava de Jundiaí.

Assim, a 11 de agosto de 1872, foi festivamente inaugurado o prolongamento da ferrovia de Jundiaí à Campinas. A imprensa local, como por exemplo, a Gazeta de Campinas, não economizou elogios nas notícias sobre a inauguração, numa demonstração de como esta obra era importante para a cidade, que se enfeitou toda: as casas embandeiraram-se, bem como as ruas e praças, adornadas de ramos de palmas e repletas de visitantes dos municípios circunvizinhos. Aglomerada dentro e por todos os lados da estação, ouvindo a orquestra de Campinas conduzida pelo maestro Sant'Ana Gomes, a multidão atônita fora conduzida por um sentimento de prosperidade. A modernidade estava no ar. A civilização chegara à Campinas (MENDES, 1963, p.42).

A ferrovia, com suas vias e edifícios, marcou a paisagem urbana não apenas de Campinas, mas de muitas cidades paulistas. As estações, por inúmeras vezes, atraíram para suas proximidades hotéis e estabelecimentos comerciais; influenciaram no sistema viário, criando novas ruas de acesso; passaram a ser ponto de referência, indicando ruas e direções etc.

“Símbolo maior da modernidade, a estrada de ferro, ao chegar à cidade, vai afetar direta ou indiretamente toda a vida urbana, pelos grandes espaços que requisitou, implicando por sua vez em obras de porte, edifícios, equipamentos e instalações, movimentação de numerosa força de trabalho em diferentes níveis de qualificação, envolvendo o complexo da estação, com seus escritórios, bilheterias e outras instalações e repartições, pátio de manobras, gare de embarque e desembarque de passageiros, plataforma de carga e descarga, oficinas de manutenção, fabricação e montagem, armazéns, além de divisões localizadas fora desse complexo, a ferrovia na verdade alterou profundamente o desenho urbano de Campinas” (LAPA, 1996, p.24).

O patrimônio ferroviário foi o testemunho histórico do desenvolvimento do Estado de São Paulo. A estrada de ferro constitui-se no principal elo de ligação, tanto ao nível econômico quanto cultural e social, entre as cidades e o mundo, do qual chegavam novas modas, técnicas, materiais de construção, artigos de luxo, enfim as mais diversas novidades da modernidade.

Com a chegada da ferrovia, a cidade adota uma nova estética urbana, querendo aproximar-se dos modelos europeus. A facilidade de deslocamento permitiu aos grandes fazendeiros fixarem suas residências na cidade. Passaram a ir para as fazendas somente nos períodos de colheita, ou quando fosse necessário. Esta transferência do morar deu novo status à cidade. As construções de taipa deram lugar às de tijolos, elegantes e requintados palacetes foram erguidos para abrigar os cafeicultores e suas famílias. Surgiram locais de diversão pública, tais como jardins, passeios públicos, teatros, cafés etc. Cresceu a preocupação com a limpeza e a higienização da cidade, com o melhoramento dos sistemas de calçamento, iluminação, abastecimento de água, transportes urbanos etc. O comércio expandiu-se. Foram criados os Códigos de Postura, na tentativa de normatizar a vida urbana. As ruas foram iluminadas.

Assim, o café e as ferrovias foram os maiores contribuintes na expansão das fronteiras paulistas do século XIX, especialmente em direção ao oeste. Estas fronteiras não eram propriamente físicas, mas sim humanas. No caminho percorrido alteraram paisagens, colonizaram, criaram muitas cidades e também aniquilaram outras, que não caíram em suas graças.

O projeto de modernidade

O projeto de modernidade brasileiro nasceu por volta de 1870 – mas se prolongou até 1930 – período em que os negros que haviam lutado na Guerra do Paraguai retornaram, em que o café brasileiro definitivamente ganhou o mercado internacional, ou ainda em que a campanha republicana ganhou força; enfim, um novo paradigma começou a se configurar. A sociedade teve de se adaptar ao capitalismo urbano-industrial, mas, para isso, precisou cessar o trabalho compulsório – Abolição, 1888 – e alterar o modelo político – Proclamação da República, 1889. O discurso era “civilizar”, racionalizar o país, equiparando-o à Europa em diversos aspectos: econômico, cultural, institucional etc.

Os intelectuais da época, através do saber técnico-científico e aliados ao Estado, atuaram em duas frentes na organização do espaço e da sociedade: a da medicina e a da engenharia. Estes campos do conhecimento tinham a missão de construir um novo modelo social. Na sociedade escravista os papéis sociais eram claramente definidos, senhores/ dominantes e escravos/ dominados. Porém, com o fim da escravidão essa divisão perdia a legitimidade. Era necessário estabelecer um outro modelo que desse sustentação à diferenciação. E, para isso, o tema da diferenciação racial, pautada pela ciência, encaixava-se a contento.

Mas, antes de adentrarmos nas ações desses campos do conhecimento, vamos conhecer os precursores do projeto modernizador, a dita Geração de 1870.

A geração de 1870 teve como componentes de maior destaque três grupos: os militares, os membros da igreja e os literatos. Eles foram os principais responsáveis pela proclamação da República, porque promoveram a cisão entre a elite imperial, a qual juntamente com o bacharel/ burocrata já não conseguia acompanhar o compasso do mercado internacional.

Os militares, particularmente, mantinham certa rivalidade com os bacharéis, além de não se identificarem com nenhum dos grupos civis ou partidos políticos. Havia certa preocupação em relação a este grupo, pois eles eram organizados e tinham acesso às armas; outro fator importante era que eles não mais representavam, única e exclusivamente, a classe aristocrática, e, cada vez mais, o quadro militar configurava-se de recrutas oriundos de famílias humildes. Desta forma, os militares, estando ou não no poder, constituíram-se como parceiros desconfortáveis, tanto para as oligarquias rurais quanto para a burguesia industrial.

Da mesma forma que os militares, a maioria dos representantes da Igreja Católica eram oriundos das classes mais humildes. E, o seu quadro de dependência estatal permanecia

praticamente o mesmo desde a época colonial, ou seja, os sacerdotes continuavam funcionários do governo. O Estado por sua vez também mantinha o controle sobre ela como forma de alcançar a população. Mas o descontentamento geral da instituição, somado a uma perda gradual de poder político, motivaram a sua insubordinação ao governo imperial. Com a República, os limites entre o Estado e a Igreja tornaram-se claros, vindo o Estado a constituir-se como governo laico.

Quanto aos literatos, as palavras norteadoras de seus discursos eram: abolição, república e democracia. Eles acreditavam que somente reformas deste porte poderiam levar o país ao progresso. Contudo, logo após a Proclamação da República, eles foram colocados em segundo plano. O regime republicano representou uma desilusão, uma vez que a república idealizada por eles não foi aquela posta em prática. Estes eram os “homens de letras” que entrarão em conflito com os “homens de ciência”.

Surtem os centros de ensino, as Faculdades de Direito e de Medicina, os museus, os Institutos Históricos e Geográficos regionais, nos moldes do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

“No interior desses estabelecimentos, tais profissionais encontrarão não só reconhecimento social, como o ambiente necessário para o início de uma discussão mais independente, de uma produção que se desvinculava, aos poucos, dos setores hegemônicos e umbilicalmente ligados aos grupos agrários”
(SCHWARCZ, 1993, p.36).

Estas instâncias destacaram um novo tipo de profissional: o especialista técnico-científico - os “homens de ciência”. Segundo SCHWARCZ (1993), o que os diferenciava era que faziam da passagem pela academia a marca ou justificativa para a atuação política.

Grosso modo, foram influenciados pelo Positivismo de Comte, pelo Darwinismo social e pelo Evolucionismo de Spencer, teorias elaboradas na Europa do século XIX que foram utilizadas para explicar a evolução histórica dos povos. Estas teorias legitimavam ideologicamente a superioridade européia e viam na miscigenação a degeneração da raça. Elas também foram adotadas no Brasil, na tentativa de construir uma cultura nacional, entretanto de maneira adaptada à sua realidade. Especialmente porque o Brasil já era um país miscigenado, portanto, em tese, inferior. Para explicar essa particularidade brasileira os pensadores buscaram suas justificações nas noções de meio e raça.

“A apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência seriam dessa forma qualidades naturais do elemento brasileiro. (...) Dentro dessa perspectiva a miscigenação moral, intelectual e racial do povo brasileiro só pode existir enquanto possibilidade. O ideal nacional é na realidade uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira” (ORTIZ, 1994, p.21).

Especificamente sobre o Positivismo, ele foi a base ideológica desses intelectuais. O seu ideal de “Ordem e Progresso” foi perpetuado na bandeira brasileira.

“Em outras palavras, o positivismo proporcionou-lhes um ‘método’, fez desses cientistas ‘missionários do progresso’, ‘sacerdotes do conhecimento’, transformou a ciência no único caminho para atingir a saúde plena do ‘corpo social’, a ‘civilização’. Era preciso, no entanto, segundo esses intelectuais, ‘intervir’, ‘organizar’, ‘sanear’, ‘prevenir’, a fim de evitar os ‘perigos’, ‘excessos’, ‘falhas’ e ‘desvios’ que ameaçavam o meio ambiente, a cultura e o indivíduo, isto é, a concretização do principal objetivo: a ‘realização plena da nação’. ” (HERSCHMANN, 1994, p.56).

Esta questão é muito mais extensa e complexa do que aqui foi simplificada, pois o alvo não é percorrer o embate teórico ideológico dos cientistas da época, e sim avaliar as suas intervenções na cidade.

O saber de médicos e de engenheiros passou a esquadriñar e normatizar a sociedade e seu comportamento, tanto no âmbito público quanto no privado.

Surgiu um novo tipo de medicina, a medicina social e sanitária, na qual o alvo transferiu-se do corpo doente para o corpo saudável, ou seja, seu caráter tornou-se preventivo. Nesse sentido, sua tarefa foi investigar e sanar as causas das doenças, que não estavam no corpo do indivíduo doente, mas sim no meio ambiente que o circundava. *“Saber polivalente na medida em que tematiza do ponto de vista físico e moral, mas que, por isso mesmo, não se limita a seus contornos, prolongando-se, através de sua relação com o meio, na análise da natureza e da sociedade”* (MACHADO, R. et al., 1978, p.251). Assim, visando contribuir no progresso e civilização do país, a medicina foi usada para normatizar a vida urbana, intervindo nos espaços públicos e privados da cidade. Em resumo, seu objetivo era urbanizar os homens.

Esses cientistas viam no homem o agente da desordem urbana. Este, segundo eles, não habitava ativamente a cidade, por isso não sabia ordenar a comunicação entre seus objetos e

elementos. Essa mistura heterogênea corrompia os elementos naturais (água e ar) e sociais (física e moral). Os homens corrompidos tornavam-se uma ameaça ao Estado e somente o conhecimento médico era capaz de protegê-los contra suas próprias ações. Portanto, a cidade planejada pelos médicos era ordenada, buscando um equilíbrio entre o meio natural e social e dos homens entre si. A cidade foi, assim, submetida à norma do conhecimento (MACHADO, R. et al., 1978, p.263-264, 277).

Os médicos higienistas, aliados à nova ordem republicana, trabalharam no sentido de reurbanizar a família. No período colonial, o indivíduo estava sujeito às determinações da família senhorial e patriarcal. De acordo com COSTA, J.F. (1999), este tipo de família formava parentes e não cidadãos; o indivíduo defendia interesses do grupo ao qual pertencia e não os do Estado, ou os nacionais. Por isso, a higiene caberia converter a tutela do indivíduo, do pai para o Estado. *“A ordem médica vai produzir uma norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do Estado, da pátria”* (COSTA, J.F.1999, p.47-48).

A repressão intimista sobre a família, particularmente a burguesa, promoveu as seguintes alterações: as mulheres e crianças livraram-se do depotismo do pai, mas caíram no depotismo esclarecido dos médicos; em compensação os homens ganharam um novo tipo de submissão feminina, por amor ao marido, aos filhos e ao lar. A medicina tiranizava a família, mas esta se deixava tyrannizar em troca da participação no próprio poder médico; agora, no seu seio, ao invés do filho padre, o filho doutor. E, finalmente, a submissão da família à cidade, imposta em nome do corpo saudável, da raça, da classe e do Estado (COSTA, J.F.,1999, p.147).

Houve, assim, dois tipos de intervenção, destinadas às classes sociais distintas. Uma, através da *medicina doméstica*, voltada para a burguesia, mediante uma intervenção demográfica que estimulava a política populacionista e a reorganização da família em torno da educação das crianças. E outra, por meio de *campanhas de moralização e higiene da coletividade*, direcionada às famílias pobres, pautada numa intervenção demográfica-policial, que partia de uma ação médico-filantrópico-assistencial para manobrar os laços de solidariedade familiar e usá-los, quando necessário, na represália aos indivíduos insubordinados ou insatisfeitos. Mas ambas condicionavam a formação de uma *“mão-de-obra politicamente dócil para o livre jogo do mercado de trabalho”* (COSTA, J.F., 1999, p.51-52).

Ainda dentro dessa linha de modernização, surge, no interior da ciência médica, a eugenia, cujo objetivo era intervir na reprodução da população, visando o branqueamento da raça. *“O termo ‘eugenia’ – eu: boa; genus: geração – foi criado em 1833 pelo cientista britânico Francis Galton”* (SCHWARCZ, 1993, p.60).

Os médicos eugenistas estabeleceram técnicas de determinação de tipos. Através da análise do tipo físico, o indivíduo era classificado em determinado grupo: criminoso, prostituta, pobre, delinqüente e outros (MARQUES, 1994, p.40). Estes homens elegeram três pontos principais para o estabelecimento de regras que iriam combater a degeneração: a regulamentação dos meretrícios; o exame pré-nupcial (regulamentação do casamento); e a regulamentação da imigração.

O controle sobre as prostitutas evitaria que as famílias fossem corrompidas, uma vez que, mesmo os homens casados freqüentavam os meretrícios. O exame pré-nupcial garantiria o nascimento de uma prole perfeita e saudável. E, o controle da imigração significava a seleção de estrangeiros, principalmente brancos, que pudessem contribuir para o branqueamento e, conseqüentemente, melhoramento da sociedade brasileira.

As intervenções médicas na cidade contaram com a colaboração dos engenheiros, aos quais coube a responsabilidade de organizar fisicamente os espaços públicos e privados. As construções, não só deveriam seguir os preceitos higienistas, mas, também, simbolizar a modernidade e o progresso do país.

As casas eram projetadas de modo que houvesse privacidade para seus habitantes e cada casa deveria abrigar uma única unidade familiar, pois, assim, evitar-se-iam as promiscuidades, além de outras regras que deveriam ser seguidas.

Para o engenheiro a disposição interna da casa compreendia um local de permanência diurna - sala e cozinha - e de permanência noturna - quartos. A sala deveria ficar próxima à cozinha para que a mulher se aproximasse do controle da casa e dos cuidados com os filhos. O quarto teve seu tamanho reduzido, menos por uma questão técnica e mais por um preceito moral e higiênico, pois o casal, os filhos, as filhas e os velhos deveriam dormir em ambientes separados, dando privacidade e evitando promiscuidade (CAEPINTÉRO, M., 1997, p.133-134).

O uso de técnicas e de materiais de construção mais modernos também eram recomendados. No caso das técnicas, foi aproveitado o domínio que muitos imigrantes já tinham sobre as mesmas. Quanto aos materiais, foram introduzidos vidros para as janelas, tijolos, grades

de ferros, louças e instalações sanitárias. Materiais que em sua maioria eram importados, movimentando, assim, o mercado europeu (CARPINTÉRO, 1997).

No caso das vilas operárias, por exemplo, havia a preocupação em relação ao posicionamento e localização das casas, as quais deveriam ser construídas de modo que a comunicação com as casas vizinhas fosse dificultada. Na vila também deveriam existir estabelecimentos comerciais capazes de suprir as necessidades dos operários, isto evitaria deslocamentos até o centro da cidade, uma vez que as vilas encontravam-se próximas às fábricas e distantes dos centros comerciais.

Médicos e engenheiros uniram forças no sentido de reordenar o espaço público, que, de espaço de sociabilidade popular transformou-se em espaço de circulação. A casa, esfera da privacidade, tornou-se o ambiente privilegiado de sociabilidade. Com isso, a intenção era desarticular as redes de sociabilidade entre os populares, dificultando a sua luta por um lugar na cidade.

“Limando a rua da presença popular e elevando a vida privada a uma conquista da humanidade, o urbanismo quer ter, com suas práticas de intervenções e suas representações legitimadoras da ordem urbana, organizando cientificamente a cidade, colocando cada coisa em seu lugar e em cada lugar uma coisa, evitando os aglomerados por um lado e os perigos do vazio por outro” (PECHMAN, 1994, p.33).

Um exemplo, Campinas

Em Campinas, não foi apenas o desejo de modernidade que motivou o emprego dos saberes técnico-científicos. As epidemias de febre amarela que castigaram a cidade na última década do século XIX – 1889, 1890, 1892, 1896 e 1897 – exigiram que se intensificassem a organização e saneamento do espaço urbano. E, não foi apenas o processo de modernização que foi desacelerado, sua economia industrial, que começava a se destacar regionalmente, também sofreu um forte impacto, fazendo com que a cidade perdesse a primazia para São Paulo.

A febre amarela espantou pessoas e indústrias. Aqueles que não morreram da doença abandonaram a cidade, sua população foi reduzida. As indústrias transferiram suas sedes para a capital, ou para outras localidades do Oeste paulista.

“A Companhia Lidgerwood abriu escritórios em São Paulo em 1889; a Companhia Arens transferiu-se para Jundiaí na década de noventa; a Mogiana retirou todos os seus funcionários de Campinas. Estabelecimentos comerciais de grande porte também transferiram-se, a maioria para São Paulo” (SEMEGUINI, 1991, p.62).

Dentro do projeto modernizador e diante dos surtos epidêmicos de febre amarela, o embelezamento da cidade deu lugar ao saneamento. Campinas era cheia de campos alagadiços, de habitações insalubres, de ruas estreitas e mal cheirosas, enfim uma cidade suja e com inúmeros problemas de higiene. Para sanar esses problemas que causavam tantos danos à cidade, era preciso disciplinar os espaços públicos e privados. Nada e nenhuma atividade urbana escaparam do preceito disciplinador do saber técnico-científico: o morar, o trabalhar, o lazer, a religião, os sons e ruídos, as ruas e praças, as edificações, a circulação de pessoas e veículos, o comércio etc. Contudo, devemos lembrar que todas as mudanças, melhorias e intervenções realizadas seja no espaço urbano, nos hábitos e costumes, ou na mentalidade da população, no sentido de domesticar e controlar os corpos, foram feitas no intuito de preservar a produção e reprodução do capital, essenciais à manutenção do poder econômico e político da elite dominante.

Nem mesmo a mendicância escapou. Após passarem por exames médicos que comprovassem sua incapacidade, os mendigos eram registrados e classificados, depois recebiam uma placa determinando o dia, a hora e o local em que podiam pedir esmolas. Esta foi a solução que os “*guardiões da ordem e da moral*” encontraram para que estas pessoas expusessem sua

miserabilidade sem maiores transtornos, além de tentar prevenir a vagabundagem e a atuação de falsos mendigos (MACIEL, 1987, p.107-108).

Com o progresso econômico de Campinas, principalmente antes da febre amarela, a cidade atraiu um grande número de pessoas, entretanto, a oferta de moradia não acompanhou o crescimento populacional. O problema de habitação gerou a proliferação de cortiços, locais onde a falta de higiene, as condições insalubres e a promiscuidade fizeram-se fortemente presentes. O poder público, juntamente com os médicos e engenheiros, iniciou um intenso controle sobre esse tipo de habitação coletiva. E, na linha de frente dessa ação estava a polícia sanitária, legitimada por uma legislação que lhe dava plena força de atuação.

"A sua intervenção nas moradias, particulares ou coletivas, incluía determinações que iam da desinfecção a reforma e construções, sendo que os inspetores sanitários podiam interditar parte ou a totalidade do prédio e até mandar demolí-lo, quando condenado. Nos domicílios, essa fiscalização era interna e externa, estendendo-se ao jardim, quintal, horta etc." (LAPA, 1996, p.190).

Para ANDRADE (2002), as obras do engenheiro sanitarista Saturnino de Brito, em Campinas, introduziram uma nova concepção de cidade, na qual a funcionalidade, isto é, a dimensão técnica foi valorizada em detrimento de outras características, como a forma, ou seja, a dimensão estética. A fundação da Cia. Campineira de Água e Esgotos, em 1887; o fornecimento de água tratada, captada dos riachos Iguatemi e Bom Jardim, na Vila Rocinha (hoje Vinhedo), em 1891, e o primeiro Código de Construções, que normatizava as edificações, em 1895, foram medidas do engenheiro Saturnino de Brito que contribuíram para o saneamento da cidade de Campinas.

Foi também o engenheiro Brito quem propôs a canalização dos três cursos d'água que tinham suas cabeceiras no perímetro da cidade: Anhumas, Serafim e Tanquinho. Para alguns pontos desse sistema de drenagem, por problemas de vazão, ele propôs que não houvesse cobertura e recomendou que, ao longo dos canais a céu aberto, fossem abertas avenidas arborizadas – hoje as atuais Av. Anchieta e Av. Orozimbo Maia.

Mas, as questões de saneamento e higiene não dependiam somente de transformações físicas no espaço, elas deveriam ser complementadas através da educação da população, principalmente dos mais pobres. A preocupação com a educação popular já vinha desde 1870, pois a nova ordem social exigia a instrução e profissionalização da população; as epidemias só

fizeram potencializar essa preocupação. Ainda em 1881, a iniciativa particular fundou uma escola para crianças carentes de ambos os sexos, a Escola Corrêa de Mello; que na década de 1890 sofria com a evasão de seu curso noturno – destinado a adultos e crianças pobres – todavia ela insistia em sua missão “... pois, como assinala o Intendente na época, destinava-se à formação de cidadãos úteis e bem-comportados” (LAPA, 1996, p.176).

Com a República, a instrução pública e o cuidado com a higiene do município passam a ser de responsabilidade de um intendente. O Estado acreditava que boa parte do problema de saúde pública estava ligado à higiene, que por sua vez estava atrelada à questão de educação, logo, a solução encontrava-se na escola (LAPA, 1996, p.178).

A escola, em regime de internato, também foi uma solução para a demanda social que se fazia presente em Campinas. Após os surtos de febre amarela cresceu o número de meninas órfãs e para abrigá-las criou-se o Asilo de Órfãs de Campinas, em 1890. Esse asilo, sob a responsabilidade do médico Francisco Augusto Pereira Lima, tinha a incumbência de fornecer abrigo e educação às meninas órfãs ou carentes. Mas, por trás da intenção filantrópica “... estavam objetivos bem racionais e práticos, próprios de uma sociedade capitalista, capaz de transformar o Asilo numa escola de treinamento e formação de empregadas domésticas e futuras e laboriosas esposas de operários produtivos” (LAPA, 1996, p.224).

O negro: excluído do projeto

Dentro do projeto de modernização não houve lugar para o escravo – mesmo após a abolição –, ou melhor, houve sim, mas sem alterar sua posição social. As benesses, prometidas pela higiene, não podiam ser estendidas a eles, nem tão pouco eles poderiam deixar de ser controlados e normatizados. Por isso, os médicos inverteram o valor do escravo. “*De ‘animal’ útil ao patrimônio e à propriedade, ele tornou-se ‘animal’ nocivo à saúde. Seu lugar disciplinar foi, deste modo, garantido*” (COSTA, J.F., 1999, p.121).

O negro esteve no projeto médico em dois momentos. O primeiro, quando houve a crítica à família branca que permitiu em seu seio a presença negativa do negro - esse elemento corruptor físico e moral. O segundo, no momento em que o projeto criticou a cidade, isto em dois sentidos, um ao associar os problemas de urbanização e limpeza dos locais às atividades desempenhadas pelos negros; o outro na normalização do saber e práticas médicas, visando combater os charlatões e curandeiros (MACHADO, R. et al., 1978, p.370).

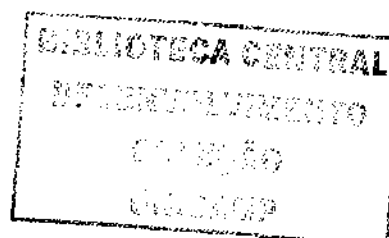
Até a Abolição era o braço escravo quem movimentava a casa e a cidade. Ele era correio, entregando pacotes e mensagens; abastecimento de água, fornecendo-a quente ou fria em qualquer cômodo; esgoto, levando para fora da casa os dejetos humanos; interruptor de luz, acendendo as velas ao anoitecer; campainha, anunciando a chegada de um visitante; ventilador, abanando as sinhas etc. Até certo ponto, essa multifuncionalidade do escravo significou um atraso tecnológico da cidade. Isto porque, nessas condições, os equipamentos urbanos tornavam-se desnecessários (LAPA, 1991)

Mas, com a abolição os escravos deixaram de desempenhar essas funções, obrigando as pessoas, que antes eram atendidas em casa, a sair para suprir suas necessidades e conforto. A mudança da ordem senhorial para a ordem burguesa introduziu um novo personagem na paisagem urbana: o pedestre.

“O pedestre, que antes beira a desclassificação social, precisa agora ser reconhecido e protegido. Daí medidas explícitas que a nova ordem traz, reconhecendo a sua existência e adaptando-se aos seus movimentos. Surgem então as calçadas, que, como dissemos, têm entre as suas finalidades a de serem reservadas só para o uso dos pedestres, naturalmente livres e cidadãos” (LAPA, 1996, p.62, grifo nosso).

Sim, agora os negros eram livres, mas, não cidadãos. A cidade moderna não os comportava. O seu viver foi normatizado, houve o controle da utilização dos seus espaços de moradia e circulação, de suas atividades profissionais e de lazer, de seu comércio, da sua moral, higiene, religião etc. Mas, sem alterar sua condição de “inferior”, e com o intuito de tentar mantê-los sobre o controle das elites governantes. Em Campinas, por exemplo, surgem “duas cidades”. Uma, a cidade “visível”, racional, objetiva e civilizada, voltada para, e proposta por, uma elite local. A outra, a cidade “invisível”, despreocupada, transgressora das posturas, construída por escravos e pobres livres (LAPA, 1996, p.126).

A liberdade recém adquirida “a negrada liberta ficou desarvorada” (RICCI, 1990, p.38), os negros que rumaram para as cidades não conseguiram trabalho e muitos perderam-se na vagabundagem ou na bebida; mesmo aqueles que continuaram no campo não tiveram mais sorte que os outros, pois tinham que enfrentar a concorrência da mão-de-obra imigrante. Portanto, o negro se libertou de sua condição servil, mas continuou “cativo” da condição de miserabilidade e falta de oportunidade, que lhe foi imposta pela nova ordem social.



O racismo teria surgido com o fim da escravidão, pois, apesar da institucionalidade do direito de igualdade entre brancos e negros, ele emergiria como elemento diferenciador entre os mesmos. Isto, não apenas como forma de negar o direito de igualdade ao negro, mas também, como mecanismo diferenciador na distribuição das ocupações profissionais e no combate as manifestações culturais negras (MACIEL, 1987, p.26-27,35).

“A Abolição deve ser entendida como uma revolução social feita pelo branco e para o branco, já que o negro, sem condições de adaptar-se ao novo sistema de trabalho que lhe era imposto, face a economia urbano-comercial, viu-se espoliado, em súbita competição com o branco. Isto significa dizer que no fundo o problema racial brasileiro é um modelo assimétrico de relações de raça, elaborado para regular o contato entre senhor, escravo e liberto” (RICCI, 1999, p.126).

A não inserção no mercado de trabalho e a concorrência da mão-de-obra especializada do imigrante branco tenderam a empurrar o negro à marginalidade; reafirmando o discurso da aristocracia cafeeira, de que o negro era “vagabundo” e com a abolição eles tinham abandonado o hábito de trabalhar e se entregado ao ócio e aos vícios.

De maneira geral, as condições de vida e de trabalho dos negros em Campinas, sempre estiveram permeadas por um forte racismo e pela violência. Em seu trabalho, MACIEL (1987) apresenta vários relatos de impedimento ou restrição à presença de negros em determinadas áreas públicas, dos quais destacamos um em que a Sociedade Dançante União – entidade composta em sua maioria por negros e que congregava diversos tipos de atividades culturais e de lazer – foi advertida, em artigo publicado pelo *Jornal Cidade de Campinas*, datado de 08.04.1910, porque, apesar de suas atividades culturais e recreativas estarem de acordo, “... não poderiam aparecer nas ruas, devendo ficar restritas ao interior da sede da entidade porque ‘as famílias merecem respeito’, ou seja, as ‘ruas’ pertencem às famílias” (MACIEL, 1987, p.33). Ora, o que poderia ser mais público do que a rua? E, ainda assim a permanência de negros nela era proibida.

Quanto à violência, “... apresentava-se principalmente pela mão da polícia em sua arbitrariedade e violência, e caracteriza-se principalmente pela tentativa de interceptar a participação do negro nas atividades e espaços públicos” (MACIEL, 1987, p.34).

Mas, apesar do racismo e das dificuldades ao pleno desenvolvimento sócio-econômico do negro, a modernização da cidade propiciou certa abertura no mercado de trabalho para uma

pequena parcela da população negra. Para Irene Barbosa, frente a este novo mercado, e com a possibilidade de ascensão social, surgiu uma “*elite negra*”, que procurava, ao máximo, se diferenciar da “*massa negra*” através de uma postura puritana. Esta pequena elite social de homens de cor passou a negar qualquer tipo de ligação com sua origem africana e seu discurso pregava um aburguesamento do negro, através do estudo, da vida honesta e do trabalho (BARBOSA, 1983). Enquanto a massa negra lutava contra o racismo de forma coletiva, através de associações e entidades de classe, a elite negra acreditava que a luta por ascensão social se fazia com base no individualismo familiar e no isolamento em relação à massa negra (MACIEL, 1987, p.73).

Capítulo III

Assimilação cultural: uma forma de dominação

Diferentemente dos capítulos anteriores, neste, visaremos compreender a dominação, menos pelo aspecto relacionado ao controle do corpo e mais pela tentativa de dominação cultural dos afrodescendentes. A construção da Identidade, a preservação da Memória, como instrumento importante para o estabelecimento e a manutenção dessa Identidade e as possibilidades para o exercício da cidadania e sua relação com os espaços públicos da cidade foram aspectos importantes e que ressaltamos no decorrer do capítulo.

No caso do grupo negro, a construção da identidade refere-se ao seu passado histórico como escravos, como grupo estigmatizado, que teve sua humanidade negada e sua cultura inferiorizada (MUNANGA, 2004, p.14).

A inclusão parcial do negro no projeto nacional do século XIX parece ter sido reiterada na década de 1930. Isto porque o reforço ao mito das três raças formadoras da nacionalidade brasileira camuflava o desejo de depuração da sociedade. Tal mito foi utilizado como instrumento político, o qual, associado às novas teorias científicas evolucionistas, legitimava a teoria do branqueamento. Ou seja, baseando-se numa suposta superioridade natural do branco, acreditava-se que, a partir da miscigenação, haveria um branqueamento progressivo da população. No entanto, a teoria do embranquecimento não se confirmou, mas seu ideal parece persistir no consciente coletivo brasileiro (MUNANGA, 2004, p.16).

Então o negro começou a sofrer um duplo processo de pressão. O primeiro de cunho sócio-cultural, no qual tendeu a negar suas origens africanas, a cultura herdada dos antepassados, buscou a heterogamia dos casamentos, etc. E o segundo mediante a sua exclusão sócio-econômica do mercado de trabalho.

Identidade e Memória

“Em primeiro lugar é preciso destacar que a memória é a base para a construção da identidade, na consciência do indivíduo e dos grupos sociais. Afinal, a memória é quem vai registrar todo o processo de identificação dos sujeitos com o espaço em que se inserem e as conseqüentes relações que se vêm estabelecer a partir dessa identificação” (REIS FILHO, 1992, p.167).

Mas:

“A construção da Identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou grupo.

Se é possível o confronto entre memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLAK, 1992).

A Identidade é construída com base na Memória e quando esta última sofre algum tipo de intervenção, como ocorre a partir do preconceito racial, por exemplo, a primeira, conseqüentemente, também absorverá este impacto. No momento em que o negro incorporou o discurso da ideologia branca, sua Identidade tornou-se passível de sofrer alterações, tendencialmente controlada, juntamente como a Memória, pelo poder dominante.

MUNANGA (1990) ao tratar da negritude no Brasil, aponta o problema dos conceitos de Identidade e de Cultura Negra que, ao deixarem o mundo científico, refletem uma conscientização popular sobre a problemática. A negritude é, historicamente, uma reação racial negra a uma agressão racial branca. Por isso, não pode ser entendida cientificamente sem ser aproximada do racismo; conclui que a negritude é resultado e conseqüência do mesmo. Durante muito tempo a sociedade branca, através de um discurso científico, pregou as desigualdades de raças dentro da espécie humana, cabendo à raça branca, que se auto-intitulava superior, a missão de unificar o mundo de acordo com seus valores, o que durante muito tempo serviu como justificativa e legitimação da escravidão. Este discurso construiu um quadro negativo do negro o qual passou a interiorizar esta negatividade até cair na completa alienação. Quando isto aconteceu, a saída encontrada pelo negro foi tentar se igualar ao homem branco mediante a adoção intelectual e cultural do mesmo. Porém, este empreendimento não teve sucesso, gerando no negro uma grande revolta que culminou na ruptura do sistema escravocrata e na reversão do quadro anteriormente apresentado. O negro buscava então sua afirmação cultural, moral, física e intelectual.

Recentemente, a partir de meados do século XX, é que se buscou resgatar a trajetória histórica do grupo negro no Brasil, pois, até então, não se sabia o que tinha acontecido com este

contingente. A classe dominante tentou, de todas as formas, enterrar a memória das classes populares e no caso do grupo negro este domínio foi mais intensivo, uma vez que, havia o intuito de não deixar a cultura afro se expandir e ganhar espaço no país. Isto gerou o abandono das raízes africanas e o desejo de inserção no modelo do homem branco.

Curandeiros, pais e mães de santo, sambas, capoeiras, danças, tudo o que fosse expressão da religião e cultura negra deveria ser combatido, pois era encarado como um obstáculo ao progresso da nação. Mesmo o samba, por exemplo, tornado símbolo da nacionalidade brasileira na década de 1930, só pode chegar a esse patamar depois de ser “desafricanizado”, isto é, ele foi embranquecido simbolicamente através de sua associação com um passado mestiço, e não negro (REIS, L.V.S., 1996).

O combate à cultura africana, no Brasil, foi travado a partir da união de forças da Igreja Católica e da classe dominante. Em Campinas, um exemplo é a tutela branca frente à Irmandade de São Benedito que, inicialmente, foi concebida para a arrecadação de fundos para a construção de uma capela, em sinal de devoção ao santo do mesmo nome. Todavia, logo se tornou um espaço de enquadramento e controle da religiosidade de seus componentes, ou seja, dos negros. Quando a Irmandade de São Benedito caiu nas “graças” do grupo dirigente branco, este encontrou ali mais um meio de dominação, tanto religiosa - erradicar as práticas religiosas de origem africana - quanto ideológica - reafirmar a posição submissa do negro (MACIEL, 1987, p.97-101).

Outra intervenção da igreja foi alterar as formas de algumas entidades do candomblé, como relata Raquel Trindade de Souza Akambinda, bisneta de ex-escravos e professora de dança na Unicamp, em depoimento ao jornal Diário do Povo de 13 de maio de 1988, justamente por ocasião da comemoração do centenário da Abolição:

“Uma outra imposição da Igreja é a imagem de Iemanjá, loira, branca, chamada rainha do Aiocá ou de Calunga, pelos bantus. Na verdade, ela é negra, dos seios fartos. Existe uma lenda dos iorumbás de que Orugan violentou sua mãe, Iemanjá, e dos seus seios nasceu o mar e de seu ventre os orixás”.

Akambinda é um pseudônimo adotado por Raquel e significa uma negra velha que dá conselhos. A professora afirma que essa opção relaciona-se à luta pela preservação da cultura negra, já que a cultura é um meio de liberdade.

No passado, o combate às manifestações negras apagou muitos aspectos das características culturais desses povos, deixando grandes lacunas na identidade dos mesmos, uma vez que, ao lhes retirar as suas raízes, poderiam ser melhor dominados e explorados (MUNANGA, 1986, p.31).

Por isso, hoje, os diversos grupos negros buscam, cada vez mais, resgatar e assenhorear-se de sua história.

“Tornar-se senhores da história e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 1996, p.426).

O esquecimento é tão importante quanto a lembrança e, com o perdão do trocadilho, não foi esquecido por nossas elites. Em 1890, Rui Barbosa, então ministro das finanças, determinou que fossem queimados todos os documentos existentes nas tesourarias da Fazenda relativos ao elemento servil, tais como: matrícula dos escravos, dos ingênuos, filhos livres de mulheres escravas e libertos sexagenários.

Anos mais tarde, em Campinas, por ocasião das intervenções propostas por Francisco Prestes Maia, engenheiro contratado para elaborar o Plano de Melhoramentos Urbanos da cidade, parece ter ocorrido algo semelhante. Tal plano foi posto em prática entre as décadas de 1930 e 1950, e, grosso modo, enfatizava a organização do sistema viário e controle sobre a ocupação urbana. Mas, as intervenções ocasionaram a perda de parte da memória local, tanto das elites quanto das classes populares, especialmente dessa última. Muito da paisagem urbana foi alterada com a introdução dos automóveis e dos arranha-céus; um dos exemplos é a demolição da Igreja do Rosário, localizada no cruzamento das avenidas Francisco Glicério e Campos Sales, e que foi derrubada justamente para o alargamento dessas vias. O templo católico foi erguido na segunda metade do século XIX e tinha por padroeira Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, sendo de grande significação para a comunidade negra (MELLO, 1992).

Portanto, entendemos que tanto a memória, quanto a identidade de um indivíduo, podem ser negociadas, porque partimos do princípio que a revelação ou a omissão das mesmas giram em torno de um interesse que pode ser individual ou coletivo, ora consciente, ora inconsciente. E, tão importante quanto a fala, é o silêncio, que muitas vezes revela mais do que as palavras.

Espaço público e cidadania

“A cidadania só se constrói sobre uma base sólida, que é dada, entre outros fatores, pelos referenciais que o cidadão tem de sua cidade e que permitem a construção da memória coletiva da população. Sem conhecê-los, sem saber o que representam, o que representam os prédios, as ruas e quais são as práticas sociais que vêm sendo aí desenvolvidas, não há condição de se desenvolver um cidadão por inteiro” (SOUZA, 1997).

A expressão cidadania tem sua origem no mundo grego, representando uma forma de relação social e também uma forma de arranjo espacial dessa sociedade. Na cidade de Atenas, o poder do cidadão emerge a partir da confrontação entre os habitantes urbanos e a oligarquia rural, a qual detinha e controlava o poder político e a produção de riqueza.

Em 510 a.C., Clístenes inicia um projeto para estabelecer um governo fundamentado na isonomia. Este passo é considerado o momento fundador da democracia grega, e marcou a substituição da representação política baseada nas tribos gentílicas por uma representação fundada na divisão territorial.

“Importa também assinalar que a partir desse momento original surge uma nova categoria ou estatuto do espaço, o espaço público, lugar dessa nova ordem social. Assim, não parece exagerado afirmar que foi a partir da disposição de uma nova ordem espacial que se fundou esse momento político” (GOMES, 2002, p.133).

O território cívico era compreendido pela união entre o espaço urbano (*ásty*) e o espaço rural (*chôra*), um conjunto interdependente, interligado e complementar. No universo simbólico dos atenienses, o conjunto desta união representava o espaço da ordem, da segurança, da coisa pública, da memória coletiva e da civilidade. Já no tocante a constituição física, esse espaço era representado de maneira circular e concêntrica disposto em torno da Acrópole, a qual, por sua vez, englobava as construções planejadas, públicas, institucionais, religiosas e também era o centro social, político e religioso (THEML, 1988, p.37).

Na *pólis* ateniense havia uma preocupação em desenvolver no indivíduo uma série de valores que o tornava reprodutor da ordem sócio-política, e isto era estimulado através da valorização da coisa pública acima dos interesses privados. Cabe lembrar que não eram considerados cidadãos os escravos, os estrangeiros, as mulheres e as crianças.

Ao longo da história das cidades, os espaços públicos abrigaram diversas funções, algumas ocorrendo de maneira concomitante. Considerados espaços de intermediação das

relações sociais, de resoluções de questões coletivas, de manifestação, de festas e ritos, de comércio, eles refletiram as formas de exclusão praticadas em cada sociedade no decorrer do tempo (BAPTISTA, 2003, p.97).

A simples definição de que o espaço público se dá por oposição ao espaço privado não é suficiente, pois ela se refere somente ao uso do espaço e a seu caráter jurídico. Isto pode ser percebido na prática do urbanismo moderno, onde esse espaço vazio e preenchível tornou-se residual, ou seja, é o que sobra entre os espaços privados (HUET, 2001).

“Os espaços públicos não funcionam de modo isolado, eles são sempre parte de um complexo sistema contínuo e hierarquizado. É pela continuidade da rede dos espaços públicos que a cidade vai tomando sua forma, é pela permanência no tempo dos espaços públicos que uma cidade constitui sua memória” (HUET, 2001, p.48).

Fornecer caráter público aos edifícios e lugares, que sem isso seriam privados, é a função dos espaços públicos, ou seja, converter o privado em parte do público. De acordo com MORALES (2001) boa cidade é aquela que além de ter boas casas, boas lojas, bons jardins privados, também tem bons passeios públicos, edifícios representativos e monumentos.

GOMES (2002) por sua vez, nos apresenta três pontos que circundam a noção de espaço público, o primeiro, é a noção de espaço público pela negação, ou seja, é público aquilo que não é privado, definição esta que, não satisfaz as necessidades conceituais, de acordo com o ponto de vista desse autor; o segundo refere-se ao caráter jurídico-legal, isto é, parte-se da lei que regulamenta uma existência para definir um objeto, quando este pode a ter precedido; e a terceira incompreensão encontra-se na definição de espaço público como espaço de livre acesso, porém não é feita uma distinção entre espaço público e espaço coletivo ou comum.

“Fisicamente, o espaço público é, antes de mais nada, o lugar, praça, rua, shopping, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa. (...) Poderíamos dizer que o espaço público é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade” (GOMES, 2002, p.162).

O conceito de cidadania implica a idéia de indivíduo e de regras universais. E este papel universal possui um caráter político contaminador de todas as outras identidades sociais e que, por isso mesmo, tende a eliminar os privilégios e leis particulares (DA MATTA, 1987).

DA MATTA (1987) entretanto, nos lembra que, no Brasil, há uma perversão e variação do conceito de cidadania. Enquanto nos Estados Unidos a comunidade é concebida como igualitária, composta de indivíduos e cidadãos, fundada na igualdade e homogeneidade, onde o valor maior está centrado no indivíduo/cidadão, no Brasil ela é heterogênea, complementar e hierarquizada, baseada em relações e pessoas, famílias e grupos de amigos, enfatizando e priorizando o valor às relações sociais.

Na constituição da sociedade brasileira o cumprimento das leis representa uma situação de anonimato e inferioridade e pode demonstrar que a *pessoa*⁶ não possui boas relações familiares ou de amizade. Em qualquer situação de conflito ou disputa, em que a lei deveria ser aplicada, a primeira atitude tomada por grande parte dos brasileiros é personalizar e hierarquizar os envolvidos na situação.

A cidadania também pode ser concebida de outra maneira (GOMES, 2002), como algo que se traduz no cotidiano e nas ações mais habituais do cenário da vida pública.

Racismo e segregação em alguns espaços públicos de Campinas

A seguir, analisaremos alguns relatos orais coletados entre moradores e ex-moradores de dois bairros de Campinas, Ponte Preta e Vila Marieta. Estes depoimentos fazem parte do *Projeto Bairros: Identidade e Memória*, realizado pelo Centro de Memória da Unicamp e do qual fizemos parte durante os anos de 1998 a 2000⁷. As fitas contendo os depoimentos podem ser consultadas no Laboratório de História Oral do Centro de Memória da Unicamp. O objetivo na utilização desses depoimentos é buscar entender a relação entre racismo e espaço público.

O assunto mais delicado nas entrevistas foi o problema do racismo, particularmente quando o depoente era negro. De todos os negros ouvidos em depoimento, poucos manifestaram disposição para falar abertamente sobre racismo, preconceito e dificuldades sofridas pelo grupo, apesar de terem conhecimento do racismo histórico que imperou e que ainda impera na cidade

⁶ Na tradição político-cultural brasileira os termos *indivíduo* ou *cidadão* estão desvinculados de qualquer personalização ou hierarquia. As pessoas são importantes, não por ser cidadãos, mas pela posição que ocupam na sociedade.

⁷ Este foi um projeto Integrado e financiado pelo CNPq, coordenado pela Profa. Dra. Olga Rodrigues de Moraes von Sinson, e orientado pela Profa. Dra. Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, do qual fizemos parte como bolsista de iniciação científica.

de Campinas, e em todo o país. Entretanto, estes temas apareceram de forma subjacente no decorrer das entrevistas, ou então quando o gravador era desligado.

Um fato curioso é que uma parte dos depoentes negou alguma vez ter sofrido preconceito, apesar de no decorrer da entrevista ter afirmado que o negro, em Campinas, para não ser mal tratado, tinha que andar “muito bem vestido, limpinho e cheiroso, e tem de ser o melhor em tudo que faz”. Isto para fugir do estereótipo estabelecido pelo homem branco, de que o negro era sujo, preguiçoso, insolente, “gente de raça inferior”.

Já no caso de depoentes brancos, estes juravam nunca ter sentido preconceito em relação ao negro, ou até mesmo ter visto qualquer tipo de manifestação racista contra os mesmos, todavia, novamente durante o depoimento, a história se mostrava outra. Era nas entrelinhas que as diferenças afloravam.

Para ilustrar, segue o trecho de uma entrevista realizada, simultaneamente, com um senhor negro, Sr. Antônio Venâncio, e um senhor branco, Sr. Luiz Brandão, descendente de imigrantes italianos (ambos fazem parte da entrevista FC/442/20/04 relacionadas no LAHO-CMU/UNICAMP):

Pesquisador: O senhor acha que o negro se preocupava em se vestir melhor que o branco?

Venâncio (V): Ele se preocupava sim, viu.

Pesq.: Até hoje ou não?

V: Agora, hoje...

Pesq.: E por que se preocupava em vestir-se bem?

V: Os brancos se vestiam e os negros...

Brandão (B): Eu acho que era porque se julgavam inferior. Eles faziam isso, né, para mostrar que não eram inferiores aos brancos, então eles procuravam ser iguais.

Pesq.: Com a roupa?

B: É, de um modo geral, não é? Até mesmo todos os estilos que eles andavam bem limpos, eram importantes. Sempre todos barbeados, você não via negros com cabelo comprido aquela época. E andavam geralmente em três ou quatro, se davam bem, faziam as rodinhas deles bem perto do Palácio.

Pesq.: No Palácio da Justiça?

B: Isso, isso mesmo, naquelas imediações, era a parte que pertenceu a eles naquela época, dizem, eu não estava aqui. Cheguei a ver, mas muito pouquinho.

Mais adiante:

B: Não é eu vi mais do que ele, tem razão. Eu notava o estilo de vida deles, eles procuravam não ser humilhados, no meu modo de ver. Entre eles, segundo informações que eu sempre tive, Campinas é a terra em que o preto sempre se vestiu bem, não sei se é tradição que eles tinham, e até hoje é assim, né, eles são pessoas que se vestem bem. E hoje, modéstia à parte, eles se dão muito bem com os brancos...

Pesq.: E o Sr. acha que eles se sentem inferiores ao branco até hoje?

B: Hoje não, talvez na época sim. Mas não demonstravam porque eles sempre procuravam fazer igual os brancos. Hoje não, hoje existe quase que igualdade. Tanto é a prova que o sistema de vida do mundo modificou bastante, naquele tempo um preto não podia namorar uma branca, e hoje não existe mais separação, e segundo a tradição, a continuação da vida será essa aí, praticamente uma cor só. Isso foi dito não sei por quem aí, um filósofo, sei lá.

Outro exemplo aparece em uma entrevista feita com um senhor negro, Sr. José Augusto Sampaio, sua irmã, Sra. Nice Sampaio, e um amigo branco, Sr. Osvaldo, entrevistados simultaneamente (entrevista FC/445/20/07 localizada no LAHO-CMU/ UNICAMP):

José A. Sampaio (S): Então, sempre fui assim. Mesmo pra vestir... eu sempre gostei de vestir não pior, sempre melhor, fazia questão. Porque geralmente eu sempre estava por cima e continuo ainda.

Pesq.: E assim vocês conseguiram fazer amizade com os brancos.

S: Faz, faz, porque os brancos gosta da gente bem arrumado, bem perfumadinho, bem vestido. Não é mesmo Osvaldinho?

Nice Sampaio (N): Não se humilha, né.

S: Não se humilha.

Nestes pequenos trechos podemos levantar dois temas. O primeiro deles, é a dita inferioridade do negro. Os negros, para provar que não eram inferiores, precisavam ser iguais ao homem branco, ou seja, ser rico, bonito e inteligente. Este tipo de postura gera um círculo vicioso, segundo o qual os brancos consideram-se superiores e os negros “*querem demonstrar aos brancos, custe o que custar, a riqueza de seus pensamentos, a força comparável de seus espíritos*” (FANON, 1983, p.11). E a via para atingir o objetivo proposto, isto é, não aceitar a inferiorização, era adotar o mesmo estilo dos brancos. Entretanto, pudemos notar que o ato de vestir-se bem, a princípio para não ser humilhado, acabou gerando um elo de identidade entre os negros campineiros.

No caso citado, igualar-se ao branco significava andar bem vestido, limpo e barbeado. Fato este que, segundo o senhor Brandão, era representativo de uma época passada; sendo que hoje tudo estaria diferente e com a existência de uma “quase” igualdade. O que nos leva a

concluir que as diferenças raciais, infelizmente, estão longe de não ter importância na vida sócio-econômico da sociedade.

Já o segundo tema refere-se à incorporação da ideologia de branqueamento. Quanto aos depoentes negros, que afirmaram não existir preconceito, não se sabe até que ponto eles incorporaram essa ideologia. E, para os que já conquistaram certa posição na sociedade, pode se tornar extremamente difícil assumir a negritude, pois, certamente, a sociedade branca não os acolheria como “homem de bem”, que conseguiu vencer na vida, “apesar da cor”.

Para FANON (1983) a partir do contato com o branco, o negro descobre sua negritude e com ela todas as características construídas pelo branco: antropofagia, debilidade mental, fetichismo, taras raciais, etc. Com isso, o negro perde sua identidade para dar lugar a uma visão branca de si mesmo. Contudo, esta estratégia não se concretiza porque dele se esperava apenas uma conduta de *Homem Negro*. E, diante da tentativa frustrada o negro voltou a assumir sua identidade negra, e passou a ser incompreendido por seus irmãos, que na realidade desejam ser brancos também.

Perante essa dualidade, alguns negros vivem em permanente contradição/conflito, pois, concomitantemente, desejam adentrar o mundo dos brancos, através da incorporação cultural e intelectual, mas também não conseguem romper com suas origens. De qualquer forma, este conflito não permite que assumam a sua negritude. Nenhum exemplo é tão ilustrativo quanto o silêncio dos depoentes, de ambos os lados, sobre preconceito e racismo. Assim, concordamos com POLLAK quando ele afirma: *“Na ausência de toda a possibilidade de se fazer compreender o silêncio sobre si próprio (...) pode mesmo ser uma condição necessária (presumida ou real) para a manutenção da comunicação com o meio-ambiente ...”* (POLLAK, 1989, p.13).

Já alguns dos entrevistados que falaram abertamente sobre racismo apontaram formas sutis de expressá-lo, afirmando que muitas vezes os negros não são humilhados, mas sim, ignorados, criando barreiras e impedindo o contato entre vizinhos, ou entre fiéis de uma mesma igreja, ou qualquer outra relação que possa aproximar negros e brancos.

Um outro exemplo de discriminação em Campinas refere-se à segregação espacial relacionada ao lazer entre brancos e negros, que alguns depoentes disseram ocorrer no Jardim Carlos Gomes até aproximadamente a década de 1950, quando os brancos andavam dentro do jardim e os negros fora, na calçada. Certamente não era uma segregação institucionalizada, equivalente à existente na África do Sul ou nos Estados Unidos, uma vez que no Brasil ela

nunca foi respaldada por leis formais. Anthony Marx em seu texto, *Making Race and Nation: A Comparison of the United States, South Africa and Brazil*⁸, discute que no Brasil não houve racismo formal devido ao fato da inexistência de grandes conflitos entre a elite branca. Ou seja, nos outros dois países Estados Unidos e África do Sul grosso modo, a formalização nasceu diante da necessidade de se unir setores brancos divergentes.

No Jardim Carlos Gomes, assim como nas ruas Barão de Jaguará, local de circulação e passeio de brancos, e Francisco Glicério, local de circulação e passeio de negros, a discriminação era real, o que acreditamos ser uma prova do quão falso era – e ainda é – o discurso de democracia racial no Brasil.

A referência sobre esta separação entre brancos e negros num espaço público de lazer como o Jardim Carlos Gomes foi enfatizada em muitos dos depoimentos que a equipe colheu, como mostram os trechos a seguir. O primeiro foi extraído do depoimento do senhor Agenor Epifânio (negro), ex-jogador de futebol da Ponte Preta, mais conhecido como Pitico (entrevista FC/440/20/04 relacionada no LAHO-CMU/UNICAMP):

Pesq.: E o que o pessoal ia fazer no centro? Passear na rua domingo?

Pitico: Passear... antigamente fazia... na cidade o... na rua Barão... então os branco andava na rua Barão... eraaa... Conceição até General Osório, e os patrícios então fazia a Francisco Glicério, entendeu?

...

Pitico: Então os branco andava no meio do jardim Carlos Gomes. As moça... os moço ficava em volta parado né, dentro do jardim Carlos Gomes... e pra fora os patrícios... as moça ia por fora do jardim Carlos Gomes e os patrício ficava parado na sarjeta olhando elas passar né... porque as moça de antigamente andava de braço dado de quatro em quatro né, diferente de hoje.

...

Pesq.: Racismo o Sr. disse que não tinha.

Pitico: Não tinha nada disso.

Pesq.: A separação era só pra paquera?

Pitico: Só pra paquera, tudo né... o pessoal mesmo que escolhia... descia com branco, aí chegava na cidade ele ia pro lugar dele... e... a gente ia pro lugar da gente.

Esta fala deixa transparecer a existência de uma distinção de lugares, de espaços de lazer na cidade – afinal os outros espaços, como o de moradia, já eram hierarquizados – somente para efeito de *paquera*, mas constatamos que tal diferenciação não era tão banal. Afinal, quem haveria determinado o “lugar dele” e o “lugar da gente”? Obviamente, senão houvesse uma imposição, por que o “pessoal escolhia” fazer tal separação? Os indícios mostram que a escolha

⁸ Apud Jessé Souza. Democracia Racial e multiculturalismo: a ambivalente singularidade cultural brasileira. Texto

nada mais era do que o reflexo do racismo e preconceito que permeavam a sociedade campineira. O contraponto desta “escolha” é apresentado numa outra entrevista feita com o Sr. Aristides Pedro da Silva, mais conhecido como V-8, um importante fotógrafo e colecionador de fotos da cidade (entrevista FC/454/20/17LAHO-CMU/UNICAMP), que, certa vez, foi agredido por um policial porque estava andando no passeio quando deveria andar na rua, que afinal, era o “local destinado aos negros”.

Pesq.: O senhor acha que havia e continua havendo preconceito e racismo aqui em Campinas?

V-8: Campinas, Campinas sempre houve racismo. Uma vez eles quase me põem no carro de preso quando eu fui dar uma volta, pensando que eu era ladrão porque a casa é bonita. Quase que eu fui preso, Quase que fui preso aqui. A senhora vê como eu arrumei a casa, né.

Pesq.: É, pois é. Até quando ela me perguntou eu disse: olha eu acho que ele não mudou. Mas tá muito diferente de quando eu tive aí.

V-8: Eu quis arrumar porque foi capricho meu. Mas todo mundo passa, o patrão está? Não, foi viajar (risadas). Campinas foi a cidade mais racista. Campinas, racista mesmo. Quando viemos da fazenda pra cá em 38. Então, a gente vivia passeando na cidade. Eu tava passeando no passeio assim, o guarda me deu um tapa que eu caí sentado, falou que negro não podia passear no passeio, só na rua. O racismo em Campinas ainda tem.

Pesq.: E continua até hoje, né?

V-8: Até hoje tem racismo.

Pesq.: O senhor acha que isso é uma herança da escravidão? Daqueles maus tratos, daquelas coisas?

V-8: Isso é ignorância. Mas eu vou dizer uma coisa pra senhora, tão colhendo o que plantou. A senhora viu o que tá acontecendo tudo. A senhora viu o que tá acontecendo? Tem a volta ou não tem? Campinas foi uma carnificina de escravo. Campinas a... como é que chama essa... como é que chama mesmo... a guerra do Paraguai foi pra acabar com os negros. Jogaram tudo os escravos na frente pra morrer. A guerra do Paraguai foi uma ignorância. Minha bisavô lembra bem, isso eu lembro bem. Campinas foi uma carnificina mesmo. Até hoje, até hoje tem racismo. Eu sinto racismo até hoje.

Neste mesmo trecho aparece um outro indício de preconceito. O senhor Aristides havia reformado sua casa, e, por isso, muitos o confundiam com um empregado. Isto, talvez, por acreditarem que um negro ao entrar e sair de uma casa esteticamente arrumada só poderia ser empregado.

Os dois grupos, brancos e negros, também fizeram das ruas Barão de Jaguará e Francisco Glicério espaços segregados de lazer. Como podemos observar nos depoimentos dos senhores José Augusto Sampaio e Benedito Gomes Ferreira, respectivamente.

Sr. Sampaio:

Pesq.1: E lá tinha um pessoal, geralmente, que falava que passeava muito no Carlos Gomes.

Sampaio: Ah, tem o passeio. Aí que era um negócio... a banda tocava... os branco andava por dentro... e os negros na calçada por fora...

Pesq.2: Discriminação isso?

S: É, 'discriminação', não podia. Mas, depois eu não sei o quê que deu lá, quem que inventou... os negros largaram lá e vieram pra Francisco Glicério. Os brancos ficaram sem graça lá. Sabe pra onde eles vieram? Pra rua Barão, porque tem branco e preto que se dão, né?

Pesq.1: Barão de Jaguará?

S: É, veio passear na Barão e largaram lá.

Pesq.2: E a ??? do Largo do Pará, era muito freqüentada ou não?

S: Era também.

Pesq.2: Era. Pelos negros?

S: Pelos negros, ali era. Aí ficou... os brancos na rua Barão e os negros na Francisco Glicério. Mais a Francisco Glicério era mais animada porque era misturada negro com branco, era mais animada, sabe como é que é?

Pesq.2: Quer dizer na Francisco Glicério misturava negro e branco?

S: É, e ficou mais animada.

Sr. Benedito

Benedito: Ah não, não tinha muito não. O bairro de preto aqui era... São Bernardo.

Pesq.1: Ah, São Bernardo.

B: São Bernardo. No entanto que na cidade tinha a rua Barão de Jaguará, que fazia o passeio ali né, era um formigueiro... eram os branco, na Barão de Jaguará; Francisco Glicério era dos preto, não misturava.

Pesq.1: Ah, não misturava?

B: Não, até a polícia lá, naquele tempo o exército... que a polícia militar de hoje ninguém suportava né. Hoje não, tá tudo unido né, não tem mais. Tem alguma discriminação aí, mas é muito pouco né, hoje tá tudo...

Pesq.2: Antes era mais?

B: Acabaram... como é que é?

Pesq.2: Antes a discriminação era maior?

B: Ah, era maior né, era maior. Cê ia ali na Francisco Glicério era só preto que andava ali, branco não entrava. Cê ia na rua Barão também, preto não entrava, só branco... ia e descia, ia até o Largo do Rosário, ia até a direção da rua Conceição e descia, então o pessoal falava "não vamo fazer a praça, vamo fazer mercado" ???(o entrevistado canta o trecho de alguma música, que não possível compreender).

Assim, a postura da sociedade campineira, e brasileira, como um todo, sempre foi de rigidez contra o grupo negro; no passado, através de medidas controladoras do viver urbano, e no presente, por meio da negação ao direito de cidadania.

O esvaziamento dos espaços públicos

Segundo BRESCIANI (1992) as cidades contemporâneas vivem o fracasso dos princípios de cidadania e a falência da ordem disciplinar, transformando-as em um lugar avesso à sociabilidade.

A política neoliberal expressada, no caso do planejamento de cidades, através do planejamento estratégico, do empresariamento, do desenvolvimento local e de outros tantos planos, prega o consenso, o não conflito, como sinônimo de cidadania, pois somente havendo consenso é que poderá ocorrer desenvolvimento econômico (FARIA, 2001; OLIVEIRA, 2002). Este argumento é bastante conveniente para as elites, pois ele serve para escamotear a segregação, a separação entre os diferentes.

A difusão - e prática - do consenso é o instrumento legitimador do retraimento dos espaços públicos. As conseqüências dessa política são a exclusão - cada vez mais acentuada - a desigualdade social, econômica, política e cultural, o esfacelamento das relações sociais, a insegurança e a violência.

CALDEIRA (2000), tomando como referencial a cidade de São Paulo, constata que este afastamento dos espaços públicos é gerado pelo medo da violência urbana. Segundo ela, moradores de todos os estratos sociais argumentam que se cercam de muros e grades e mudam seus hábitos por medo da criminalidade. Mas, essas mudanças geram marcas profundas na vida social. *"Ao transformar a paisagem urbana, as estratégias de segurança dos cidadãos também afetam os padrões de circulação, trajetos diários, hábitos e gestos relacionados ao uso das ruas, do transporte público, de parques e de todos os espaços públicos"* (CALDEIRA, 2000, p.301).

Já para GOSLING (2001) a criação de enclaves e as privatizações não são apenas mecanismos de deterioração dos espaços públicos, ao contrário, eles são capazes de criar uma outra esfera pública fragmentada e articulada, protegida pelos equipamentos de segurança *high-tech*.

A desigualdade social também contribui para o esfacelamento da vida social coletiva. As possibilidades de compartilhamento de espaços comuns são evitadas socialmente, os espaços são selecionados e controlados para que não haja heterogeneidade.

GOMES (2002) identifica quatro processos que caracterizam esse recuo dos espaços públicos: apropriação privada crescente dos espaços comuns; a progressão das identidades territoriais; o emuralhamento da vida social; e o crescimento das ilhas utópicas.

A apropriação privada dos espaços comuns pode ocorrer por meio de estruturas físicas fixas ou por instrumentos simbólicos. No Brasil, um elemento fundamental é o crescimento do chamado setor informal da economia, o qual, geralmente, se instala em locais públicos de grande circulação ou valorização comercial, com a finalidade de explorar uma determinada atividade no local que, em princípio, deveria ser de livre acesso a todos. *“A dimensão do homem público se estreita, restringindo-se à de um mero passante ou no máximo se limitando à de um eventual consumidor”* (GOMES, 2002, p.178).

A progressão das identidades territoriais cria uma noção de espaço identitário, a qual é a negação do ideal de mistura e respeito à diferença, em que se baseia o espaço público. Assim, o aumento desses territórios redundaria numa diminuição dos espaços públicos.

O emuralhamento da vida social impede acessibilidade ao contato social, provoca o abandono dos espaços comuns e a recusa em compartilhar territórios coletivos. A vivência dos espaços da cidade está minguando: as praças, por exemplo, deixaram de representar o local de encontro, de troca de experiência e de conflito; o mesmo aconteceu com o uso da via pública, agora restrita à circulação. A primazia do uso de automóveis particulares ao invés de meios de transporte coletivos, propiciou nas grandes cidades o aumento dos espaços de circulação em detrimento de outros usos do espaço público.

O crescimento de ilhas utópicas pode ser compreendido pelo processo de encastelamento da classe média, que encontra nos condomínios fechados um ambiente homogêneo e isolado, onde ela acredita estar segura. Esses espaços fechados e exclusivos são vendidos como cidades dentro da cidade, onde as pessoas procuram reproduzir todos os equipamentos urbanos possíveis. *“O arremedo de cidade dá lugar ao nascimento de uma cidadania fragmentada ou, sem exagero, a um simulacro da condição de cidadania. O homem público procura se reproduzir em um espaço privado, ou ainda, o espaço público é recriado em esferas menores e privativas”* (GOMES, 2002, p.187).

As classes privilegiadas buscam espaços de lazer e moradia cada vez mais homogêneos, isolados e seguros, onde o acesso é mediado pelo poder aquisitivo. Enquanto que os poderes públicos, mais especificamente os relativos à administração municipal, estão voltados para empreendimentos pontuais, capazes de construir uma imagem de cidade atraente para os investidores, indústrias, turismo e qualquer outra atividade que possa gerar lucro para a cidade, ou seja, a cidade tem que aparecer como lugar inovador, excitante, criativo e seguro para viver, visitar, jogar ou consumir (HARVEY, 1996).

Num espaço de sociabilidade cada vez mais reduzido tanto o resgate da identidade do grupo negro como a consolidação de uma igualdade de fato, talvez não caminhem na mesma velocidade da instantaneidade do mundo contemporâneo. É preciso retomar e ampliar esses espaços de discussão, de aceitação do outro, do diferente. Talvez, assim consigamos depurar, não a raça como quiseram os homens do passado, mas, sim o preconceito e o racismo camuflados na sociedade brasileira. Já que, lamentavelmente, e apesar dos avanços tecnológicos e descobertas da ciência tão comemoradas pelo homem, ainda são inúmeras as histórias de negros que foram preteridas por causa de sua cor. Isto tanto na seleção para um emprego, no acesso à educação, à saúde, ao lazer, quanto em várias outras instâncias. Enquanto a sociedade, seja por seus componentes brancos ou negros, não admitir a existência de problemas raciais será difícil saná-los. Para MUNANGA (1986) é preciso empreender novos caminhos, através dos quais haja ruptura e não compromisso com a ideologia do branco.

"Abandonada a assimilação, a liberação do negro deve efetuar-se pela reconquista de si e de uma dignidade autônoma. (...) É preciso desembaraçar-se desta imagem acusatória e destruidora, atacar de frente a opressão, já que é impossível contorná-la.

Aceitando-se, o negro afirma-se cultural e, moral, física e psiquicamente. Ele se reivindica com paixão, o mesmo que o fazia admirar e assimilar o branco. Ele assumirá a cor negada e verá nela traços de beleza e de feiúra como qualquer ser humano 'normal'." (MUNANGA, 1986, p.32)

Portanto, apesar das conquistas alcançadas até hoje, ainda há bastante por fazer. Para negros as condições de acessibilidade à educação, ao emprego, à saúde, à habitação, continuam aquém do necessário. E, por exemplo, quando são comparados os índices de escolaridade e faixa salarial entre negros e pardos em relação aos brancos, a diferença é elevada. Todavia, esse quadro irá se alterar somente quando houver uma mudança na maneira de pensar da sociedade, que precisa desconstruir o mito da democracia racial brasileira.

Considerações Finais

“O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não consideradas isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, M., 2002, p.73).

Foi o acompanhamento da associação entre os objetos e as ações estabelecidos na cidade ao longo da história que nos permitiu compreender como as sociedades, a cada tempo, engendraram seus mecanismos de controlar os homens e o meio.

Assim, na fase de colonização brasileira a preocupação esteve mais centrada em vencer os meios naturais, em controlar e direcionar a escassa e dispersa população. A idéia de agregá-la em núcleos urbanos partiu da metrópole portuguesa, portanto, de uma instância que almejava especialmente a exploração econômica da colônia. E a Coroa, aliada ao poder da Igreja Católica, utilizou mecanismos de controle, de coerção física sobre a população, para alcançar seus objetivos.

Entretanto, para enfrentar a rusticidade do meio foi necessária a solidariedade mútua entre as pessoas. Os conflitos sociais existiam, mas não eram acirrados, já que todos compartilhavam as mesmas estruturas precárias e estavam subordinados às determinações metropolitanas.

O mesmo não aconteceu na fase seguinte. O desenvolvimento da agricultura cafeeira, o estabelecimento de um sistema republicano e a inserção do Brasil no mundo capitalista fomentaram a emergência de uma elite nacional, que, diante da nova ordem, buscou forjar um sentimento de identidade brasileira. E *“O espaço urbano aparece então como solução dupla: instrumento de aplicação do capital de oligarquia enriquecida com o café e o local de exercício da civilidade que tal grupo pretendia”* (MARTINS, 1994, p.185).

Em conjunto com as ações empreendidas por essas elites estavam as técnicas e os objetos técnicos que alteraram, para sempre, as paisagens urbanas. O meio natural transforma-se. Cada vez mais os homens criam meios artificiais e deles dependem para a sua sobrevivência.

Em Campinas, o dinheiro proporcionado pelo café deixou suas impressões concretas através das igrejas, dos casarões dos barões, do complexo ferroviário, do famoso Hotel Vitória, das áreas de lazer como a Praça Carlos Gomes e o Bosque dos Jequitibás. Também foi ele quem idealizou escolas, construiu sistemas de abastecimento de água, iluminação pública, coleta de esgoto, criou hospitais, etc.

Estas edificações não somente simbolizaram o poder econômico de uma restrita parcela da sociedade, mas também representaram o predomínio de uma determinada mentalidade, pois, foi o pensamento dessa classe dominante que prevaleceu e direcionou a vida e, na medida do possível, o modo de pensar dos demais membros da sociedade. A elite foi, e ainda é, “construtora” da memória coletiva; é ela quem elege os símbolos ditos representantes dessa memória - entenda-se, os símbolos que representam os seus interesses na composição dessa memória. Uma memória unívoca e longe de conflitos.

Foi desta forma, sem conflitos, que as elites tentaram construir nossa identidade. Suas ações, centradas no mito da democracia racial brasileira, induziram à exclusão da população negra na participação da cidade.

Aqui os mecanismos de controle desenvolvidos foram menos físicos e mais ideológicos. Estabeleceu-se uma imagem negativa do negro perante a sociedade, não que antes ela fosse positiva. Mas depois, afirmava-se que esta imagem estava respaldada por um saber científico, que projetou no negro a causa do atraso social e moral do país.

A Memória, a Identidade e a Cultura desses homens e mulheres sofreram inúmeras interferências e descaracterizações ao longo da história e muitos estudiosos têm tentado resgatar as origens das heranças africanas no Brasil.

Entretanto, o que podemos perceber é que as consequências das ações de exclusão, engendradas no passado, perpetuaram-se, alcançando a cidade contemporânea. Esta última encontra-se cada vez mais fragmentada, com seus espaços igualmente mais hierarquizados, restringindo os espaços de sociabilidade, o que dificulta o reconhecimento do outro e, também, as discussões sobre os problemas sociais vivenciados atualmente.

Hoje, infelizmente, negros e pardos perfazem uma grande parcela das estatísticas da população de pobres e miseráveis do país. A não inserção destes grupos a um estado de cidadania plena é uma questão histórica e precisa ser urgentemente equacionada. Para isso, é necessário que o problema seja reconhecido e discutido, tentar *tapar o sol com a peneira* não adianta. Acreditar que no Brasil não há discriminação racial é ilusório.

IANNI (1987, p.131-133) aponta quatro pontos demonstrativos de que negros, mulatos e brancos não são iguais na prática social. O primeiro, relaciona-se à lei brasileira que diz que não há preconceito, logo, se ele não existe, não é preciso discuti-lo. No segundo, menciona que se o Brasil é uma nação onde convivem diversas raças e etnias é conveniente a ideologia racial do

branco afirmar que as mesmas vivem em harmonia, assim as diferenças reais são diluídas. O terceiro ponto refere-se ao princípio de cidadania, que no Brasil não é um dado da realidade social, apenas dos textos jurídicos-políticos, ou seja, reforça que há diferentes tipos de cidadania. E, em último lugar, ressalta a idéia que o branco faz do negro e do mulato e a influência dela no conceito que estes fazem de si mesmos, o que dificulta a percepção sobre as desigualdades de condições. *“Para conquistar uma nova cidadania, o negro e o mulato estão começando a reconhecer e a denunciar a cidadania subalterna que lhes é ‘outorgada’ pelo branco”* (IANNI, 1987, p.133).

Estas desigualdades são sociais e também têm uma correspondência territorial, uma vez que o acesso à terra urbana é regulado por um mercado que produz e vende diferenças materiais e simbólicas do espaço urbano promovendo uma escassez social da terra urbanizada (BEGA DOS SANTOS, 2005, p.8).

Para M. SANTOS (2000, p.81) *“Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território”*. A ocupação do espaço urbano difere em função das classes sociais da sociedade urbana, ou seja, cada qual ocupará determinado local de acordo com sua renda e nível social. Em outras palavras, o acesso a bens sociais tem ligação direta com a localização do indivíduo.

Portanto um projeto social igualitário também passa por uma organização do território (SANTOS, M., 2000, p.122-123). A verdadeira cidadania democrática será atingida quando os cidadãos forem iguais, independentemente de sua localização, e de sua cor. Para isso é necessária a garantia de direito à cidadania estenda-se além dos direitos individuais, isto é, deve atingir os direitos sociais tais como saúde, educação, habitação e lazer. De acordo com BEGA DOS SANTOS (2005) a reforma urbana é um dos caminhos para se efetivar esta cidadania social. *“O que só acontecerá com a execução de uma política urbana comprometida em assegurar a todo o cidadão condições de vida digna e justiça social. A execução desta política urbana dependerá de como evoluirão as relações entre o poder público e sociedade-civil”* (BEGA DOS SANTOS, 2005, p.9). Os movimentos sociais que lutam para estender a cidadania aos excluídos não só fazem parte da sociedade civil, como contribuem para o seu fortalecimento..

Referências Bibliográficas

- ABREU**, Maurício de A. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: **CASTRO**, Iná C.; **GOMES**, Paulo César C.; **CORRÊA**, Roberto Lobato. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- ANDRADE**, Carlos Roberto Monteiro de. Projetos e Obras do Engenheiro Saturnino de Brito para Campinas em finais do século XIX. *Oculum*; Revista de Arquitetura e Urbanismo, Campinas: FAU-PUCCAMP, n. 2, p.10-23, jan.2002.
- ARGOLLO**, André. *Arquitetura do Café*. Campinas: Ed. Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- ARRUDA**, José Jobson. O sentido da colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830). In: **TENGARRINHA**, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000.
- AZEVEDO**, Aroldo. *Vilas e Cidades do Brasil Colonial*; Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva. São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Boletim n.208, Geografia n.11, 1956.
- _____. Embriões de cidades brasileiras. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n.25, p.31-69, março de 1957.
- BAENINGER**, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista*. Campinas: Área de Publicações do CMU/UNICAMP, 1996.
- BALHANA**, Altiva Pilatti. A população. In: **SILVA**, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Nova história da expansão portuguesa: o império luso-brasileiro 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, p.19-62.
- BAPTISTA**, Maria Elisa. A construção de um espaço de fronteiras: espaço público e cidadania. In: **CASTRIOTA**, Leonardo Baci (org.). *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2003.
- BARBOSA**, Irene M.F. *Socialização e Relações Raciais*. São Paulo: FFLCH- USP, 1983.
- BELLOTTTO**, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Conselho Estadual de Arte e Ciências Humanas, 1979.
- BENEDETTI**, Luiz Roberto. *Os santos nômades e o Deus estabelecido*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.
- BERGÓ**, Maria Estela de Abreu. Estudo Geográfico da cidade de Campinas. In: *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*, vol. III, 1952, São Paulo.

- BOSCHI**, Caio César. *Os leigos e poder; Irmandades Leigas e a Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- BRESCIANI**, Maria Stella. Cidades: Espaço e Memória. In: **DPH**. *O Direito à Memória; patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, p. 161-167, 1992.
- CALDEIRA**, Teresa Pires do Rio. *A cidade de muros: crime, segregação, e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2000.
- CAMILLO**, Ema E.R. *Guia Histórico da indústria nascente em Campinas (1850-1887)*. Campinas: Mercado de Letras; Centro de Memória Unicamp, 1998.
- CARPINTÉRO**, Marisa Varanda Teixeira. *A construção de um sonho; os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil (São Paulo – 1917/1940)*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- CARVALHO**, José Murilo. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. Vértice, 1988.
- COSTA**, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.
- COSTA**, Jurandir Freire da. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 4 ed., Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1999.
- DA MATTA**, Roberto. *A Casa & A Rua*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- DEFFONTAINES**, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. *Boletim Geográfico*, São Paulo, Ano II, n.15, p.299-308, jun. de 1944.
- DELSON**, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil Colônia; planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Ed. Alva-Cior, 1997.
- EISENBERG**, Peter L. *Homens Esquecidos*. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.
- FALCON**, Francisco Calazans. Pombal e o Brasil. In: **TENGARRINHA**, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. p.149-166.
- FANON**, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Rio de Janeiro: Ed. Fator, 1983. p.45.
- FARIA**, Hamilton. A cultura como desafio. *Caderno Le Monde Diplomatique*, edição especial: Um outro mundo urbano é possível, n.2, p.43-46, janeiro de 2001.
- FERREIRA**, Luiz Felipe. O Lugar festivo – A festa como essência espaço-temporal do lugar. *Espaço e Cultura*. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, n.15, p.7-21, jan./jun. de 1996.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.

_____ *Vigiar e Punir*. 14 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

_____ *Microfísica do poder*. 16 ed., Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2001.

GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica na cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOSLING, David. Atributos dos espaços públicos no Downtown. In: **ALMEIDA, Marco Antônio Ramos de.** *O Centro da Metrópole: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

HALL, Michael. Trabalhadores imigrantes. *Revista Trabalhadores*. n.3, 1989.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço e Debate*, ano XVI, n.39, p.48-64, 1996.

HERSCHMANN, Micael M. A arte do operatório. Medicina, naturalismo e positivismo. In: **HERSCHMANN, M. M. e PEREIRA, C. A. M. (Orgs.).** *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20/30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. Reações e Transações, vol. 3, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

_____ *Caminhos e Fronteiras*. 3 ed., São Paulo: Cia. Das Letras, 1994.

HUET, Bernard. Espaços Públicos, Espaços Residuais. In: **ALMEIDA, Marco Antônio Ramos de.** *O Centro da Metrópole: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

IANNI, Otávio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. 3 ed., São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

_____ *Escravidão e Racismo*. 2 ed., São Paulo: HUCITEC, 1988.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo; Reflexões sobre a sua Preservação*. São Paulo. Ateliê Editorial: FAPESP: Secretaria da Cultura, 1998.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Mercado urbano de escravos; Campinas segunda metade do século XIX*. Campinas: IFCH - UNICAMP, 1991. Coleção Primeira Versão.

_____ *A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850 - 1900*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

- LE GOFF**, Jacques. *História e Memória*. 4 ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- LISBOA**, José Maria (org.) *Almanak de Campinas para o anos de 1871*. Campinas: Typographia da Gazeta de Campinas, 1870.
- MACHADO**, Roberto et al. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MACIEL**, Cleber da Silva, *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888 – 1921)*. Campinas: Ed. Unicamp, 1987.
- MARCADÉ**, Jacques. O quadro internacional e imperial. In: **MAURO**, Frédéric. *O império luso-brasileiro (1620-1750)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991. Vol. VII.
- MARQUES**, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e o discurso eugênico*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- MARTINS**, Ana Luiza. A invenção e/ou a eleição dos símbolos urbanos: história e memória da cidade paulista. In: **BRESCIANI**, Stella (org.). *Imagens da cidade*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/ FAPESP, 1994.
- MAXWELL**, Kenneth. *O Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MELLO**, Fernando Figueira de. Patrimônio e História em Campinas: Apontamentos. *Boletim Centro de Memória Unicamp*. Vol. 4, n.7/8, p.11-18, jan./dez.1992.
- MENDES**, José de Castro. *Efemérides Campineiras; 1739-1960*. Campinas: Palmeiras, 1963.
- MORAES**, Antônio Carlos Robert de. Bases da formação territorial do Brasil. *Geografares; Revista do Departamento de Geografia, Centro de Ciências Humanas e Naturais da Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo*, n.2, p.105-113, jun. 2001.
- MUNANGA**, Kabengele. Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades. *Revista de Antropologia*, vol. 33, 1990.
- _____. *Negritude: usos e sentidos*. São paulo: Ed. Ática, 1986.
- _____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2004.
- OLIVEIRA**, Francisco de. Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local? *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo: Pólis, pp.11-31, 2002.
- ORTIZ**, Renato. *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. 5 ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

- PECHMAN**, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: **BRESCIANI**, Stella (org.). *Imagens da cidade*. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero/ FAPESP, 1994.
- PETRONE**, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- POLLAK**, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p.200-212, 1992.
- _____. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, n.º 3, São Paulo: CPDOC, p.3-15, 1989.
- PUPO**, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Publicações da Academia Campinense de Letras, n.20, 1969.
- RAFFESTIN**, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1993.
- REIS FILHO**, Nestor Goulart. Espaço e memória: conceitos e critérios de intervenção. In: **DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO**. *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.
- REIS**, Letícia Vidor de Souza. Negro em 'terra de branco': a reinvenção da Identidade. In: **SCHWARCZ**, Lília Moritz, e **REIS**, Letícia V. de Souza (org.). *Negras Imagens; ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, Estação Ciência, 1996.
- RICCI**, Maria Lúcia de Souza Rangel. *Guarda - negra: perfil de uma sociedade em crise*. São Paulo: KMK, 1990.
- _____. Houve ascensão social no Brasil? Significou ausência de preconceito e discriminação raciais? *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas: PUCCAMP, ano XXXI, n.173, p.125-128, abril/junho de 1999.
- SANTOS**, Antônio da Costa. *Campinas, das origens ao futuro*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.
- SANTOS**, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. 3 ed., São Paulo: HUCITEC, 1997.
- _____. *O Espaço do cidadão*. 5 ed., São Paulo: Studio Nobel, 2000.
- _____. *A natureza do espaço; Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SANTOS**, Regina Célia Bega dos. *O Espaço metropolitano e as tendências contemporâneas para os movimentos sociais*. Seminário Geoplan - Território e Cidades. Realizado pelo Laboratório de Investigações Geográficas e Planejamento Territorial. Instituto de Geociências - Unicamp, em 17/11/2005.

- SCHWARCZ**, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças; cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEMEGUINI**, Ulysses C. *Do café à indústria; Uma cidade e seu tempo*. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.
- SILVA**, Lúcia Maria Osório. *A Lei de Terra; um estudo sobre a história da propriedade da terra no Brasil*. São Paulo: PUC - SP, 1990. (tese de doutoramento)
- SILVEIRA**, Renato da. Pragmatismo e milagres de fé no extremo ocidente. In: **REIS**, João José. *Escravidão e Invenção da Liberdade; estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
- MORALES**, Solá. Espaços públicos e espaços coletivos. In: **ALMEIDA**, Marco Antônio Ramos de. *O Centro da Metrópole: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- SOUZA**, Jessé. Democracia Racial e multiculturalismo: a ambivalente singularidade cultural brasileira. Texto apresentado na ANPOCS, 1999.
- SOUZA**, Célia Ferraz de. Construindo o espaço da representação: ou o urbanismo de representação. In: **SOUZA**, Célia Ferraz de Souza e **PESAVENTO**, Sandra Jatahy (org.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade: UFRGS, 1997.
- TEIXEIRA**, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.
- THEML**, Neide. *O público e o privado na Grécia do VIII ao IV século a.C.: o modelo ateniense*. Rio de Janeiro: Sitte Letras, 1988.
- TORRÃO FILHO**, Amílcar. *Paradigma do caos ou cidade da conversão?; a cidade colonial na América portuguesa e o caso de São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775)*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2004. (Dissertação de mestrado).
- VIerno**, Lúcia. *Semeadas e Ladrilhadas; vilas e cidades no Brasil colônia*. São Paulo: FAU-USP, 2003. (tese de doutoramento).
- ZANCHETTI**, Silvio Mendes. A cidade e o Estado no Brasil colonial: colocações para um debate. *Espaço & Debates*: revista de estudos regionais e urbanos, vol.3, n.19, p.5-29, 1986.

Bibliografia

- ABREU**, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. *Revista Território*, ano III, n.4, jan./jun. 1998.
- ARANTES**, Otília; **VAINER**, Carlos; **MARICATO**, Erminia (Orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- BELLOTTTO**, Heloísa Liberalli. O Estado português no Brasil: sistema administrativo e fiscal. In: **SILVA**, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Nova História da expansão portuguesa: o império luso-brasileiro 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- BICALHO**, Maria Fernanda. O urbanismo colonial e os símbolos do poder: exemplo do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, vol. XXIV, n.1, p.31-57, junho de 1998.
- BRAUDEL**, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. Volumes 1 e 3. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CARPINTERO**, Antônio Carlos Cabral. *Momento de Ruptura: as transformações no centro de Campinas na década dos cinquenta*. Campinas: Área de Publicações CMU/ Unicamp, 1996.
- CORRÊA**, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. 7 ed., São Paulo: Ed. Ática, 2000.
- _____; **ROSENDAHL**, Zeny (orgs.) *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- DEBES**, Célio. *A caminho do Oeste*. São Paulo: Ed. Comemorativa do Centenário da Fundação da Cia. Paulista, 1968.
- DEL PRIORE**, Mary. *Festas e Utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- HOLANDA**, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed., São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.
- LEMONS**, Carlos A. C. *Alvenaria Burguesa*. 2 ed., São Paulo: Nobel, 1989.
- MARX**, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel: EDUSP, 1991.
- MATOS**, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias*. São Paulo: ed. Alfa-Omega, 2.ed., 1974.
- _____, **RICCI**, Maria Lúcia de Souza Rangel. *Um pouco da história de Campinas*. Campinas: Departamento de História/ PUC, 1985.
- PETRONE**, Pasquale. "O homem paulista" In *Boletim Paulista de Geografia*. n.23, p.39-77, julho de 1956.

PUPPO, Benedito Barbosa. *À margem da história de Campinas*. 2 ed., Campinas: Palmeiras, 1976.

PUPPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, município do Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1999.

SANTOS, Regina Célia Bega dos. *Rochdale e Alphaville: formas diferenciadas de apropriação e ocupação da terra na metrópole paulistana*. São Paulo: FFLCH-USP, 1994. (tese de doutorado).

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro, NOVAES, José Nogueira. *A Febre Amarela em Campinas*. Campinas: Área de Publicações CMU/ Unicamp, 1996.

SMITH, Robert. Urbanismo Colonial no Brasil. *Bem Estar. Urbanismo. Habitação*. São Paulo, 1 (1), pp.14-22, fev./mar., 1958.

ANEXOS

QUADRO 1
Relação de vilas do século XVI

ANO	NOME ORIGINAL	ATUAL	ESTADO
1536	S. Jorge dos Ilhéus	Ilhéus	BA
1535	Porto Seguro	Porto Seguro	BA
1536	Santa Cruz	Sta. Cruz de Cabrália	BA
1551	Espírito Santo	Espírito Santo	ES
1551	N. Sra. Da Vitória	Vitória	ES
1536	Igaracú	Igaracú	PE
1537	Olinda	Olinda	PE
1599	Natal	Natal	RN
1590	São Cristovão	São Cristovão	SE
1600	São João Batista de Cananéia	Cananéia	SP
1561	N. Sra. Da Conceição de Itanhaém	Itanhaém	SP
1545	Santos	Santos	SP
1558	São Paulo de Piratininga	São Paulo	SP
1532	São Vicente	São Vicente	SP

QUADRO 2
Relação de cidades do século XVI

ANO	NOME DE ORIGEM	ATUAL	ESTADO
1549	São Salvador da Bahia de Todos os Santos	Salvador	BA
1585	Filipéia de N. Sra. das Neves	João Pessoa	PB
1565	São Sebastião do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	RJ

QUADRO 3
Relação de vilas do século XVII

DATA	NOME ORIGINAL	ATUAL	ESTADO
1636	Sta. Maria Madalena da Alagoa do Sul	Marechal Deodoro	AL
1636	Penedo do Rio de São Francisco	Penedo	AL
1636	Bom Sucesso do Porto Calvo	Porto Calvo	AL
1693	N. Sra. do Rosário de Cachoeira	Cachoeira	BA
1610	Cairú	Cairú	BA
1693	Camamú	Camamú	BA
1665	Sto. Antônio de Itabaiana	Itabaiana	BA
1693	N. Sra. da Ajuda de Jaguaripe	Jaguaripe	BA
1693	São Francisco da Barra do Sergipe do Conde	São Francisco do Conde	BA

1699	São José de Aquirás	Aquirás	CE
1679	Guarapari	Guarapari	ES
1648	Santo Antônio de Alcântara	Alcântara	MA
1634	Vila Sousa de Caeté	Bragança	PA
1635	Vila Viçosa da Sta. Cruz do Cametá	Cametá	PA
1639	Gurupa	Gurupa	PA
1685	Vila de Goiana	Goiana	PE
1627	Vila Formosa	Sirinhaém	PE
1693	N. Sra. da Luz dos Pinhais de Curitiba	Curitiba	PR
1654	Nossa Sra. Do Paranaguá	Paranaguá	PR
1608	Angra dos Stos. Reis da Ilha Grande	Angra dos Reis	RJ
1676	São Salvador dos Campos dos Goitacases	Campos	RJ
1699	Iguaçu	Duque de Caxias	RJ
1697	Sto. Antônio de Sá de Macacú	Japuíba	RJ
1667	Parati	Parati	RJ
1674	São João do Paraíba	São João da Barra	RJ
1660	N. Sra. Da Graça do Rio S. Francisco do Sul	S. Francisco do Sul	SC
1665	Sto. Antônio e Almas de Itabaiana	Itabaiana	SE
1698	Vila do Lagarto	Lagarto	SE
1698	Vila Real de Santa Luzia	Santa Luzia	SE
1697	Sto. Amaro das Brotas	Sto. Amaro das Brotas	SE
1657	Sto. Antônio de Guaratinguetá	Guaratinguetá	SP
1665	N. Sra. das Neves de Iguape	Iguape	SP
1657	N. Sra. da Candelária do Outú Guaçu	Itu	SP
1653	N. Sra. da Conceição do Rio Paraíba	Jacareí	SP
1655	N. Sra. do Desterro do Campo Alegre de Jundiaí	Jundiaí	SP
1611	Santana de Mogi das Três Cruzes	Mogi das Cruzes	SP
1653	N. Sra. do Rosário de Paranaguá	Paranaguá	SP
1625	Santana de Parnaíba	Santana de Parnaíba	SP
1660	Rio de São Francisco do Sul	São Francisco do Sul	SP
1636	São Sebastião	São Sebastião	SP
1661	N. Sra. da Ponte de Sorocaba	Sorocaba	SP
1645	São Francisco das Chagas de Taubaté	Taubaté	SP
1637	Exaltação da Sta. Cruz de Ubatuba	Ubatuba	SP

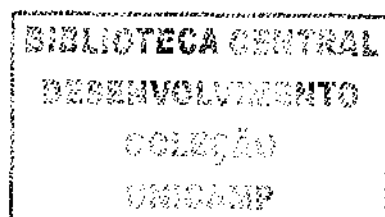
QUADRO 4
Relação de cidades do século XVII

DATA	NOME ORIGINAL	ATUAL	ESTADO
1612	São Luís do Maranhão	São Luís do Maranhão	MA
1616	N. Sra. de Belém	Belém	PA
1676	Olinda	Olinda	PE
1615	N. Sra. da Assunção do Cabo Frio	Cabo Frio	RJ

QUADRO 5
Relação de vilas do século XVIII

DATA	NOME ORIGINAL	ATUAL	ESTADO
1764	Vila real de Bragança	Atalaia	AL
1799	Poxim	Poxim	AL
1758	Barcelos	Barcelos	AM
1759	São José do Javari	Benjamim Constant	AM
1756	Borba	Borba	AM
1761	Vila de São Felipe	Içana	AM
1759	Serpa	Itacoatiara	AM
1790	Vila da barra do Rio Negro	Manaus	AM
1798	Vila Nova da Rainha	Maués	AM
1758	Vila de Moura	Moura	AM
1759	Olivença	São Paulo de Olivença	AM
1759	Ega	Tefé	AM
1752	São José de Macapá	Macapá	AP
1770	Vila Nova Mazagão	Mazagão	AP
1758	Vila Tomar	Tomar	AP
1755	São Bernardo de Alcobaca	Alcobaca	BA
1752	São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande	Barra	BA
1765	N. Sra do Carmo do Belo Monte	Belmonte	BA
1758	Espírito Santo de Nova Abrantes	Camaçari	BA
1700	Sto. Antônio do Rio das Caravelas	Caravelas	BA
1728	Inhambupe de Cima	Inhambupe	BA
1727	Vila de São João da Água Fria	Irará	BA
1732	São Miguel da Barra do Rio Contas	Itacaré	BA
1728	Itapicurú de Cima	Itapicurú	BA
1758	Santarém	Ituberá	BA
1720	Santo Antônio de Jacobina	Jacobina	BA
1728	Cachoeira da Abadia	Jandaira	BA
1724	N. Sra. do Livramento das Minas do Rio de Contas	Livramento do Brumado	BA
1725	São Bartolomeu do Maragogipe	Maragogipe	BA
1761	São Sebastião de Marau	Marau	BA
1769	São José do Porto Alegre	Mucuri	BA
1759	Soure	Nova Soure	BA
1758	Vila Nova de Olivença	Olivença	BA
1746	Urubu	Paratinga	BA
1755	Vila do Prado	Prado	BA
1758	Vila de Pombal	Ribeira do Pombal	BA
1745	Minas do Rio de Contas	Rio de Contas	BA
1797	Vila Nova da Rainha	Senhor do Bonfim	BA
1727	Sto. Amaro da Purificação	Sto. Amaro	BA
1759	Trancoso	Trancoso	BA
1759	Espírito Sto. Da Vila Verde	Vale Verde	BA
1799	Valença	Valença	BA
1768	Vila Viçosa	Viçosa	BA
1747	São José do Aracati	Aracati	CE

1759	Vila Nova de Arronches	Arronches	CE
1764	Monte Mór o Novo da América	Baturité	CE
1759	Vila Nova de Soure	Caucaia	CE
1764	Vila Real do Crato	Crato	CE
1726	Fortaleza de N. Sra. da Assunção do Ceará Grande	Fortaleza	CE
1776	Granja	Granja	CE
1736	Icó	Icó	CE
1791	Vila Nova d'El Rei	Ipu	CE
1758	Mecejana	Mecejana	CE
1764	Vila Real de Monte Mor	Pacaju	CE
1759	Porangaba	Porangaba	CE
1789	Campo Maior de Sto. Antônio de Quixeramobim	Quixeramobim	CE
1773	Vila Real e Distinta de Sobral	Sobral	CE
1755	Soure	Soure	CE
1759	Vila Viçosa Real d'América	Viçosa do Ceará	CE
1759	Vila Nova de Benevente	Anchieta	ES
1757	Vila Nova de Almeida	Fundão	ES
1764	Vila de São Mateus	São Mateus	ES
1750	São José do Duro do Ouro	Dianópolis	GO
1736	Vila Boa de Goiás	Goiás	GO
1732	Distrito de Minas de N. Sra. de Meia Ponte	Pirenópolis	GO
1757	Monção	Monção	MA
1759	Vila de Icatu	Icatu	MA
1758	Vila Viçosa de Tutóia	Tutóia	MA
1757	Viana	Viana	MA
1791	Vila de Barbacena	Barbacena	MG
1714	Vila Nova da Rainha do Caeté do Mato Dentro	Caeté	MG
1798	Vila Campanha da Princesa da Beira	Campanha	MG
1746	Distrito de Congonhas do Campo	Congonhas	MG
1790	Vila Real de Queluz	Conselheiro Lafaiete	MG
1789	Vila São Bento do Tamanduá	Itapecerica	MG
1711	Vila Leal de N. Sra. do Ribeirão do Carmo	Mariana	MG
1730	N. Sra. do Bom Sucesso das Minas do Fanado	Minas Novas	MG
1711	Vila Rica	Ouro Preto	MG
1752	Padros	Padros	MG
1798	Paracatú do Príncipe	Paracatú	MG
1733	Passa Quatro	Passa Quatro	MG
1715	Vila Nova do Infante	Pitangui	MG
1750	Distrito de S. Miguel do Piracicaba	Rio Piracicaba	MG
1711	Vila Real de N. Sra da Conceição do Sabaraussu	Sabará	MG
1724	Vila de Santa Bárbara	Santa Bárbara	MG
1724	Santa Luzia	Santa Luzia	MG
1712	Palmira	Santos Dumont	MG
1712	São João del Rei	São João del Rei	MG
1714	Vila do Príncipe	Sêro	MG
1718	São José do Rio das Mortes	Tiradentes	MG
1727	Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá	Cuiabá	MT
1752	Vila Bela da Santíssima Trindade do Mato Grosso	Mato Grosso	MT



1778	Vila Maria do Paraguai	Cáceres	MT
1780	São Pedro del Rei	Poconé	MT
1758	Vila de Surubiú	Alenquer	PA
1758	Vila de Almerim	Almerim	PA
1758	Chaves	Chaves	PA
1758	Vila Nova del Rei	Curuçá	PA
1768	São João Batista de Faro	Faro	PA
1755	Vila de São Miguel de Maracanã	Maracanã	PA
1755	Vila São Francisco de Assis do Monte Alegre	Monte Alegre	PA
1758	Óbidos	Óbidos	PA
1758	Vila de Araticu	Oeiras do Pará	PA
1762	Ourém	Ourém	PA
1758	Portel	Portel	PA
1758	Porto de Moz	Porto de Moz	PA
1758	Santarém	Santarém	PA
1790	Vila Nova da Rainha	Campina Grande	PB
1758	Pilar	Pilar	PB
1772	Pombal	Pombal	PB
1798	Vila Real de São João	São João de Cariri	PB
1784	Vila Nova de Sousa	Sousa	PB
1762	Cimbres	Pesqueira	PE
1709	Sto. Antônio do Recife	Recife	PE
1775	Distrito de São Lourenço da Mata	São Lourenço da Mata	PE
1761	Vila de Tacaratu	Tacaratu	PE
1761	Vila de Campo Maior	Campo Maior	PI
1761	Vila de Castelo	Castelo do Piauí	PI
1761	Vila de Jerumenha	Jerumenha	PI
1712	Vila do Mocha	Oeiras	PI
1761	Vila de Parnaguá	Parnaguá	PI
1762	São João de Parnaíba	Parnaíba	PI
1761	Vila de Valença	Valença do Piauí	PI
1797	Antonina	Antonina	PR
1798	Vila Nova de Castro	Castro	PR
1771	Vila Nova de São Luís de Guaratuba	Guaratuba	PR
1789	Magé	Magé	RJ
1772	Vila Nova de São José del Rei	São Barnabé	RJ
1766	Vila Nova da Princesa	Açú	RN
1760	Vila Nova de Arês	Arês	RN
1766	Vila Nova do Príncipe	Caicó	RN
1760	Estremós	Estremós	RN
1762	São José do Rio Grande	São José de Mipibú	RN
1751	São Pedro do Rio Grande	Rio Grande	RS
1726	N. Sra. do Desterro	Florianópolis	SC
1774	N. Sra. dos Prazeres de Lages	Lages	SC
1714	Laguna	Laguna	SC
1714	Vila de Estância	Estância	SE
1758	Vila Nova de Tomar	Lagarto	SE
1733	Vila Nova de Sto. Antônio do Rio de São Francisco	Neópolis	SE

1758	Vila de Tomar do Geru	Tomar do Geru	SE
1771	Santo Antônio das Minas de Apiaí	Apiaí	SP
1769	São João Batista de Atibaia	Atibaia	SP
1797	N. Sra. da Conceição do Jaguari de Nova Bragança	Bragança Paulista	SP
1797	São Carlos	Campinas	SP
1769	Carapicuíba	Carapicuíba	SP
1785	Cunha	Cunha	SP
1770	N. Sra. dos Prazeres de Itapetininga	Itapetininga	SP
1769	Itapeva da Faxina	Itapeva	SP
1788	N. Sra. da Piedade de Lorena	Lorena	SP
1769	Mogi Guaçu	Mogi Guaçu	SP
1769	São José de Mogi Mirim	Mogi-Mirim	SP
1705	N. Sra. do Bom Sucesso de Pindamonhangaba	Pindamonhangaba	SP
1797	Porto Feliz	Porto Feliz	SP
1767	São José do Paraíba	São José dos Campos	SP
1773	S. Luiz e Santo Antônio do Paraitinga	São Luís do Paraitinga	SP

QUADRO 6

Relação de cidades do século XVIII

DATA	NOME DE ORIGEM	ATUAL	ESTADO
1745	Vila Leal de N. Sra. do Carmo	Mariana	MG
1761	Vila do Mocha	Oeiras	PI
1711	São Paulo de Piratininga	São Paulo	SP

QUADRO 7

Relação de vilas até 1822

DATA	NOME DE ORIGEM	ATUAL	ESTADO
1801	Vila Nova de São João da Anadia	Anadia	AL
1815	Maceió	Maceió	AL
1815	Porto das Pedras	Porto de Pedras	AL
1810	Vila Nova do Príncipe	Caetité	BA
1806	Vila Nova do Conde	Conde	BA
1820	Campo Largo	Cotegipe	BA
1811	Boipeta	Nilo Peçanha	BA
1810	Pilão Arcado	Pilão Arcado	BA
1814	Sto. Antônio do Jardim	Jardim	CE
1816	São Vicente das Lavras	Lavras da Mangabeira	CE
1801	São Bernardo das Russas	Russas	CE
1802	São João do Príncipe	Tauá	CE
1815	Itapemirim	Itapemirim	ES

1822	Vila de Serra	Serra	ES
1814	São João da Palma	Paraná	GO
1811	Caxias das Aldeias Altas	Caxias	MA
1820	Pastos Bons	Pastos Bons	MA
1820	São Bernardo do Parnaíba	São Bernardo	MA
1814	Sta. Maria de Baependi	Baependi	MG
1814	São Carlos do Jacuí	Jacuí	MG
1813	Distrito de Lavras	Lavras	MG
1818	Morro do Gaspar Soares	Morro do Pilar	MG
1820	N. Sra. da Conceição do Alto Paraguai Diamantino	Diamantino	MT
1811	Vila da Cachoeira do Arari	Cachoeira do Arari	PA
1815	Vila Real do brejo de Areia	Areia	PB
1811	Cabo de Sto. Agostinho	Cabo	PE
1810	Flores do Pajeú	Flores	PE
1811	Vila de Garanhuns	Garanhuns	PE
1811	Limoeiro	Limoeiro	PE
1811	Pau d'Alho	Paudalho	PE
1817	Simbres	Simbres	PE
1811	Sto. Antônio	Vitória de Sto. Antônio	PE
1806	Vila Nova do Príncipe	Lapa	PR
1814	São Pedro do Cantagalo	Cantagalo	RJ
1818	São Francisco Xavier do Itaguaí	Itaguaí	RJ
1813	São João de Macaé	Macaé	RJ
1814	Sta. Maria de Maricá	Maricá	RJ
1819	Vila Real da Praia Grande	Niterói	RJ
1820	Nova Friburgo	Nova Friburgo	RJ
1820	Pati do Alferes	Pati do Alferes	RJ
1801	Resende	Resende	RJ
1801	Vila de São João Marcos	Rio Claro	RJ
1811	São João do Príncipe	São João Marcos	RJ
1819	São João da Cachoeira	Cachoeira do Sul	RS
1808	Porto Alegre	Porto Alegre	RS
1812	Rio Pardo	Rio Pardo	RS
1817	São Luís da Leal Bragança	São Luís Gonzaga	RS
1809	Sto. Antônio da Patrulha	Sto. Antônio da Patrulha	RS
1801	Santo Antônio de Propriá	Propriá	SE
1816	São Miguel das Areias	Areias	SP
1814	N. Sra. das Dores de Casa Branca	Casa Branca	SP
1821	Vila Franca Del Rei	Franca	SP
1806	Vila Bela da Princesa	Ilhabela	SP

QUADRO 8
Relação de freguesias e vilas estabelecidas no período Pombalino (1750-1777)

DATA	NOME ORIGINAL	ATUAL	ESTADO
1764	Vila Real de Bragança	Atalaia	AL
1758	Barcelos	Barcelos	AM
1759	São José do Javari	Benjamin Constant	AM
1756	Borba	Borba	AM
1761	Vila de São Felipe	Içana	AM
1759	Serpa	Itacoatiara	AM
1758	Vila de Moura	Moura	AM
1759	Olivença	São Paulo de Olivença	AM
1759	Ega	Tefé	AM
1752	São José de Macapá	Macapá	AP
1770	Vila Nova Mazagão	Mazagão	AP
1758	Vila Tomar	Tomar	AP
1755	São Bernardo de Alcobaça	Alcobaça	BA
1752	São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande	Barra	BA
1765	N. Sra do Carmo do Belo Monte	Belmonte	BA
1754	Freguesia de Santana de Caetité	Caetité	BA
1758	Espírito Santo de Nova Abrantes	Camaçari	BA
1758	Santarém	Ituberá	BA
1761	São Sebastião de Marauí	Marauí	BA
1769	São José do Porto Alegre	Mucuri	BA
1759	Soure	Nova Soure	BA
1758	Vila Nova de Olivença	Olivença	BA
1771	Freguesia de Santo Antônio do Pilão Arcado	Pilão Arcado	BA
1755	Vila do Prado	Prado	BA
1758	Vila de Pombal	Ribeira do Pombal	BA
1759	Trancoso	Trancoso	BA
1759	Espírito Sto. Da Vila Verde	Vale Verde	BA
1768	Vila Viçosa	Viçosa	BA
1759	Vila Nova de Arronches	Arronches	CE
1764	Monte Mor o Novo da América	Baturité	CE
1759	Vila Nova de Soure	Caucaia	CE
1764	Vila Real do Crato	Crato	CE
1776	Granja	Granja	CE
1758	Mecejana	Mecejana	CE
1764	Vila Real de Monte Mor	Pacaju	CE
1759	Porangaba	Porangaba	CE
1755	Freguesia de Sto. Antônio do Boqueirão de Quixeramobim	Quixeramobim	CE
1773	Vila Real e Distinta de Sobral	Sobral	CE
1755	Soure	Soure	CE
1759	Vila Viçosa Real d'América	Viçosa do Ceará	CE
1759	Vila Nova de Benevente	Anchieta	ES
1757	Vila Nova de Almeida	Fundão	ES
1769	Freguesia de N. Sra. das Neves	Itapemirim	ES
1764	Vila de São Mateus	São Mateus	ES

1752	N. Sra. da Conceição da Serra	Serra	ES
1750	São José do Duro do Ouro	Dianópolis	GO
1759	Vila de Icatu	Icatu	MA
1757	Monção	Monção	MA
1764	Pastos Bons	Pastos Bons	MA
1758	Vila Viçosa de Tutóia	Tutóia	MA
1757	Viana	Viana	MA
1775	Freguesia São Bento do Tamanduá	Itapeçerica	MG
1753	Lavras	Lavras	MG
1752	Padros	Padros	MG
1750	Distrito de S. Miguel do Piracicaba	Rio Piracicaba	MG
1752	Vila Bela da Santíssima Trindade do Mato Grosso	Mato Grosso	MT
1758	Vila de Surubiú	Alenquer	PA
1758	Vila de Almerim	Almerim	PA
1758	Chaves	Chaves	PA
1758	Vila Nova del Rei	Curuçá	PA
1768	São João Batista de Faro	Faro	PA
1755	Vila de São Miguel de Maracanã	Maracanã	PA
1755	Vila São Francisco de Assis do Monte Alegre	Monte Alegre	PA
1758	Obidos	Obidos	PA
1758	Vila de Araticu	Oeiras do Pará	PA
1762	Ourém	Ourém	PA
1758	Portel	Portel	PA
1758	Porto de Moz	Porto de Moz	PA
1758	Santarém	Santarém	PA
1769	Freguesia de N. Sra da Conceição	Campina Grande	PB
1758	Pilar	Pilar	PB
1772	Pombal	Pombal	PB
1762	Freguesia de Santo Antônio de Garanhuns	Garanhuns	PE
1762	Cimbres	Pesqueira	PE
1775	Distrito de São Lourenço da Mata	São Lourenço da Mata	PE
1761	Vila de Tacaratu	Tacaratu	PE
1761	Vila de Campo Maior	Campo Maior	PI
1761	Vila de Castelo	Castelo do Piauí	PI
1761	Vila de Jerumenha	Jerumenha	PI
1761	Vila de Parnaguá	Parnaguá	PI
1762	São João de Parnaíba	Parnaíba	PI
1761	Vila de Valença	Valença do Piauí	PI
1770	Freguesia de Santana do Igapó	Castro	PR
1771	Vila Nova de São Luís de Guaratuba	Guaratuba	PR
1755	Paróquia de Nossa Senhora do Amparo	Maricá	RJ
1775	Freguesia de N. Sra. da Conceição do Alferes	Pati do Alferes	RJ
1757	Freguesia N. Sra da Conceição do Campo Alegre	Resende	RJ
1755	Freguesia de São João Marcos	Rio Claro	RJ
1772	Vila Nova de São José Del Rei	São Barnabé	RJ
1766	Vila Nova da Princesa	Açú	RN
1760	Vila Nova de Arês	Arês	RN
1766	Vila Nova do Príncipe	Caicó	RN

1760	Estremós	Estremós	RN
1762	São José do Rio Grande	São José de Mipibú	RN
1769	Freguesia de N. Sra. da Conceição da Cachoeira	Cachoeira do Sul	RS
1773	Freguesia N. Sra. da Madre de Deus de Porto Alegre	Porto Alegre	RS
1751	São Pedro do Rio Grande	Rio Grande	RS
1769	Freguesia de N. Sra. do Rosário do Rio Pardo	Rio Pardo	RS
1774	N. Sra. dos Prazeres de Lages	Lages	SC
1758	Vila Nova de Tomar	Lagarto	SE
1758	Vila de Tomar do Geru	Tomar do Geru	SE
1771	Santo Antônio das Minas de Apiaí	Apiaí	SP
1769	São João Batista de Atibaia	Atibaia	SP
1774	Freguesia de N. Sra. da Conceição de Campinas	Campinas	SP
1769	Carapicuíba	Carapicuíba	SP
1770	N. Sra. dos Prazeres de Itapetininga	Itapetininga	SP
1769	Itapeva da Faxina	Itapeva	SP
1769	Mogi Guaçu	Mogi Guaçu	SP
1769	São José de Mogi Mirim	Mogi-Mirim	SP
1750	Freguesia N. Sra. Mãe dos Homens de Ararituaba	Porto Feliz	SP
1767	São José do Paraíba	São José dos Campos	SP
1773	S. Luiz e Santo Antônio do Paraitinga	São Luís do Paraitinga	SP

QUADRO 9
Relação de cidades fundadas no período Pombalino (1750-1777)

DATA	NOME DE ORIGEM	ATUAL	ESTADO
1761	Vila do Mocha	Oeiras	PI

Fontes para todas os quadros: AZEVEDO, (1956).
VIerno, (2003).